

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**LINHA DE PESQUISA:
MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E ESCOLA.**

RITA DE CÁSSIA MARQUES COSTA



*EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO RURAL: o caráter pedagógico das ações de ATER
no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú.*

Fortaleza-CE

2009

RITA DE CÁSSIA MARQUES COSTA

*EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO RURAL: o caráter pedagógico das
ações de ATER no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú*

Fortaleza-CE

2009

RITA DE CÁSSIA MARQUES COSTA

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO RURAL: o caráter pedagógico das ações de ATER no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú.

Dissertação apresentada à conclusão do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o PhD Jose Ribamar Furtado de Souza.

**Fortaleza-CE
2009**

RITA DE CÁSSIA MARQUES COSTA

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO RURAL: o caráter pedagógico das ações de ATER no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC, com vistas a obter o título de Mestre.

Orientador: PhD Jose Ribamar Furtado de Souza.

Aprovada em: ____/____/2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. PhD Jose Ribamar Furtado de Souza (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. PhD. Luíz Antônio Maciel de Paula
Universidade Federal do Ceará - UFC

PhD Hur Ben Corrêa da Silva
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

DEDICATÓRIA

*A meu companheiro, Amaury, que me ensinou a verdade do Amor.
A minha filha, Maria Luiza, que me ensinou o amor à Verdade.*

AGRADECIMENTOS

Meus eternos agradecimentos aos agricultores do Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú. Guerreiros e guerreiras que vivem na terra e pela terra, muito colaboraram para a realização da pesquisa empírica.

Sou penhoradamente agradecida a todos os amigos e companheiros de jornada que compartilham comigo os ideais de uma vida realizada através das alegrias e dificuldades, durante todo processo de estudo e pesquisa, e em especial, as colegas que se tornaram amigas, Loreta, Regina e Carmem.

Meus agradecimentos devem ser dirigidos com muita ênfase à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, instituição financiadora dos meus estudos na pós-graduação, que garantiu as condições de realização da pesquisa.

De maneira muito especial, sou grata ao Prof. Dr.º Jose Ribamar Furtado de Souza, que abraçou a orientação deste trabalho, apostando no potencial de uma contribuição relevante para a educação brasileira. Cumpriu essa prática educativa com muito zelo, respeito, seriedade, alegria, amizade, humildade, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança, na qual muito aprendi do cumprimento ético de meu dever como aluna orientanda.

Expresso sinceros agradecimentos à Professora Dr.^a Eliane Dayse Pontes Furtado que em ricos momentos, muito contribuiu, pelo rigor do pensamento, partilhando o seu saber com atitude científica.

Agradeço ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA (Sobral - CE), em especial às professoras Neuzita e Ivna, pela confiança e dedicação ao longo desta jornada de estudos e convivência na academia.

Meus agradecimentos às instituições que muito contribuíram com a pesquisa; o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas-DNOCS, Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA, Banco do Nordeste-BNB, Distrito de Irrigação do Baixo Acaraú, por me proporcionarem o acesso à documentação necessária à pesquisa de campo.

Sou grata ao Dr. José de Lima Castro Junior que se colocou à disposição para ajudar nos momentos das dificuldades no uso do Nu-dist.

Agradeço ao professor Nicolino Trompiere Filho pela dedicação e ajuda nos momentos de dúvidas quanto a metodologia.

Externo o sentimento de amor e gratidão a minha família, pois sem ela não teria reunido condições emocionais para realizar esse trabalho. Em especial, ao meu companheiro, Amaury, que sempre me motivou com a força de seu amor e credibilidade e me possibilitou conhecer as belezas do mundo rural.

“A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles [...]. A ação libertadora [...], reconhecendo a dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da ação e da reflexão, transformá-lo em independência. Esta, porém, não é doação [...]. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho – também não é libertação de uns feitos por outros”.

(FREIRE, 1993, p.53)

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO RURAL: o caráter pedagógico das ações de ATER no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú.

RESUMO

Esta investigação objetiva estudar a relação entre educação popular e as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER no Perímetro Público Irrigado Federal do Baixo Acaraú, por sua importância como instrumento de política de Ater agrícola do Estado. A Extensão Rural visa ao desenvolvimento sustentável das comunidades mediante de processos educativos para contribuir e incorporar mudanças nos métodos, procedimentos e técnicas de organização do processo produtivo, em função de maior produtividade e melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Essa demanda atual da extensão rural exige do profissional a ampliação de novas práticas, o conhecimento técnico nas áreas de formação acadêmica e habilidades para reaver e valorizar o conhecimento dos agricultores. Dessa forma, surgem muitas visões em relação às práticas de ATER nesse perímetro irrigado como tentativa de buscar respostas para a indagação: Qual o caráter pedagógico das ações de ATER para o desenvolvimento do Perímetro Público Irrigado no Baixo Acaraú? Estudar as ações de ATER nesse Perímetro Público Irrigado e conhecer seu caráter pedagógico tendo em vista sua repercussão no cotidiano da comunidade local, contribuindo para as políticas públicas de ATER, foi o objetivo desse estudo. A pesquisa foi do tipo descritiva e explicativa, recorrendo à abordagem qualitativa, tendo como delineamento “o estudo de caso”. Como referencial teórico foram apresentados desenvolvimento sustentável, extensão rural e educação popular. A conclusão deste estudo aponta para a necessidade de um redirecionamento na formação acadêmica dos profissionais inseridos nas ações de ATER, como a ampliação das políticas públicas para a garantia do serviço de extensão rural e a inclusão de profissionais com formação pedagógica para desenvolver ações de avaliação, planejamento e monitoramento das ações dos extensionistas.

Palavras-chave - Educação Popular. Extensão Rural. Desenvolvimento.

POPULAR EDUCATION AND RURAL EXTENSION: the pedagogic character of TARE actions to Federal Public Irrigate Perimeter at Baixo Acaraú.

ABSTRACT

This investigation aim studying the relation between popular education and actions of Technique Assistance and Rural Extension – TARE to Federal Public Irrigate Perimeter at Baixo Acaraú, due to its importance as political instrument of state TARE.

The rural extension seek for maintainable development of the communities through educative process to contribute and incorporate changes at methods, procedures and organization techniques of the productive process organization, in function of larger productivity and improvement of life quality of the rural population.

This current demand of rural extension requires to the professional the increase of new practice, technical knowledge at the range of academic formation and abilities to recover and valorize the knowledge of the farmers. This way, appears lots of visions related to TARE practices at this irrigate perimeter as attempt to search for answers to the question: What is the pedagogic character of TARE actions to the development of Public Irrigate Perimeter at Baixo Acaraú? To study the TARE actions at that Public Irrigate Perimeter and to know its pedagogic character seeking the repercussion at local community daily, contributing to TARE public policy, was the target of this study. The research was descriptive and explanatory, appealing to a qualitative approach, having as draw “the case study”. Maintainable development, rural extension and popular education were presented as theoretical reference.

The conclusion of this study point to the necessity of a redirection at the academic formation of professionals inserted at TARE actions, such as the improvement of public policy to assure rural extension service and the inclusion of professionals with pedagogical formation to develop evaluation actions, planning and supervising the actions of the extensionists.

Key words: Popular education. Rural extension. Development.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Documentos das Instituições.....	160
ANEXO B - Matérias de jornais.....	161
ANEXO C - Cópia da parte do Projeto Nordeste Territorial do BNB-Acaraú.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR - Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
A.I.A. - American International Association
AMB - Aplicação da metodologia básica
ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
APA - Associação de Pequenos Produtores do Baixo Acaraú
ASBRAER - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD – Banco Interamericano Rural de desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CGP - Coordenação e gerenciamento de projetos financiados com recursos externos
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC – Centros populares de cultura
DACO - Didática de Apropriação e Construção do Conhecimento
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DIBAU - Distrito de Irrigação do Baixo Acaraú
DIRGA - Diretoria de Irrigação

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário S.A.
EMATER - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural S.A.
EP – Educação Popular
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Divisão Tecnológica
ETA - Escritório Técnico de Agricultura
EUA - Estados Unidos da América
FACED - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa.
GESPAR - Gestão participativa para o desenvolvimento empresarial
ICEA - Instituto Catarinense de Estágio e Assessoria
IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MEXPAR - Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável
MST - Movimento social dos trabalhadores rurais sem terra
ONG – Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
SEAGRI - Secretaria de Agricultura Irrigada do Ceará
SIBRATER - Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
TTE - Transferência de tecnologias específicas
UFC – Universidade Federal do Ceará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Gráfico - Prática de ATER.....	118
2 Gráfico - Objetivo de ATER.....	120
3 Gráfico - Abordagem de ATER.....	121
4 Gráfico - Extensão rural.....	125
5 Gráfico - Perfil dos profissionais de ATER.....	127
6 Gráfico – PNATER.....	130
7 Gráfico – Educação Popular.....	134
8 Gráfico – Desenvolvimento.....	140
9 Foto 1-Trabalhador rural no lote.....	24
10 Foto 2- Canal de irrigação.....	42
11 Foto 3 - Lote plantação de banana.....	93
12 Foto 4 – Lote abandonado	104
13 Foto 5 – Distrito de irrigação.....	144
14 Esquema 1 – Educação para a participação como processo.....	82
15 Quadro 1- Relação da extensão rural e educação popular.....	90
16 Quadro 2- Divisão dos Lotes (Primeira Etapa): (Baixo Acaraú).....	96
17 Quadro 3- Caracterização dos docentes entrevistados.....	98
18 Quadro 4- Quadro analítico das entrevistas.....	100
19 Quadro5- Avaliação do nível tecnológico.....	106
20 Quadro 6- Capacitação de Produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.....	107
21 Organograma 1 – Educação para a participação como processo.....	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2	
Da ABCAR a PNATER: ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO DA ATER.....	24
2.1 Extensão Rural no Brasil e no Ceará.....	29
2.2 As ações de ATER.....	37
CAPÍTULO 3	
3. EDUCAÇÃO POPULAR, EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO: aspectos teóricos do debate.....	42
3.1 Desenvolvimento sustentável.....	43
3.1.1 Projeto de vida como caminho para o desenvolvimento.....	51
3.2 Aspectos teóricos da extensão rural: as abordagens tradicionais, sistêmicas e participativas.....	53
3.3 Educação popular: fundamentos teóricos.....	66
3.4 Educação popular no espaço rural.....	70
3.5 Uma Concepção dialética da educação para transformação.....	76
3.6 Reflexão sobre o caráter educativo da ação extensionista: a pedagogia de Paulo Freire e a teoria do Conhecimento de Jean Piaget.....	81
CAPÍTULO 4	
4.OS CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	93
4.1 A unidade de pesquisa.....	95
4.2 Os sujeitos da pesquisa.....	97
4.3 Coleta de dados.....	99

CAPÍTULO 5	
5. AS AÇÕES DE ATER “BAIXO ACARAÚ”	104
5.1. O que expressam os documentos sobre as ações de ATER.....	105
5.2. Assistência técnica no “Baixo Acaraú”.....	114
5.3. A Extensão rural nesse perímetro irrigado.....	124
5.4. A PNATER como diretriz para a prática de ATER.....	128
5.5. A Educação popular e sua relação com os serviços de ATER.....	131
5.6 Desenvolvimento rural.....	137
6. DE VOLTA AO PONTO DE PARTIDA: para onde aponta meu olhar	144
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A - Carta de Apresentação	158
APÊNDICE B – Estrutura da entrevista	159
ANEXO A - Documentos das Instituições	160
ANEXO B – Matérias do Jornal Diário do Nordeste	161
ANEXO C – Cópia da parte do Projeto Nordeste Territorial do BNB-Acaraú	162

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO RURAL: o caráter pedagógico das ações de ATER no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú.

1. INTRODUÇÃO

No final do século XX, quando se ampliavam a expansão e o aprofundamento da reprodução do capital no âmbito mundial, a educação popular se apresentava na contramão das tendências reprodutivistas pensadas com base na lógica do capital e do discurso neoliberal. Era a doce consequência das idéias do educador Paulo Freire, de saudosa memória, que se materializava nas práticas educativas dos movimentos sociais populares, no caso específico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esses movimentos sociais buscavam, no dizer de Vasconcelos, “os instrumentos essenciais...” (2006, p.139), para a elaboração de intervenções coletivas, visando à transformação dessa realidade. São as relações dos movimentos populares contrárias às relações de produções capitalistas no âmbito da sociedade civil, as quais fortaleceram e contribuíram para a proliferação de movimentos e entidades gestadas com base em experiências comunitárias, como forma de luta por condições dignas de vida e conquistas de seus direitos sociais, sobretudo para a população rural.

Malgrado a importância do aprendizado político para os movimentos sociais populares articulados com a organização, a resistência do MST acena para a necessidade de uma educação politizadora e concentrada no desenvolvimento da consciência de classe como elemento central de uma formação político-social, com ênfase na organização dos trabalhadores rurais para uma autogestão antiestatizante na perspectiva da sustentabilidade da comunidade.

Nesse entendimento, as lutas populares possibilitam uma série de ensinamentos para os demais setores populares da sociedade civil brasileira, no que tange aos processos organizativos autogestionáveis e antiestatizantes, cujas práticas exigem o abandono de atitudes autoritárias, na busca de experiências organizativas, a exemplo das experiências concretas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e, atualmente, do movimento Indígena pela demarcação de suas terras em diferentes estados brasileiros, dos quilombolas, do movimento negro.

Vivemos no emaranhado de relações conflituosas e muitas vezes contraditórias. Se por um lado estamos vivendo um movimento gerado pela sociedade do conhecimento, por outro convivemos com oportunidades diferenciadas de acesso à informação e ao conhecimento. No campo da educação popular, entretanto, nos anos 90, não mais importa se as experiências são formais ou não formais, institucionais ou não. Importa desenvolver um trabalho antielitista e antiexcludente.

Nesse sentido, a extensão rural firma o acesso à informação e ao conhecimento, pautando sua prática no processo educativo, que prevê a inclusão social, valorizando a produção e apropriação do conhecimento por agricultores e extensionistas, investindo no desenvolvimento da consciência crítica e na capacidade dos agentes sociais desenvolverem um projeto histórico próprio. Representa, ainda, um espaço de oportunidade de aprendizado coletivo.

Como investimento na melhoria das ações de Ater na tentativa de responder às necessidades atuais, a formulação e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ocorreu em um momento importante para o rural brasileiro, em que uma série de políticas públicas estavam sendo direcionadas para o campo, como crédito, energia elétrica, educação de jovens e adultos, seguro agrícola e de renda e apoio à comercialização, dentre outras. A Ater esta sendo revitalizada para estabelecer a articulação e a convergência dessas ações, atuando de forma estratégica para facilitar e promover as inclusões sociais, tornando-se um dos principais instrumentos para apoiar e animar processos de desenvolvimento rural sustentável. Apesar do processo histórico que culminou, em um dado momento, no desmonte das organizações de Ater no Brasil, a implementação da Política, mesmo sendo relativamente recente, está sensibilizando os governos estaduais e municipais, além das organizações da sociedade civil, de modo que a assistência técnica e extensão rural voltou a ocupar espaço na agenda política nacional o que chama a atenção dos países na América Latina, por ser um exemplo de que é possível fazer a promoção do desenvolvimento rural, com equidade, desde que os estados nacionais voltem a coordenar e aportar recursos para os serviços de extensão rural, visando ao fortalecimento da agricultura familiar e pautado por políticas que definam claramente os rumos desejados e tenham por base o princípio da agroecologia.

Concomitantemente, é incontestável o valor da extensão rural como instrumento de política de teor agrícola do Estado, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades

por meio de processos educativos, que contribuam para a mudança do padrão tecnológico considerado tradicional para um modelo que incorpore novos métodos, procedimentos e técnicas de organização do processo produtivo, em função de maior produtividade, bem como um acréscimo na renda agrícola, resultando na melhoria das condições de vida das populações rurais e respeito ao meio ambiente. Essa demanda atual da extensão rural exige do profissional de extensão uma ampliação de novas práticas. Reclama-se tanto o conhecimento técnico nas áreas de formação acadêmica, como também habilidades para reaver e valorizar o conhecimento dos agricultores de forma que esse saber seja apropriado numa perspectiva que considera o contexto social e histórico das comunidades.

Surge então a dúvida em relação às novas tecnologias difundidas e os esforços contraditoriamente despendidos. Quando se causa essa imprecisão, abre-se espaço para novos questionamentos sobre o modo de atuação da assistência técnica e extensão rural-ATER no sistema agrícola produtivo no Perímetro Público Irrigado do Baixo Acaraú. O cuidado com este assunto dá margem a reflexões sobre os elementos contidos na ação dos profissionais adotados nesse perímetro irrigados, considerando-se, também, que existem condicionantes sociais, ambientais, econômicos, educacionais, culturais e políticos. São fatores que influenciam na decisão do produtor de adotar as inovações tecnológicas e experienciar processos coletivos no cotidiano do trabalho rural na perspectiva comunitária.

As preocupações com essas questões instigaram a realização deste estudo, tendo como tema principal a prática dos profissionais de ATER (agrônomos, técnicos agrícolas, sociólogos, psicólogos e pedagogos) e a sua relação com a educação popular, como elementos indispensáveis aos agricultores rurais na gestão de associações, nas políticas de participação, na autonomia dos associados desta comunidade e na formação e organização para a cidadania dos seus sujeitos sociais. Dessa forma, surgem outras visões em relação às práticas na extensão rural nesse perímetro irrigado como tentativa de buscar respostas para a indagação: qual o caráter pedagógico das ações de ATER para o desenvolvimento do Perímetro Público Irrigado no Baixo Acaraú? Ou será que a extensão se limita a uma ação unilateral do domínio de técnicas para produção, sem se preocupar com a perspectiva dialógica, na ação pedagógica? Será que esta prática de extensão se efetua nos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- PNATER? Quais as condições criadas para que os resultados tenham impactos positivos na dimensão do desenvolvimento humano, na formação

de competências e nas mudanças de comportamento, em longo prazo? Até que ponto essa prática aponta para uma ação de educação popular?

Sobre esse enfoque, torna-se necessário contextualizar o problema, objeto de nosso estudo, recorrendo às concepções ou abordagem teórica a ação da ATER e sua gênese dentro de um percurso histórico, analisando-se a lógica dos elementos subjacentes que deram origem à prática extensionista no Brasil e no Ceará bem como os seus desdobramentos relacionados com o processo educativo baseados nos princípios da PNATER.

Assim, propomos como objetivo geral deste trabalho estudar as ações de ATER no Perímetro Irrigado Público Federal do Baixo Acaraú para conhecer seu caráter pedagógico haja vista sua repercussão no cotidiano da comunidade local, referenciada na Educação Popular, contribuindo para as políticas públicas de ATER. Então, com base nesse escopo, trazemos os **objetivos específicos**, nos quais buscamos aspectos trabalhados que contribuem para os avanços da pesquisa:

- 1) Levantar os estudos realizados sobre as ações de ATER nesse Perímetro Irrigado, a partir dos dados secundários;
- 2) Estudar o caráter pedagógico utilizado pelos extensionistas rurais; e
- 3) Conhecer a concepção que as instituições envolvidas, os profissionais e agricultores possuem sobre o caráter pedagógico e ações de ATER utilizadas pelos profissionais de extensão.

Neste sentido, optamos pela pesquisa descritiva e explicativa de abordagem qualitativa, caracterizada por estudo de caso por meio dos recursos instrumentais do tipo: contatos pessoais e por meio eletrônico, entrevistas individuais e grupais, transcrição da gravação das entrevistas, observações com registros em diário de campo e elaboração e análise de documentos que fizeram parte das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Distrito de irrigação e DNOCS. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, aplicadas aos agricultores, técnicos extensionistas e às instituições envolvidas com o perímetro irrigado, observações em reuniões com agricultores, técnicos e funcionários do Banco do Nordeste - BNB. Então, os dados foram organizados no programa Nu-dist, no qual foram levantados temas que depois se transformaram em categorias e subcategorias de análise, acrescidas de outras advindas da realidade investigada.

Esses estudos são permeados de experiências, vividas e observadas, nos quais houve contato direto com a realidade da Associação de Pequenos Produtores do Baixo Acaraú - APA, por intermédio da qual, desenvolvemos um trabalho de pesquisa para realização da monografia de graduação no curso de Pedagogia e, também, de experiências anteriores ao mencionado trabalho, quando ao longo dos dezesseis anos de casamento, tivemos o prazer de acompanhar o conjugue em vários perímetros irrigados na Bahia, Minas Gérias e Pernambuco, com formação profissional em Agronomia, onde ele realizava seu trabalho como coordenador das equipes técnica de extensão rural. Nessa época trabalhei no Perímetro Irrigado de Bom Jesus da Lapa (Projeto Formoso A), como auxiliar de escritório e já estudava Pedagogia. Por muitas vezes, participava como ouvinte das reuniões com os extensionistas e observava em suas falas as dificuldades em métodos para aplicações de ações técnicas e também nas abordagens com os agricultores.

Ao longo da vivência neste perímetro, trabalhei no Projeto Amanhã, localizado no perímetro irrigado do Projeto Formoso A em Bom Jesus da Lapa-BA e, assim, começamos a assessorar as equipes pedagógicas, que trabalhavam diretamente com as oficinas de formação profissional para filhos de agricultores. Daí em diante, outras perspectivas foram traçadas em torno do trabalho de extensão dos profissionais envolvidos no Projeto Formoso A e das equipes pedagógicas que atuavam no Projeto Amanhã com os filhos de agricultores rurais. Desta forma, nossa curiosidade de educadora foi aumentando e tivemos vontade de saber mais, de entender melhor e de estabelecer novas formas de percepção na realidade do trabalho rural nos perímetros irrigados. Começamos, então, um movimento permanente de questionamentos, troca e reflexão sobre as experiências e conhecimentos acumulados por todos, durante este período, valorizando a pluralidade de idéias e caminhos, de modo que, cada vez mais, nos estimulava para uma visão mais crítica na realidade rural.

Sendo assim, os múltiplos modos de ver em torno das diferentes realidades das práticas em extensão rural nos perímetros irrigados, decorrem de um processo histórico no qual estávamos inseridos, tomando como ponto de partida experiências vividas, observadas e refletidas, sinalizando questões na tentativa de indagar o senso comum e aos poucos elaborar o nosso objeto de estudo, motivando-nos à realização deste trabalho.

A primeira empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atuou no perímetro do Baixo Acaraú, foi Hydros Engenharia e Planejamento LTDA, chegando para realizar o trabalho de ATER por meio de licitações ocorridas no ano de 2000, havendo sido

vencedora da concorrência pública. Nos seus 24 anos de atuação como empresa consultora em Engenharia, a Hydros realizou muitos trabalhos, evidenciando sua experiência técnica e capacitação gerencial com a relação dos trabalhos, referentes à assistência técnica, extensão rural e capacitação; produção agrícola e comercialização de projetos de irrigação.

Os objetivos da ATER para serem cumpridos pela Hydros nesse perímetro consistiam na prestação de serviços de apoio à produção aos pequenos agricultores e suas famílias, instalados no Projeto Baixo Acaraú, no que tange a assistência técnica, extensão rural, organização de produtores e capacitação; produção agrícola e comercialização.

O principal agente de financiamento agrícola presente no projeto Baixo Acaraú é o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, um banco público que oferece linhas de crédito a juros competitivos, dentro da atual realidade macroeconômica do Brasil. Para ter acesso ao crédito, o produtor tem que cumprir vários pré-requisitos: pertencer a uma associação de produtores, elaborar um projeto técnico-financeiro e ter aprovação da SEAGRI para acesso ao fundo de aval. O BNB e a SEAGRI demonstram claramente o interesse na formação de associações para fins de comercialização de insumos e produtos e também para determinar o aval solidário entre os associados, como garantia adicional de pagamento. A partir de pesquisa realizada na graduação para trabalho de conclusão do curso de pedagogia, onde foi estudado a sociabilidade e sustentabilidade da associação APA nesse perímetro, foi possível perceber que mesmo antes de iniciarem o processo produtivo, os produtores enfrentam muitas dificuldades, pois não se encontram preparados para formar um grupo de associados, não existindo afinidades entre si, nem mesmo uma vivência mínima de trabalho coletivo, obrigando-os a conceder fiança a outros produtores associados.

Na época que foi iniciado os trabalhos no perímetro Baixo Acaraú, a SEAGRI era a instituição pública responsável pelo desenvolvimento agrícola e pelo gerenciamento e contratação dos profissionais de extensão (agrônomos, técnicos agrícolas, sociólogos, assistente social e pedagogos) para realizar a assistência técnica no perímetro irrigado, no período inicial das atividades. O trabalho da assistência técnica encarrega-se de realizar as capacitações dos produtores para a produção e comercialização dos produtos. Sendo assim, a ação da assistência técnica está vinculada ao modelo de desenvolvimento em que impõe o espírito empresarial de mentalidade pré-capitalista aos produtores, para viabilizar uma estrutura de organização com propósitos modernizantes, usando uma estratégia baseada na agricultura capitalista. Sendo assim, o Governo concebe o trabalho coletivo das associações

de produtores como entidade gestora, voltada para a produção, na convicção de que seu fortalecimento está no sucesso financeiro, ensejando uma cultura de valores permeada pelo econômico. Porém, os serviços prestados pela equipe de ATER referem-se a assistência técnica e extensão rural. Sabemos que o objetivo da assistência técnica é trabalhar para desenvolvimento de competências de novas tecnologias para produção, enquanto que a extensão rural tem por objetivo trabalhar numa dimensão mais ampla e processual.

O papel da extensão rural pode ser revelado pelo desdobramento de suas diferentes finalidades. Entre estas finalidades, estão as seguintes: melhorar as condições econômicas e sociais da população rural; aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas do agricultor e sua família; estender ao povo rural conhecimento e habilidades, para a melhoria do seu nível de vida; estimular os processos de mudanças da população rural, nos campos técnico, econômico e social; preparar um “dispositivo de disparo”, que acione as aspirações e as capacidades das pessoas para o progresso; criar uma reação em cadeia que resulte em melhores condições de vida e de trabalho para a população rural; incorporar as massas rurais, por meio da educação, aos programas de desenvolvimento de um país; acelerar o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais; aumentar a renda do agricultor; servir de ponte entre a pesquisa agropecuária e o produtor rural.

De acordo com o termo de concorrência exigido pelo DNOCS para execução do serviço de ATER em 2000 no Baixo Acaraú, constava que a missão dos serviços públicos de ATER se configurava na execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, para fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É seu objetivo maior animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, visando à melhoria da qualidade de vida.

Além dos serviços para a produção, tais como suprimento de insumos, serviços motomecanizados e financiamento da produção, ressaltamos o apoio das associações ou cooperativas aos produtores, no que tange aos mercados e comercialização, envolvendo, entre outros, os seguintes aspectos: informações de mercado – preços no atacado para os principais produtos de interesse do perímetro, praticados nas principais centrais de abastecimento. oportunidades no mercado interno e exterior para produtos agronomicamente viáveis no perímetro, com seus volumes, preços, épocas e especificações; planos para organização de

sistemas comerciais com treinamento de pessoal em pós-colheita e marketing; e mobilização de cadeias comerciais para maior eficiência da comercialização.

Este projeto investigativo apresenta-se como inovador para a comunidade local do Baixo Acaraú e também para ações das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, porque ocorre na realidade de amplo perímetro de irrigação, muito peculiar, com grande implementação de recursos vindos, tanto de instituições bancárias do Exterior como de nosso país (Banco Mundial, BNDS, BNB). Conta com a participação do Governo Federal e Estadual, em que os perímetros irrigados favorecem o emprego e renda para as comunidades locais, envolvendo um grande número de pequenos agricultores rurais, cerca de quinhentos, que, na maioria das vezes, trazem suas famílias para o campo e estas mudam suas formas de lidar com a vida do trabalho, em que deverão aprender a importar e exportar seus produtos, a viver no coletivo e nas questões solidárias.

Outro fator importante neste trabalho de pesquisa, é que temos fortes evidências por meio de leituras, de que ainda não houve pesquisa realizada no que se refere à extensão rural nesse perímetro de irrigação. Esta pesquisa aponta no sentido da interação da educação-desenvolvimento, numa perspectiva de articulação entre teoria e prática para melhoria da ação pedagógica dos profissionais de ATER. Pretende entender os problemas de comunicação e os obstáculos para os diferentes níveis de tomada de decisão e de ação. Representa um desafio no sentido de trabalhar os sujeitos populares para o desenvolvimento rural, promovendo o encontro do mundo da formação e o mundo do trabalho. Uma tentativa de analisar experiências nas áreas metodológicas que busquem levantar pontes entre diferentes atores e contextos na prática da extensão rural. Também representa um possível avanço na reflexão e colaboração para a academia, designando outras visões em torno da formação dos profissionais de Agronomia, Pedagogia, Sociologia e outros que pretendem exercer a prática de extensão rural. Quanto aos profissionais citados, essa pesquisa pretende desvelar as suas ações reavendo valores de humanização e respeito à realidade local.

As condições de vida do campo, o modo de vida deste segmento social, suas demandas de conhecimento na busca da melhoria de qualidade de vida e o papel significativo que os profissionais de extensão rural podem vir a desempenhar nos determinantes daquele meio impulsionaram-nos a aprofundar essas discussões inserindo-nos na realidade do Perímetro Irrigado no Baixo Acaraú. Nossa vontade de contribuição acadêmica, nossos vínculos, nossa solidariedade e responsabilidade com o homem do campo, a nossa história de

vida na área e nossa realização na educação retratam a importância do tema para nós. Com efeito, segundo Laville & Dionne (1999), nossos conhecimentos, preferências por determinados estados da realidade e experiências de vida ajudaram, orientaram e motivaram a escolha do tema e a buscar resposta para o problema proposto.

O resultado deste trabalho, pela sua centralidade nas ações de ATER, poderá ultrapassar os limites acadêmicos, tornando-se efetiva contribuição para elaborar políticas voltadas para uma nova reflexão em torno da formação acadêmica dos agrônomos, sociólogos, pedagogos e outros profissionais inseridos nos ambientes profissionais da extensão rural, respeitando-se, logicamente, as características de cada um. Trabalhos nesta direção costumam ser de grande importância para a realidade agrária brasileira, especialmente no presente caso, a prática da extensão rural e a sua relação com a educação popular.

Creemos que, no final da pesquisa, diante dos possíveis resultados que poderemos obter para novas inquietações, este trabalho proporcionará a possibilidade de uma nova reflexão em políticas de extensão rural do perímetro irrigado do Baixo Acaraú, tentando aproximar a leitura dos resultados de produção dos pequenos produtores rurais ao sucesso financeiro e social e das políticas de inclusão.

Incluindo esta introdução- **capítulo 1** – este trabalho apresenta-se sistematizado e estruturado em seis capítulos. **O capítulo 2**, O Contexto Histórico da Assistência técnica e Extensão Rural no Brasil e especificamente no Estado do Ceará. **O capítulo 3** apresenta os referenciais teóricos que tratam com especificidade o objeto de estudo, enquanto **o capítulo 4**, descreve o caminho metodológico adotado na pesquisa de campo. Já **o módulo 5**, se refere à análise e discussão dos dados da pesquisa, seguidas de um texto conclusivo – **capítulo 6**, apontando a visão da pesquisadora para novas perspectivas, ao que se seguem as referências bibliográficas e bibliografia, apêndices e anexos.

CAPÍTULO 2

2. DA ABCAR A PNATER: ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO DA ATER E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EXTENSÃO

Foto 1-Trabalhador rural no lote



“(…) aí você fica totalmente dependente do técnico e não consegue aprender realmente o que deve ser feito, como deve ser feito e porque deve ser feito. E se ele sair, você fica perdido e a informação só fica de um lado”. (Agricultor D2)

Voltando a lembrança sobre a história da extensão rural no Brasil, é possível apreender alguns conceitos essenciais que permearam o passado e são determinantes para compreender as transformações ocorridas nessa trajetória. Inicialmente, tomamos como caminho primordial, a busca nos diferentes momentos históricos, dos elementos que influenciaram a intervenção extensionista e a compreensão dos elementos metodológicos.

Com suporte na análise histórica, podemos constatar que o serviço de Ater vem passando por profundas transformações em suas práticas e sua cultura, no enfrentamento de novos desafios da atualidade.

Nas décadas de 40/50, a extensão rural ocorreu sob princípios e comando do capital, com influência dos Estados Unidos da América – E.U.A., visando a superar o atraso na agricultura. Sendo assim, o nascimento da extensão rural foi originado de uma conjuntura político-social firmada no contexto do pós-guerra, por ideologias comunistas, pelas relações políticas entre Estados Unidos e países periféricos. O progresso era reflexo da imagem dos Estados Unidos, e assim o Terceiro Mundo seria inserido no mercado por meio da modernização agrícola- tecnológica. O Estado seria protagonista do desenvolvimento agrícola /rural e controlado por classes dominantes. Como reflexo, o Brasil orientou sua economia para o aumento da produção e produtividade agrícolas.

A extensão rural no Brasil foi importada no pós-guerra como um dos instrumentos da política de desenvolvimento então vigente, marcada pela conjuntura da guerra fria, na qual o Brasil se aliou ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quando as duas maiores potências do mundo na época, Estados Unidos e União Soviética, disputavam a hegemonia política, econômica e ideológica.

Reportando-se ao assunto, comenta Freitas: Nesse marco histórico, o Governo dos E.U.A. inicia um extenso programa de assistência a países pobres, principalmente os da América Latina, motivado pela preocupação de que “os povos famintos têm mais receptividade à propaganda comunista...” (FREITAS, 1990:17).

Em 1948, o crédito rural, em geral, era direcionado a tecnificação da produção, assim como reformas habitacionais e aquisição de máquinas e equipamentos de uso doméstico.

Conforme Elma Dias Ruas (2006), em 1952, a ação extensionista era essencialmente creditícia e em seguida a extensão deveria ser considerada como processo educativo, privilegiando o uso de demonstração técnica e de resultados. Nessa época, 70% da população brasileira viviam no campo e tinham um modo de vida fundamentado em princípios morais, valores, tradições e religiosidade próprios, muito diferente da cultura americana, o que dificultava a adoção das inovações propostas pelo modelo de desenvolvimento dos E.E.U.U. - que pautava a necessária transição da sociedade tradicional para a moderna.

A autora assinala que esse período representou significativas mudanças na orientação do crédito rural, que deixa de ser supervisionado e passa a ser orientado, apontando nova lógica do modelo de desenvolvimento. A política de investimento na unidade familiar é deixada de lado e o crédito rural é direcionado para a modernização da agricultura. Com o estímulo ao aumento de produção e produtividade, houve uso intensivo de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, o que resultou na exclusão dos pequenos produtores, além de provocar grandes impactos sociais, culturais e desequilíbrio do meio ambiente.

No contexto das políticas públicas, mereceu destaque, no início dos anos 1960, a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), orientado pela igreja católica e posteriormente pelo Estado, que tinha por objetivo promover a educação por meio da organização comunitária (RUAS, 2006,p.16).

A extensão rural nesse período era fundamentada no “modelo” da difusão de inovações idealizado pelos estudiosos estadunidenses David Berlo e Everett Rogers.

Sendo assim, por muito tempo, adotou uma abordagem difusionista, denominada de “familiar assistencialista” (CAPORAL, 1998), baseada nos princípios da Sociologia Rural da Escola dos E.e.U.U., conhecida como Rural *Sociology*. A concepção era de que a difusão de tecnologia é capaz de promover uma melhoria do “nível de vida” dos agricultores, uma vez que promove aumento de produção e produtividade na agricultura, criando, assim, excedentes para a exportação e aumento de renda destes. Dessa maneira, seria apenas uma questão de tempo para que todos fossem beneficiados pelas inovações tecnológicas (ROGERS, 1983).

Esse modelo estimulou a aceleração da modernização na agricultura e urbanização brasileira. Trata-se de um período marcado por crescente de exclusão social e êxodo rural, provocando acentuado fluxo migratório para as metrópoles e cidades mais industrializadas. Dessa forma, ao longo dos anos, a extensão contribuiu para aumentar a concentração da riqueza e poder no campo, a queda de produção dos produtos de subsistência e o êxodo rural descontrolado.

No fim da década de 1970, o tecido social brasileiro era permeado por crises, recessão econômica, desemprego, lutas por melhores salários. Nesse contexto, foi elaborado o 3º Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, numa tentativa de criar uma política mais ampla, conciliando projetos econômicos e sociais.

Nas áreas rurais, a população começa a se organizar e participar de movimentos sociais e organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – PND, que ganharam força e expressão com a participação dos agricultores, trabalhadores rurais e outros segmentos sociais.

Em meados de 1980, houve a redemocratização, que culminou com a promulgação, em 1988, da Constituição Federal. Na Constituição Nacional, passava a ser dever da União manter o serviço de assistência técnica e extensão rural pública e gratuito destinado aos pequenos produtores e assentados da reforma agrária.

O tema participação e a preocupação com o meio ambiente aparecem mais fortemente, impregnados pela visão conservacionista, chamado conforme Caporal (1998) de período crítico-reflexivo e de tradição ambientalista. Busca-se uma tentativa de superação das fraquezas da abordagem difusionista, constituindo-se na abordagem sistêmica que se propunha desenvolver uma estreita relação entre as atividades agropecuárias, procurando entender o sistema agrícola na sua totalidade.

Conforme ensina Furtado (2000), a extensão se deparou, nos anos 1990, com uma conjuntura para qual não estava preparada para atuar; novas tendências no rural, tais como a globalização, a reestruturação produtiva e a nova institucionalidade do Estado e suas conseqüências. Esse período se caracteriza, principalmente, pela maior aproximação da sociedade civil com o Poder Público.

Inicia-se a consolidação dos conselhos de gestão, criando espaços para discussão, formulação e implementação de políticas públicas. A Lei agrícola de 1991 reforça os direitos dos pequenos agricultores à assistência técnica e extensão rural, de forma gratuita (IBID,2000).

Em 1994, o manifesto “Grito da Terra” marca de forma significativa a participação efetiva dos movimentos sociais e das organizações de trabalhadores rurais na definição de políticas públicas, na qual os agentes sociais desse movimento lutam com profundidade para o consumo responsável, por meio da consciência crítica com relação a esta sociedade e um posicionamento na contramão deste sistema. “O Consumo consciente e responsável não é algo que se improvise ou que se possa viver aqui, enquanto mais adiante fizermos o contrário. Só se pode chamar verdadeiramente consumo cidadão se for uma postura de vida que, como uma árvore, tiver raízes, corpo e frutos”(BARROS, 2008). O próprio MST e a Via Campesina são organizações mestras neste caminho.

Outro destaque de conquista dos trabalhadores rurais foi a formulação de uma política pública voltada para o atendimento das necessidades da agricultura familiar, o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.

Destaca-se ainda nesse período, a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, além dos conselhos federais, estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável, representando espaços de participação e gestão social.

Com a extinção da EMBRATER nos anos 1990 resultou na redução abrupta da participação financeira do Governo Federal e, a partir de então, os recursos e diretrizes programáticas foram estadualizados e ficando sob responsabilidade das secretarias de agricultura dos estados, o que resultou em um forte golpe aos serviços, levando a uma crise sem precedentes nos serviços de Ater. Ao longo dos dez anos seguintes, foi necessário repensar as políticas de Ater, em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, sistematizou as reivindicações da agricultura familiar e

profissionais de extensão rural pública, e elaborou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural –PNATER.

Desde finais de 2003, seguindo as orientações desta política, a SAF, intermediada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, implementou esta nova proposta. Cabe deixar registradas, duas ações importantes, realizadas no final de 2004, visando a recolocar a extensão rural na pauta da política nacional. Assim, em novembro, foi realizada, em Brasília, a Conferência nacional de Ater, com representação de quase todos os estados. Em paralelo, o DATER organizou uma exposição sobre a História da Extensão Rural no Brasil, com duração de duas semanas e contou com a participação ativa de organizações de Ater governamentais e não governamentais de vários estados brasileiros. Nesse sentido, cabe salientar, em 2004, a SAF/DATER executou 96,12% do orçamento destinado ao Fomento de Atividades de Ater e capacitação (PRONAF). Com isto, a SAF / DATER contribuiu, decisivamente, para que a abrangência dos serviços de Ater pudesse chegar, direta ou diretamente, a um total aproximado de 1,6 milhão de unidades familiares de produção (EMATECE, 2003).

Nesse sentido, com a definição das políticas de ATER, a partir da PNATER, surgem novos horizontes de abordagem que promovam participação dos agricultores como sujeitos do desenvolvimento. Então, começam a falar de um processo educativo dialógico a metodologia participativa definida na política nacional de ATER que privilegia os processos participativos de promoção do desenvolvimento rural, apoiados em conceitos como agroecologia, equidade social, participação, educação popular, “empoderamento”, gênero, geração, etnia e desenvolvimento sustentável.

Com essa breve recuperação histórica, podemos entender como se deu a extensão no Brasil e no Estado do Ceará. O desafio é tentar fazer uma releitura da realidade e dos processos metodológicos em relação às ações de ATER no Baixo Acaraú.

2.1 Extensão Rural no Brasil e no Ceará

O surgimento do programa de extensão rural no Brasil representou uma romântica possibilidade de transformar o rural brasileiro de um eficaz e intensivo programa educativo de

base, em um *farmer* do pós-guerra, ou seja, a utilização de recursos técnicos na produção para ensejar maior produtividade e conseqüentemente o bem-estar social (LEITE, 1999).

Fonseca considera que dois fatores subjacentes propiciaram a emergência da extensão rural no Brasil, um fato econômico e um fato político, sendo os dois intimamente relacionados: “A preocupação das elites com a educação rural e o desempenho econômico exigido do setor agrícola no contexto das relações políticas após o movimento de 1930, na sua relação com a conjuntura internacional do pós-guerra”. (FONSECA, 1985:54)

Em relação à educação rural, a ação extensionista apresentava-se como um modelo de educação e de organização sócio-produtiva que permitia a disseminação de um tipo de escolaridade informal com fundamentos nos princípios tradicionalistas-exploratórios, sob uma roupagem liberal moderna: desenvolvimento agrário. Desde então, o extensionismo tenta se adaptar às forças produtivas e às relações de produção, inerentes ao modelo predominante de desenvolvimento vigente.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural foram iniciados no Brasil no final da década de 1940, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra. O ano de 1948 foi o marco inicial dos serviços institucionalizados de extensão rural no Brasil, quando, em convênio do Brasil com os Estados Unidos, foi implantado o programa piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e foi fundada a Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural-ACAR, em Minas Gerais, com a finalidade de coordenar programas de extensão e captar recursos técnicos financeiros. A implantação de uma mentalidade extensionista no Brasil deve-se, em grande parte, ao trabalho pioneiro desenvolvido pela ACAR que, por sua vez, foi fruto dos esforços feitos pela *merican International Association*, a A.I.A., que estava empenhada em difundir o modelo do serviço de extensão, como meio de ajudar o desenvolvimento econômico e social de alguns países em fase de desenvolvimento (LEITE, 1999).

A extensão rural nasce como tentativa de superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para com as classes menos favorecidas do campo, o estatismo informal da educação rural, possibilitando indiretamente, a criação dos espaços necessários para o aparecimento de movimentos populares, como os centros populares de cultura- CPC e, mais tarde, o Movimento Educacional de Base – MEB (IBID,1999). Esses movimentos foram política e pedagogicamente utilizados por Paulo Freire, no qual seu método de educação popular revolucionou a prática educativa pelo universo sociolinguístico –cultural desses

mesmos grupos, que, em sua dialética formal-tradicional, rompeu com a dicotomia até então vivenciada pela escola brasileira.

Dentre os mais variados conceitos de extensão rural podemos demonstrar a definição da ABCAR: “é um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida”. O principal objetivo da extensão rural é contribuir para o desenvolvimento rural, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população rural.

Para que a Extensão Rural possa atingir os seus reais objetivos de ordem prática, é necessário que se disponha de uns tantos requisitos, entre os quais os mais importantes são: disponibilidade de informações práticas, baseadas nas necessidades reais; de um sistema de pesquisa, para fornecer as ditas informações; de pessoal técnico, treinado para o trabalho de extensão; de bens de produção, a baixo custo; de crédito; de um serviço de extensão responsável e bem estruturado, capaz de elaborar um bom programa de extensão.

No entender de Andrade, “o instrumento básico de sustentação das ações da ACAR-MG foi o crédito supervisionado, consistindo de um programa elaborado por seus técnicos que contemplavam a propriedade rural na sua totalidade; envolvia a educação, a saúde, a higiene, o jovem, a produção; da criança ao adulto, da casa ao roçado, tudo estava no programa”. (1991:47). Assim, a atuação da extensão rural, na fase inicial, caracterizava-se como orientação sob as dimensões no político, social, econômico, cultural e das relações internacionais e assistência técnica no sentido de preparar o agricultor e sua família para as novas tecnologias de produção articulada ao crédito rural supervisionado (LEITE, 1999).

Essa idéia extensionista foi avaliada em 1952 constatando-se resultados pouco satisfatórios. Inclusive organizações internacionais (como a AIA) tecem críticas ao pouco sucesso da extensão. Os resultados do trabalho da ACAR –MG exigiram mudanças radicais em todo sistema. Foi assim, que houve um redirecionamento.

Com efeito, esse modelo foi se expandindo e, logo no ano de 1954, foram instituídas as Associações Nordestinas de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), tendo como fundadores o Banco do Nordeste (BNB), a AIA, o Banco do Brasil, lideranças rurais e autoridades.

O novo discurso da extensão rural tomou caráter do modelo difusionista inovador, passando a incorporar um teor educativo, bem como alternativas comunitárias de auto-ajuda, modificando mais uma vez a conceituação para se ajustar à nova realidade. A base rogeriana da extensão rural aposta na idéia de que a “mudança social” ocorrerá com a introdução de novas técnicas. Aprimoram-se novas metodologias, mas, mesmo assim, as respostas não estão à altura das exigências do pólo dinâmico da economia, o setor industrial (CAPORAL, 2007).

Nessa nova lógica do extensionismo, os profissionais extensionistas eram manipulados para se sentirem “como missionários”, carregando consigo a responsabilidade de uma importante parcela do desenvolvimento nacional – o que dependia das possibilidades de introduzir no interior do País o uso de técnicas modernas na agricultura.(FONSECA,1985).

Assim, as ações extensionistas baseavam-se no pré-serviço com metodologia de caráter difusionista com base em pacotes tecnológicos para atingir os fins e não os meios para produção, numa concepção bancária de educação, educação para reprodução de uma nova adaptação do ser no mundo (CAPORAL 2006).

Cabe lembrar que, nesta época, as universidades já haviam incorporado uma disciplina curricular para trabalhar a extensão rural como parte integrante do currículo das ciências agrárias. Criou-se um modo eficaz de reproduzir profissionais da agropecuária para assumir acriticamente a tarefa difusionista levada avante pela ACAR (CAPORAL,1998).

No ano de 1956, criou-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica Rural - ABCAR, ano decisivo para a consolidação da extensão rural no Brasil. Após a criação dos serviços de extensão nos estados sulinos, houve um aceleração no ritmo de expansão dos serviços, e vários outros estados começaram a tomar iniciativa, para criar seus próprios serviços de extensão (IBID, 1989).

Por essa época, existia o Programa de Cooperação Técnica Brasil – Estados Unidos, do qual fazia parte o Escritório Técnico de Agricultura - ETA, que funcionava em conjunto com Ministério da Agricultura. O ETA contribuiu de forma decisiva para expansão dos serviços de extensão, especialmente na região Sul do País. Com a participação técnica e financeira do ETA, foram criados e iniciaram suas atividades, em 1956, mais dois serviços de extensão: a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC, e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA.

Esta nova visão desenvolvimentista permeada pelo difusionismo não estava coerente com o modo de educação da ABCAR e suas filiadas. Então era necessária a criação de um órgão que se moldasse ao novo paradigma. Assim, foi extinta a ABCAR e criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão (EMBRATER).

Mesmo instituída a EMBRATER, as mudanças não foram substanciais. O modelo EMBRATER, ao compreender o processo de exclusão da maioria das famílias rurais, propõe o trabalho com grandes e médios na base de tecnologia, agregando para os agricultores de baixa renda um trabalho complementar de cunho social assistencialista. Oportunamente, foram criadas as empresas de assistência técnica e extensão rural (EMATERs) em todos os estados, exceto São Paulo.

Assim, a expansão dos serviços de extensão rural, no Brasil, processou-se da seguinte forma: criação da ACAR – 1948; introduzia-se, assim, no Brasil, a idéia extensionista, com o objetivo de trabalhar pela promoção do homem rural. Surge a ANCAR no Nordeste (Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural) – 1954: em virtude da criação do Banco do Nordeste do Brasil, com sede no Recife, em 1954, um grupo de líderes e autoridades resolveu instituir uma entidade nos moldes da ACAR, porém de âmbito regional, abrangendo os oito estados do Polígono das Secas: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Novos serviços de extensão surgem no Sul – 1955/56: no Rio Grande do Sul, em junho de 1955, aparece o terceiro serviço de extensão, com o nome de Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, – ASCAR, pela iniciativa de várias instituições públicas e privadas, a qual iniciou suas atividades em 1965.

Além destas empresas, ressalta-se o trabalho de organizações não governamentais brasileiras que se propõem a assessorar e apoiar o desenvolvimento rural. A nomenclatura ONG, inicialmente, esteve associada a ONU e se referia a um universo de entidades que não representavam os governos, mas tinham presença significativa em várias partes do mundo, como a organização internacional do trabalho – OIT, O Conselho Mundial das Igrejas, a Cruz Vermelha Internacional e outras mais (GOHN, 2001).

Conforme a autora, na América Latina, as ONGs tiveram outros processos de desenvolvimento e campos de atuação, inclusive no âmbito da extensão rural, como promotora do desenvolvimento, objetivando atuar nas campanhas pela promoção do “mundo subdesenvolvido”.

Segundo documento ANCAR – CEARÁ (1977), Dez Anos a Serviço do Povo Rural, “o mundo subdesenvolvido, oprimido pela pobreza e pela miséria, buscava formas de assistência às populações atrasadas e carentes”. Nesse período buscaram-se iniciativas internacionais para superar o subdesenvolvimento através de acordos de cooperação e assistência promovidos pela Organização das Nações Unidas. (ONU)”

O Nordeste brasileiro era considerado um dos maiores bolsões de pobreza, conjugando escassez de recursos naturais com grandes problemas de estrutura agrária, de baixa produtividade do trabalho agrícola.

Dos anos 80 em diante, quando o modelo já dava mostras de sua estagnação, o sistema de extensão rural não conseguiu dar um passo além da elaboração de um novo discurso. Daí, a extensão entra em período de anomia. Compreender a realidade dos anos 90 representou a base para a redescoberta de caminhos para a extensão rural.

Com a origem na realidade do Estado do Ceará, o serviço de extensão rural foi implementado em 16 de fevereiro de 1954, e era inicialmente, subordinado ao escritório com uma sede no Recife-PE, contando com quatro escritórios municipais pioneiros. Em 1958, houve uma descentralização administrativa, com a criação de programas estaduais de extensão rural. Em 20 de novembro de 1964, o serviço de extensão rural tornou-se autônomo, com a criação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR-CE. Caracterizava-se pelo centralismo das decisões tanto de cunho técnico, como administrativo, cabendo ao extensionista apenas a realização do diagnóstico do município.

No que diz respeito a públicos, processo de trabalho, diretrizes e linhas de ação, a extensão rural no Ceará, vivenciou vários momentos de redirecionamento desses elementos. Na primeira ocasião, todo trabalho era enfatizado pelo crédito rural supervisionado, que preconizava o desenvolvimento da empresa agrícola e da família rural. O crédito supervisionado tinha como objetivo viabilizar a tecnologia preconizada pela ação extensionista para a propriedade rural, difundindo sementes melhoradas, conservação do solo, aquisição de implementos, defensivos, construções, cuidados com vestuário e administração do lar. Após a fase do crédito supervisionado veio o trabalho com liderança, grupos de produtores, ação comunitária, trabalho com jovens rurais.

No início de 1970, o crédito supervisionado foi substituído por outra modalidade, denominada crédito rural orientado, com vistas a atender á política de exportação do Governo Federal. Nesse sentido, “Há uma subordinação do homem e do sistema produtivo rural ao

capital, principalmente estrangeiro, em que as relações de trabalho e de produção devem girar em torno de seus ditames”. (LEITE, 1999, p. 71). A extensão rural modificou e acelerou o ritmo das relações sociais e de trabalho no campo, com o objetivo de atender exclusivamente, as propostas capitalistas modernas.

Conforme foi escrito, em 1974, a extensão rural toma novos rumos com a extinção da ABCAR – e a criação da EMBRATER, passando, assim, a coordenar a política de assistência técnica e extensão rural no País. Para atender ao novo modelo organizacional, foi criada em 1975 a EMATERCE, que passou a atuar efetivamente em 1976.

Então, um novo enfoque foi dado no que se refere às estratégias operacionais de extensão rural no Estado, que passou a atender aos públicos de alta, média e baixa renda. O objetivo passou por reformulação e a ser transferência de tecnologia agropecuária e gerencial. Então, a assistência técnica, com a difusão de práticas isoladas, é substituída pela assistência que privilegiavam o sistema de produção como um todo (LEITE, 1999).

O ano de 1976 também foi marcado pelo surgimento do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste-PROJETO SERTANEJO. Com a implantação desse programa, a EMATERCE –CE se engajou neste nas equipes de assistência técnica, tendo como missão disseminar tecnologias para o aumento de produtividade.

Durante esse percurso histórico, a extensão rural no Ceará experimentou também tentativas de mudanças no processo de prática de trabalho, depois da segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, quando implementou o trabalho de multiplicadores rurais, com o objetivo de aumentar abrangência, pela utilização de líderes rurais informais que, devidamente treinados, tinham a missão de facilitar as mudanças nas técnicas de trabalho, produção e organização dos agricultores dos grupos de vizinhança.

Em 1990, o governo do presidente Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, desativando o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, o sistema de extensão rural no Brasil caiu num vácuo de indefinições de estratégia e prioridades, refletindo-se na ação da EMATERCE, representando um abandono aos esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no País.

De acordo com o documento da PNATER (2004), a consequência da extinção da EMBRATER, resultou na redução abrupta da participação financeira do Governo Federal desde os anos 1990, passando a ser irrisória em relação ao orçamento das empresas de ATER

do setor público ainda existentes, que chegavam perto de 1 bilhão por ano. Então, os recursos e diretrizes programáticas foram estadualizados e ficaram sob responsabilidade da Secretaria da Agricultura do Estado, além de se ver ampliada à influência dos interesses políticos dominantes em cada região. O afastamento do Governo Federal resultou em um forte golpe aos serviços, levando a uma crise sem precedentes na ATER oficial, que é tanto maior quanto mais pobres são os estados e municípios.

Em seguida, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, foi marcado pela redução da participação estatal na agricultura irrigada, no qual os pólos de irrigação já instalados e mantidos com recursos públicos (DNOCS e CODEVASF) deviam mudar para se adequar às condições de mercado. Sendo assim, as ações de assistência técnica e extensão rural, mais uma vez, foram direcionadas para a produção e comercialização.

Em se tratando do Governo Lula, as políticas de ATER tomam novo rumo, estabelecendo outro marco do Estado democrático em que as atividades de ATER em suas modalidades, passam a ser coordenadas pela Secretaria de Agricultura Familiar- SAF, do Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA, como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Nesse contexto político, nasce à nova ATER baseada em uma análise crítica dos resultados negativos já identificados historicamente, para atender aos anseios da sociedade brasileira, em especial, das pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais. Foi reformulada e definida, então, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.

A implementação da Política Nacional de Ater ocorreu em um momento importante para o rural brasileiro, em que umas séries de políticas públicas estavam sendo direcionadas para o campo. O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, Secretaria de Agricultura familiar – SAF e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA trabalhou desde então na implementação da PNATER e no estabelecimento dos procedimentos para a efetivação do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER. Destaca-se, entre as estratégias adotadas neste sentido, o apoio à formação e estruturação de redes para prestação de serviços, por instituições/organizações estatais e não estatais.

Ante os desafios impostos pela necessidade de implementar estratégias de produção agropecuária compatíveis com os ideais do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos

de ATER tentaram transformar sua prática convencional e introduziram outras mudanças institucionais, para que pudessem atender às novas exigências da sociedade. É sabido que o desenvolvimento sustentável almejado pelo País, supõe o estabelecimento de estilos de agricultura, extrativismo e pesca igualmente sustentáveis, que não podem ser alcançados unicamente por meio de transferência de tecnologias.

Dessa forma, a PNATER tem como princípios: A) assegurar com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA / Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar; B) contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais; C) adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos de um paradigma tecnológico nos princípios da agroecologia; D) estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações; E) desenvolver processos educativos permanentes e continuados, desde um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de comportamento e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria de qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Após o primeiro ciclo de implementação da PNATER estão criadas as condições para o acesso, articulação e convergência com outras políticas, cujas ações venham ao encontro da pobreza rural; segurança alimentar; geração de renda e diversificação da produção, com tecnologias que permitam a implementação de sistemas de produção sustentável que possibilitem os agricultores familiares exercerem a cidadania.

2.2 As ações de ATER

Após a contextualização histórica do surgimento das ações extensionistas em nosso país discutidas anteriormente, torna-se necessário realizar uma reflexão em torno das características das ações de ATER, referentes às suas diversas fases.

A formação dos profissionais de extensão rural na primeira fase, chamada de humanismo assistencialista, em 1946, foi marcada pela pedagogia tradicional (educação bancária), pelo conhecimento incorporado (Ciências Agrárias, Comunicação, Administração e Economia Rural), pelo domínio da tecnologia e pela visão reducionista e concepção mecânica do mundo.

Na segunda fase, no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980) chamada de “difusionismo produtivista, fase esta marcada pela revolução verde¹, os extensionistas tratavam o agricultor como objeto e sua ação era para se tornarem e procederem como agente de mudanças”.(FURTADO, 1999). A metodologia adotada era um receituário, manual, com fim em si mesmo, numa abordagem difusionista, métodos usados nesta época pelos extensionista marcados por ações paternalistas. Isto é, não havia a problematização com os agricultores e apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas, não favorecendo a constituição da consciência crítica nos indivíduos e apenas atendendo as necessidades imediatas dos produtores rurais.

A prática profissional se baseava no sistema de crédito subsidiado direcionado para a intensificação do uso de insumos (rações, hormônios, fertilizantes e agrotóxicos) e tecnologias promovidas pelas indústrias química e mecânica (máquinas e implementos) – pacotes, então o agricultor era subordinado ao capital industrial e a formação do profissional em extensão rural consistia em um conhecimento induzido, numa pedagogia Tradicional (autoritária-educação bancária), no conhecimento incorporado (Ciências Agrárias, Comunicação, Administração e Economia Rural), na ideologia com domínio da tecnologia na visão reducionista, uma tecnologia neutra do objeto “dado” e indiscutível; o agrônomo era o comunicador com uma concepção mecânica de mundo, com formação técnica com bases no pré-serviço (IBID, 1999).

¹ Movimento iniciado nos anos 1950, caracterizado pelo uso intensivo de insumos químicos, combinando a utilização de sementes híbridas e a mecanização agrícola.

A assistência técnica e extensão rural (ATER) visava fazer crescer a produtividade e mudança de mentalidade dos produtores, do tradicional para o moderno; a extensão rural como um empreendimento e instrumento de persuasão de produtores para que adotassem as novas tecnologias. Sendo assim, seus conhecimentos empíricos não interessavam nem suas necessidades eram levadas em conta. A extensão nesta época assumiu um caráter tutorial e assistencialista como forma de evitar os apelos ideológicos do comunismo e, mesmo, a subversão aberta. Era, portanto, essencial que os brasileiros fossem convencidos de que o alinhamento com o “mundo Livre” e o capitalismo era a rota mais vantajosa a ser seguida (RIBEIRO, 2006).

Depois de 13 anos que se seguiram, com a disponibilização de conhecimentos e tecnologias, a socialização de informações sobre mercados e políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, os trabalhos da extensão foram se tornando atividades cada vez mais escassas.

Do início dos anos de 1980 até os dias atuais, devido ao término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia de libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase foi chamada de ‘humanismo crítico’. (LISITA, 2007, p.2).

Os defensores dessa fase asseguravam que as metodologias de intervenção rural devem agir nos princípios participativos, levando em conta aspectos culturais do público-alvo. Assim, houve grande diferença entre a fase do difusionismo produtivista e da era do humanismo crítico, que foi a participação ativa dos produtores.

Só que mesmo seguindo orientação para os princípios participativos, a maioria das empresas de ATER continuou com a mesma orientação básica: incluir o pequeno agricultor familiar na lógica do mercado, tornando-o cada vez mais dependente de insumos industrializados e assim subordinado-os ao capital industrial. Buscam-se opções tecnológicas na perspectiva de aproveitamento dos recursos naturais, das energias alternativas, mas a metodologia de trabalho dos extensionistas permanece sem muitas alterações (FURTADO e FURTADO DE SOUZA, 1999).

A tentativa mais importante para superar as “fraquezas” evidenciadas da abordagem difusionista constituiu-se na abordagem sistêmica com base principalmente nas idéias de Norman, (1980); Shanner, Philipp, Snmeehl, (1981), e se propunha desenvolver uma estreita relação entre as atividades agropecuárias, procurando entender o sistema agrícola na sua totalidade. Essa abordagem, portanto, contrapunha-se à atitude autoritária, difusionista, destacando os sistemas de produção como forma de valorizar a realidade dos agricultores. Defendia o envolvimento do agricultor na geração de tecnologias, embora impregnado de princípios difusionistas.

Conforme Lisita (2007), o grande desafio é que os órgãos de pesquisa, universidades e movimentos sociais possam criar estratégias para pôr em prática, metodologias participativas de ATER, que incluam os agricultores familiares desde a concepção até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes do processo, valorizando seus conhecimentos e respeitando seus anseios.

Então, uma nova conjuntura, marcada pelo neoliberalismo, pela globalização e reestruturação produtiva, seria necessário e urgente às inovações e modificações na atuação do profissional das agrárias, e conseqüentemente nas ações da extensão rural, um novo projeto formativo, para responder a uma série de transformações ocorridas, como: mudança nos espaços rurais, a intensificação da agroecologia e da agricultura orgânica, a multifuncionalidade e “pluratividade” da agricultura, o agronegócio, o surgimento da economia solidária e mercado justo, a intensificação do terceiro setor.

Surge nova conjuntura econômico-social que fez nascer o paradigma atual para os novos desafios: crise de financiamento imposta pelos “hegemônicos”; novas concepções de desenvolvimento – desenvolvimento local sustentável; novos paradigmas tecnológicos e ambientais (Informática e Engenharia Genética - Biotecnologia, clonagem, transgênicos); reestruturação do processo produtivo; geração de padrões socio-ocupacionais; papel do Estado (mínimo); as institucionalidades; ruralidade – “pluratividade”; padrão da agricultura brasileira: agronegócio e agricultura familiar; imposições para mudanças institucionais; descentralização, municipalização, privatização.

Seria necessário um profissional com formação crítica permeada por uma educação progressista (construtivismo, educação democrática e questionadora); um profissional de extensão que se colocaria como facilitador/animador, numa concepção holística do mundo com visão interdisciplinar, respeitando o agricultor como sujeito. O pensamento

interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma exaustiva. Tenta o diálogo com outras fontes do saber, deixando-se irrigar por elas, validando o senso comum.

Temos como novos princípios para a formação do profissional a produção do conhecimento permeada pela Pedagogia progressista (construtivismo-educação democrática, questionadora) onde o conhecimento seria articulado com demais áreas de conhecimentos, numa visão interdisciplinar, pautado por uma ideologia nas dimensões: técnica, social, econômico, do ambiente, da cultura, da história e da política, na qual a tecnologia não é neutra e é um objeto discutível. O facilitador mostra-se como animador, assumindo a concepção holística de mundo, político e comprometido (FURTADO 1999).

Nessa perspectiva, a educação desejada nos tornaria questionadores, críticos, democráticos, despojados, solidários, identificados com o coletivo, defensores da justiça social e comprometidos com a sociedade, mediante uma formação crítica. Uma educação para trabalhar com a pobreza e lutar pelas mudanças estruturais e agir em prol da inclusão social. Entre os desafios de uma extensão rural para o desenvolvimento sustentável está a necessidade de estabelecer-se um “novo profissionalismo”. Com efeito, como sabemos, uma das deformações geradas pelo modelo de desenvolvimento rural e agrícola ainda vigente foi a transformação imposta aos modelos de educação e formação dos profissionais das ciências agrárias e outras áreas do conhecimento (IBID,1999).

Com suporte nestas premissas, acontece a intensificação da agricultura familiar, um trabalho da gestão intimamente relacionado, em que a direção de produção é realizada pelos proprietários, numa produção diversificada e com ênfase na conservação dos recursos naturais e na qualidade de vida. Pretende-se fortalecer e estimular a agricultura familiar com o objetivo de superar um padrão de carência no meio rural em várias regiões do País, incluindo o semi-árido nordestino.

Como característica principal demonstra a estratégia voltada para garantir a segurança alimentar da família, buscando minimizar risco, aumentar a renda total da família, garantir o emprego da mão-de-obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e da população (INCRA, 1995). Dentre as iniciativas voltadas à ampliação das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar que o Governo Federal vem implementa esta Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Para o cumprimento desses desafios e compromissos, a Política Nacional de ATER foi constituída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do Governo Federal, ouvindo os governos das unidades federadas e suas instituições, assim como o segmento da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. Este processo participativo somou-se à conjuntura de um governo popular com políticas de inclusão, criando, fruto desta participação, um cenário bastante favorável para a implementação de uma política de ATER que atenda aos anseios da sociedade.

A concepção da Política Nacional de ATER está também fundamentada em outros aspectos considerados básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em uma implementação sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros, em parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo Território Nacional. Incluem-se aqui as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF.

Dado o que vimos antes, podemos garantir que a nova extensão rural exige um “novo profissionalismo” que se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de ver as pessoas antes das coisas, com especial atenção aos grupos menos favorecidos. Como já detectamos os métodos ajudam, mas não são suficientes para produzir novas relações entre agentes de ATER e agricultores; inclusive porque os métodos não são neutros, já que correspondem a contextos sociais, ideológicos, políticos e históricos, de modo que podem ser utilizados para levar a uma genuína capacidade de organização, assim como podem ser utilizados apenas para satisfazer objetivos externos (EMATERCE, 2007).

CAPÍTULO 3

3. EDUCAÇÃO POPULAR, EXTENSÃO RURAL e DESENVOLVIMENTO: aspectos teóricos do debate

Foto 2- Canal de irrigação



“(…) nós precisamos ter argumentos para questionar, para quando o técnico diz: faz isso, faz aquilo, ele compreender e saber que... podemos perguntar, pra que daí agente ganhe conhecimento, né?” (agricultora-D12)

O referencial teórico deste estudo está fundamentado nos princípios da educação popular e referenciado nas dimensões do desenvolvimento sustentável, uma concepção científica da realidade enriquecida com a prática social da humanidade. Pensar dialeticamente implica a tentativa de compreensão total da realidade, operando com o movimento que vai de todas às partes e destas ao todo, pois um elemento adquire significado quando inserido no conjunto que lhe dá coerência.

Em todas as experiências coletivas, os agentes sociais buscam autonomia de trabalho, mais liberdade na esfera das decisões. Convém não esquecer que a concretização da liberdade e da igualdade, dentro de uma sociedade marcadamente desigual, é profundamente afetada pelas circunstâncias, contudo, não podemos perder de vista a noção de que as circunstâncias fazem o homem, assim como os homens fazem as circunstâncias. Esta é a lição sinalizada para realização deste trabalho.

Portanto, por meio desse capítulo, tentaremos indicar possibilidades de criar outra visão para a problemática da extensão rural contemporânea em seus aspectos sociais,

educacionais, econômicos, ambientais e políticos, o que requer o investimento pessoal no aprofundamento teórico, o qual orientará a busca de convergências entre a ação extensionista e a matriz conceitual, possibilitando uma visão mais ampliada da ação e dos impactos desta sobre a realidade – atual e desejada.

3.1 Desenvolvimento sustentável

Para entender melhor o conceito de desenvolvimento sustentável nos espaços rurais, será necessário refletir sobre o conceito de espaço rural e suas modificações elaboradas historicamente em torno dessa realidade, pois esse, é um fenômeno extremamente complexo. Os limites à compreensão integral da realidade começam pela percepção que temos dela. É na realidade que os seres humanos têm que satisfazer as exigências de seus organismos. Para tanto, não basta perceber a realidade, é preciso agir nela e sobre ela, segundo a forma como é percebida por todos.

Nessa atualidade o rural é percebido e entendido de formas diferenciadas das épocas anteriores, por exemplo; na Idade Média, o rural era entendido como único espaço de plantação e sustentação da comunidade feudal e os centros eram compreendidos como locais para a troca de mercadorias, com finalidade econômica, mas a população em sua maioria ainda vivia no rural.

Com o advento da Revolução Industrial, Graziano (1996), apresenta a consumação entre a separação do campo e da cidade. Para esse autor, o surgimento do rural deu-se com o desenrolar dos processos econômicos. O rural é tido como espaço de produção e a cidade como lócus de comercialização para desenvolver processos econômicos. Assim, com a intensificação da globalização, os limites do rural e do urbano se tornam tênues, havendo uma integração entre o campo e a cidade, sendo marcado pela transição dos complexos rurais para complexos agroindustriais.

Sendo assim, o universo do consumo constitui-se enquanto instância legitimadora e se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como; Estado, a escola e a família. O consumo pode ser definido como nova territorialidade diferenciada como o universo do consumo e o universo de estilos de vida, mudando as relações sociais, dos produtos e dos valores e mercadorias. Pode-se falar de uma tecnologia, porém não de uma cultura, cada vez mais hegemônica. Nesse sentido, ocorreu uma globalização de economia e uma

mundialização da cultura (IBID, 1996, e entretanto tal sucede de forma irregular no meio rural, não conseguindo alcançar todos os setores econômicos igualmente, pois, no meio rural, especificamente na agropecuária, possui formas complexas de funcionamento.

Assim, destaca-se a crescente orientação da produção para mercados capitalistas e a articulação dos agricultores com o complexo agroindustrial. Diante deste contexto, provoca conseqüências sobre a dinâmica agropecuária como expropriação e exploração do campo, precarização do trabalho e “pluratividade”. Nessa perspectiva, o rural caracterizou-se com bases na dimensão econômica.

Sendo assim, o mundo do trabalho, o mundo da vida, as organizações sociais, enfim, cada espaço da vida dos homens está sendo profundamente atingido pelas transformações e mudanças numa nova realidade histórica globalizada. Todos sentimos que estamos sendo desafiados, exigidos e atingidos, constantemente, em nossos lares, em nosso trabalho, na política, no cotidiano da convivência humana. Estes novos desafios da vida social exercem pressões sobre nossas vidas, produzindo novas necessidades, abrindo espaços para outras formas de organização social. Assiste-se a uma nova reorganização da sociedade, e, a cada momento, os agentes sociais transformam suas formas de falar, pensar, conhecer, dominar e resistir. Estas transformações também privilegiam a realidade dos agricultores rurais no Perímetro Irrigado do Sertão Nordestino no Baixo Acaráu, mudando seu modo de viver, de plantar, transformando sua dinâmica societária na vida do trabalho rural.

De acordo com Lévy,

...a evolução da técnica, o progresso da ciência, as turbulências geopolíticas e os elementos aleatórios dos mercados dissolvem os ofícios, pulveriza as comunidades, obrigam as regiões a se transformar, as pessoas a se deslocar, mudar de lugar, de país, de costumes e de língua. A desterritorialização muitas vezes fabrica a exclusão e rompe os laços sociais. Quase sempre confundem as identidades, pelo menos aquelas que fundavam sobre pertenças ou “raízes”. Resulta em um terrível desajuste, uma imensa necessidade de coletivo, de laço, de reconhecimento. (LÉVY,1999 p.42).

Essas mudanças, além de provocar as transformações no plano cultural, social, político e econômico, enseja outra visão para melhor compreender o novo desenvolvimento. Tânia Bacelar (2008) revela que estamos revendo no atual contexto, vários conceitos sobre desenvolvimento.

...estamos em uma fase em que a certeza de que desenvolvimento era crescimento econômico, que progresso era sinônimo de industrialização e que ser desenvolvido era produzir bens industriais estão sendo questionados. A tendência é construir um conceito mais complexo de desenvolvimento (BACELAR, 2008,p.16-17)

Consoante Almeida (1997), no século XX, em países e regiões afastadas dos centros da modernização, a idéia de desenvolvimento ganha força. Na década de 1950, o termo já era empregado corretamente na literatura econômica e na linguagem comum. Desde então, tornou-se um componente ideológico essencial da civilização ocidental.

Para Jara (2001), as transformações na esfera internacional com a eliminação das barreiras ao livre comércio, explicam em boa medida os ajustes realizados nas políticas agropecuárias. Ainda, segundo o autor, na América Latina, começam a se concretizar experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis, com novas implementações.

O conceito tradicional de desenvolvimento rural associa-se à produção de bens materiais para satisfação das necessidades básicas e melhoria das condições de vida. Rural não é só agrícola, cidades são elementos-chaves para se pensar o desenvolvimento rural. A proposta atual pauta-se em perspectiva holística, tendo por foco o desenvolvimento do ser humano; parte do capital social, do capital humano e do “empoderamento” para dar conteúdo à real democracia (JARA, 2001).

O conceito de desenvolvimento sustentável apareceu num contexto de crises, de degradação de evoluções preocupantes, diretamente ligadas à mundialização (TONNEAU, 2004). O aumento de trocas resultou no crescimento de bens produzidos. De outro lado, a exclusão social demonstrou que o desenvolvimento de alguns pode nascer do subdesenvolvimento de outros. Conforme Jara (2001), a ênfase do desenvolvimento sustentável está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser das pessoas, e não no que elas podem ter.

Conforme Abranches (2007), as políticas públicas propõem projetos de desenvolvimento auto-sustentado com ênfase na geração de renda², dentro de uma economia capitalista na qual as regras do mercado são redefinidas, passando a buscar a auto-sustentação

² Projetos que buscam em seus objetivos e resultados melhores condições de obtenção de renda e trabalho para as comunidades, ao mesmo tempo em que consideram os resultados e impactos sociais e ambientais gerados pelas ações dos projetos. Ou seja, não se trata de gerar renda e a qualquer custo, mas de considerar aspectos como o protagonismo dos envolvidos, a autonomia da comunidade, o cuidado com as questões ambientais, e que tipo de condições são criados para que os resultados do projeto tenham impacto ao longo prazo.

financeira, criação e incremento dos caminhos do setor de produção. A palavra de ordem passa a ser eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades. E estas novas entidades buscam parceria com o Estado e clamam por uma forma de desenvolvimento sustentável. Para o autor, no que se refere à sustentabilidade, não se trata de ensinar renda a qualquer custo, mas considerar aspectos de autonomia da comunidade. Só que as novas buscas em relação a desenvolvimento nos perímetros de irrigação demonstram outra realidade na prática da vida do trabalhador rural. As políticas públicas nos perímetros de irrigação parecem ter como ponto em comum o nível econômico como instrumento de primeira instância e o nível político como objetivo em última instância. O Estado oferta uma série de privilégios econômicos concedidos às associações como forma ao seu incremento, porém, de forma ambígua, a não-valorização dos princípios socializantes para implantação de objetivos capitalizantes, implica a demora da sua emancipação, não produzindo os resultados esperados.

O documento “Uma Nova Era para o Desenvolvimento Sustentável”, do International Institute For Environment and Development, traz a seguinte mensagem: **“o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ foi amplamente endossado ao longo das duas últimas décadas, no entanto, o desenvolvimento continua longe de sustentável”** [grifo nosso]. Não obstante essa constatação entre óbvia e sombria, o texto é otimista e afirma que se abre uma nova era para o desenvolvimento sustentável. (ABRANCHES, 2007, p.1).

O autor discute sobre uma nova fase para o mesmo “modelo”, constatando que o paradigma mudou. Para ele, não houve nem haverá desenvolvimento sustentável. “Nunca foi uma questão ambiental ou ecológica. Sempre foi uma questão de economia política”. (ABRANCHES, APUD, 2007, p.1).

Muitos agentes envolvidos com o desenvolvimento sustentável nestes perímetros irrigados defendem uma visão econômica, em que consideram o retorno financeiro de determinado projeto, como determinante de sustentabilidade, e esta visão perpassa a prática das ações de ATER, como formas utilizadas para conseguir tal sustentabilidade e desenvolvimento, em que se ignora outra dimensão de sustentabilidade adequada à escala comunitária: social, humana, econômico-financeira e ecológica.

Os antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo ou uma idéia brilhante das Nações Unidas, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos

desafios do presente e do futuro e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento. (BUARQUE, 2002, p.57).

Explica ainda que o desenvolvimento sustentável é difundido como proposta de desenvolvimento diferenciada e, ao mesmo tempo, torna-se a alternativa viável e não mais uma utopia pelas condições do paradigma de desenvolvimento emergente, em especial, os avanços científicos e tecnológicos. O conceito do desenvolvimento tecnológico resulta, então, do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também das variadas formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa ao meio ambiente e às culturas.

Se discutirmos em mão dupla, desenvolvimento rural e sustentabilidade estarão exprimindo um ideal extremamente complexo, e isso exige uma série de advertências. Acoplar desenvolvimento e sustentabilidade já é objeto de quem vê o desenvolvimento em termos restritos – apenas materiais. “O desenvolvimento econômico tem limites e é incompatível com a sustentabilidade”.(WANDERLEY, 2004, p.77). O autor discute desenvolvimento encarando-o como o caminho para uma situação de bem-estar da humanidade, incluindo os aspectos de qualidade de vida com todos os componentes: saúde, educação, cultura, segurança, etc. Daí defende a noção de que desenvolvimento rural não diz respeito apenas ao crescimento da produção agropecuária, denunciando, assim, uma visão restrita de desenvolvimento e aplicando uma óptica mais integrada.

Por sua vez, as instituições envolvidas com o trabalho de ATER no Perímetro Irrigado Baixo Acaráu realizam as ações de produção e comercialização como forma de sustentáculo para o desenvolvimento do perímetro, usando a questão econômica como via de mão única.

É um grande desafio preparar os sujeitos populares para a implementação de uma nova abordagem de desenvolvimento no rural; projeto que está baseado no trabalho de formação da consciência organizativa, onde as pessoas possam identificar os problemas, de acordo com uma análise das situações e da correlação de forças em que estão inseridos, serão capazes de se organizar e criar mecanismos coletivos de solução para os problemas que vivem. “Ninguém aprende a se organizar sozinho e ninguém aprende a se organizar a não ser se organizando, ou seja, na prática. É a existência social que determina a consciência das pessoas”. (FUNDEP: 1994 p.49).

Para Franz (2001), movimentos sociais, associações, cooperativas ou práticas outras sociais, podem constituir-se em lugares sociais privilegiados para a reconstrução do coletivo. Diante do quadro de profundas transformações, especialmente econômicas e políticas, pelas quais passa a sociedade contemporânea, surge a questão do extensionismo, sendo-lhes atribuída diferente função, especialmente no campo do trabalho, da economia. Aparecem mais como meios de garantir a inscrição na estrutura social, procurando evitar a exclusão social.

O debate sobre as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável aponta para um novo paradigma em relação ao desenvolvimento. Conforme Tânia Bacelar (2008), estamos em um momento em que as hierarquias estão sendo reconstruídas e as interações redefinidas.

A autora acredita que, “A abordagem da realidade também está mudando”.(BACELAR, 2008,p.17). A abordagem setorial, desprovida da dimensão espacial, que ainda é muito forte, é um dos focos da discussão na atualidade. Consta que a maioria das instituições está organizada de forma setorial e que a tendência atual é tentar fazer planejamento e desenvolvimento com abordagem territorial.

Inscreevo-me entre os que acreditam que estamos numa terceira geração de políticas regionais. Passamos por uma primeira geração – muito ligada à visão de que o desenvolvimento de certos lugares dependia sempre de agentes de fora, mas muitas avaliações mostraram os limites dessa abordagem. Com a crise mundial e a onda neoliberal, verificou-se uma recuada dessa visão e, como já foi aqui destacado, a teoria do desenvolvimento endógeno ganhou espaço (...). [...] hoje estamos chegando a um meio termo. Tende-se cada vez mais a considerar que o que vem de dentro para fora e o que vem de baixo para cima seja mais importante, mas ficam cada vez mais claros os limites desse tipo de processo, especialmente num país como o Brasil[...]. (BACELAR, 2008, P. 19)

A autora explica que o desenvolvimento endógeno é processo que vem de dentro para fora e que nasce nas próprias regiões. A abordagem territorial está ligada a esse tipo de desenvolvimento e considera as múltiplas dimensões quando se atenta promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário trabalharem juntos ambientalistas, economista, sociólogo, antropólogo, psicólogo, pedagogo, entre outros profissionais. Logo as visões e linguagens diferem, as teorias variam, as abordagens têm ênfases distintas, mas o resultado é ainda melhor, pois consideram os múltiplos saberes. A proposta territorial é pautada na multidimensionalidade e integralidade, ou seja, considerar a diversidade e

desigualdade em cada território e criar capacidade de fazer a leitura dos conflitos numa multidimensão. Trabalha o conceito da gestão coletiva pautada no caráter da organização, participação nos processos de desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, a abordagem territorial representa uma redescoberta do rural no Brasil. Concebe uma passagem do modelo de desenvolvimento de modernização conservadora para um novo modelo, o território como desafio atual para as políticas públicas. Tem como outro grande desafio tratar o urbano no rural. Conforme Kayser (1990), o mundo rural é um modo particular de utilização do espaço e da vida social.

Para Graziano (2001), a caracterização fundamental das áreas rurais é a sua baixa densidade populacional. Na perspectiva desse autor, o rural hoje só pode ser entendido como *continuum* do urbano do ponto de vista espacial e sob o prisma da organização da atividade econômica. As cidades não podem mais ser identificadas apenas como a atividade industrial e nem os campos com a agricultura e a pecuária. Denomina de novo rural brasileiro o conjunto de atividades diferenciadas que surge no meio rural brasileiro. Novo não como inédito, mas assumindo outro significado, outra dimensão diferenciada para as análises das atividades no rural. O tradicional cede lugar ao novo como resultado da industrialização da agricultura. Segundo Graziano, o rural tende a cada vez mais se distanciar de uma concepção setorial assentada unicamente em atividades agrícolas, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário; atividades urbanas que adentram o rural e modificam e transforma o rural.

Na perspectiva de José Eli da Veiga (2004), o rural é entendido numa abordagem territorial, no qual o território pode substituir com vantagens as ambigüidades oriundas das perspectivas dicotômicas ou a do *continuum*. Os questionamentos de Veiga centram-se sobre os efeitos que a tendência da diferenciação espacial proporciona para a questão do desenvolvimento, pois é comum atrelar desenvolvimento a urbanização. Para o autor, é possível que uma área rural se desenvolva sem que se torne não-rural. Defende o argumento de que os estudos devem incorporar novas perspectivas de análise, como valorização do espaço, pois a abordagem territorial tem um enfoque que valoriza as dimensões espaciais. Consiste em uma forma diferenciada para análise rural e da ruralidade brasileira, pois palavras como espaço e território não se restringem ao fenômeno local, regional e nacional, podendo se exprimir simultaneamente em todas estas dimensões. Sugerir o território para discussão do

rural e da ruralidade é assumir um debate diferenciado, pois se distancia das vertentes tradicionais das ciências sociais.

O meio rural nas últimas décadas passa por um discurso de urbanização acelerada, decorrente de expressivo incremento das atividades industriais na agricultura que se integrou ao restante da economia – não pode mais ser diferenciado dos setores de fornecimento de insumos ou de compra de produtos.

Na atualidade, acontece nova dinâmica presente, que é dada pela urbanização do mundo rural, ampliando a noção do setor agropecuário transformando atividades produtivas tradicionais (cultivos e criação de animais), pela existência da “pluratividade” ou multifuncionalidade da agricultura determinadas como: uma nova composição demográfica onde os espaços rurais atraem populações urbanas, o que estimula o crescimento da população rural e modifica seu perfil demográfico. Com esta expansão das atividades produtivas intersetoriais, a produção agrícola se integra cada vez mais aos setores de transformação e de comercialização e mesmo as áreas mais atrasadas, poderiam ter condições de descobrir e desenvolver estas potencialidades como; a expansão das atividades de serviço ligados ao lazer das populações urbanas (FURTADO 2004).

Graziano garante que, a grande diferença entre o que causa a “pluratividade” das famílias rurais no Brasil e nos países desenvolvidos é que aqui ela não resulta de um crescimento da produtividade do trabalho agropecuário (GRAZIANO, 2001). A “pluratividade” é uma estratégia de sobrevivência de famílias agrícolas mais pobres que vêm tendo perdas de sua renda em função da queda dos preços das principais “comodities”³.

Enfim, a modernização da agricultura foi o resultado de um pacto social que se baseou em dois pontos fundamentais: dar prioridade à produção (legislação, política agrícola) e considerar o agricultor familiar como um agente do progresso na voz do campo o agricultor se torna um “profissional”, porém, existem três dimensões da crise atual da agricultura resultantes da adoção do modelo produtivista: crise econômica (superprodução) crise social (redução dos efetivos de agricultores) e crise ambiental (desgaste de recursos naturais).

3 Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre etc ... (PAULO SANDRONI,2008)

Sendo assim, torna-se necessário realizar uma discussão em torno da idéia de desenvolvimento no perímetro irrigado.

3.1.1 Projeto de vida como um caminho para o desenvolvimento

As contradições entre o estilo de vida rural e a falta de condições de trabalho na agricultura produz nas famílias rurais um sentimento de pessimismo sobre seus projetos de vida. É que algumas famílias ainda não tiveram a oportunidade de experimentar novas opções capazes de assegurar melhor qualidade de vida para seus membros familiares. Afinal de contas, práticas pedagógicas desenvolvidas por um significativo número de comunidades rurais, por profissionais da educação sem uma estreita identificação com o contexto rural, reproduzem decursos sobre a realidade urbana, contribuindo para perda do sentimento de pertença da comunidade rural. E, com isso, ampliam-se as dificuldades, a incerteza quanto ao futuro da agricultura.

Por outro lado, algumas comunidades rurais onde há melhores condições de trabalho decorrentes de outras dinâmicas socioeconômicas - confecção doméstica de roupas íntimas femininas, como principal fonte de renda, a produção de doces de frutas e de leite, comercializadas diretamente ao consumidor - são iniciativas que envolvem boa parte das famílias rurais, fortalecendo, assim, o desejo de permanecerem na localidade rural.

Maluf (2003,p.96) acentua,contudo:

O desejo de ter uma atividade agrícola rentável e valorizada pela sociedade e pelas políticas públicas, receber assistência técnica e ter uma política de preços favorável ao pequeno produtor, é também expressão de afeto da terra, do gostar de plantar, de se sentir orgulhoso com uma roça bem cuidada, produtora de belos frutos ou legumes, de se sentir livre por não ter um patrão, e assim, realizar o valor de “ser dono de si mesmo” e de “viver ao ar livre” (...) são esses valores que o fazem sentir-se membro de uma categoria social e de um espaço físico socialmente ocupado.

A prática da agricultura, ainda que insuficiente, proporciona ao agricultor a manutenção de sua identidade, alimentando laços de solidariedade com os vizinhos e parentes, viabilizando maior sentido à vida.

Nesta compreensão, ressalta Boff (2004, p.1367),

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela

pode repor, que mostra um sentido de solidariedade (...) na prática a solidariedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. (...) não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente.

Sendo assim, o desenvolvimento tem seus fundamentos nas questões sociais, econômicas, éticas, ambientais, políticas, visando alcançar um projeto de vida do cidadão que compreende três elementos - qualidade de vida, condições de vida e nível de vida. Pauta-se na questão econômica, visando a melhoria do nível de vida, na questão de bem-estar relacionado às condições de vida, e na qualidade de vida, no direito à vida saudável, à educação, à participação política ao respeito aos direitos humanos, e à proteção contra a violência, além de outros valores fundamentais, que dão sentido à vida. Sobre isso o autor a pouco citado destaca esses valores: (...) “se alcançam a um cuidado na construção coletiva do social, se há convivibilidade entre as diferenças, cordialidade nas relações sociais, o cuidado pela inalienável dignidade da vida move-se o sentimento das pessoas e dos movimentos sociais em função das transformações sociais”(p.48).

Para Penã (1992), a qualidade de vida representa o ponto de partida do processo educativo (essência do processo pedagógico) uma vez que se relaciona diretamente com o sujeito e sua consciência; refere-se à capacidade de transformar a consciência por meio da reflexão, da conscientização. É um fator interno, subjetivo, que é necessário desenvolver, para que os indivíduos e comunidades estejam com capacidade de compreender e dirigir os processos destinados a intervir na realidade. Condições de vida referem-se aos fatores externos ao sujeito que proporcionam seu bem-estar (alimentação, moradia, educação, saúde, segurança, habitação etc.). Nível de vida compreende os recursos necessários para desenvolver as condições de vida, tais como emprego, a produção, a tecnologia, etc.

A inter-relação dos três elementos citados constitui o projeto de vida, objetivo e meta da educação para a participação e a auto-gestão. À ausência de qualquer desses três elementos torna-se impossível alcançar o projeto de vida e, assim, o desenvolvimento, sendo que a qualidade de vida é fator que permite o desenvolvimento da participação e autogestão, pois potencializa sujeitos e comunidades para participar conscientemente na transformação da realidade. A relação de qualidade de vida e condições de vida possibilita o alcance do nível de vida definido pelos aspectos socioeconômicos de produção, emprego e salário (IBID,1992).

Nos perímetros irrigados, a proposta das ações de ATER visam a trabalhar as potencialidades dos agricultores, favorecendo o apoderamento do aprendizado do cotidiano da vida do trabalho rural para autogestão de negócios, para a conquista do desenvolvimento em apenas uma dimensão do projeto de vida do cidadão; nível de vida que está relacionado a produção, tecnologia, emprego e renda. Essa visão reducionista de desenvolvimento se afasta da dimensão da sustentabilidade, que é bem mais ampla e abarca as três dimensões.

Entender o alcance do projeto de vida como o caminho para o desenvolvimento no Perímetro Irrigado Baixo Acaráu demanda uma visão mais direcionada as ações de ATER para as questões educativas; o entendimento de uma educação como processo para o aprendizado coletivo, para as mobilizações sociais e conquista das relações de interação e solidariedade humana.

Sendo assim, a compreensão do modo de atuação do serviço da extensão rural no Brasil requer um aprofundamento na lógica dos elementos que originaram a prática extensionista passada e atual. Assim, faz-se necessária a descrição dos aspectos teóricos mediante um breve histórico sobre fatores que determinaram a prática da assistência técnica e extensão rural, desde seu surgimento até os dias atuais.

3.2 Aspectos teóricos da extensão rural: as abordagens tradicional, sistêmica e participativa

Inicialmente, é importante diferenciar a expressão extensão rural da dicção assistência técnica. A assistência técnica, conforme Furtado (1991), diz respeito à produção, ou seja, crescimento econômico, e a extensão rural, além disso, inclui as famílias e seu contexto social, político, histórico, ambiental e cultural, no desenvolvimento. A própria justificativa para a existência de um serviço de extensão é o de estimular a população rural para que se processem mudanças em sua maneira de cultivar a terra, criar o seu gado, administrar o seu negócio, dirigir o seu lar, defender a saúde da família, educar os seus filhos e, por fim, trabalhar em favor da própria comunidade.

Existem vários significados atribuídos à extensão que proporcionaram interpretações muitas vezes confusas. A grande abrangência das atividades de extensão contribuí para seus diferentes significados.

Rolling (1988), refletindo as diversas terminologias, aponta para quatro enfoques.

a) Extensão informativa

Quando se considera que a extensão desenvolve o trabalho de informar as possíveis opções, cabendo ao indivíduo a decisão da escolha.

b) Extensão “Emancipativa”

Seguida pela tradição socialista e cristã, quando a extensão é vista como um instrumento de emancipação das pessoas, para atingir os objetivos sociais, pela correção dos problemas estruturais.

c) Extensão como Desenvolvimento de Recursos Humanos

Entende a extensão como utilizada para mudar a capacidade do ser humano para aprender a administrar, a se comunicar e tomar decisão.

d) Extensão Persuasiva

Essa linha atesta que as políticas de interesse coletivo têm que passar por um comportamento preventivo das pessoas, o qual é necessariamente de interesse dos indivíduos em curto prazo.

Desse modo, conclui-se que existem pontos comuns entre as diversas interpretações citadas a respeito do conceito de extensão. Extensão é considerada como mediação; extensão usa a comunicação para provocar mudanças; extensão só pode ser efetiva se houver mudança voluntária; extensão enfoca objetivos, processos e resultados, pontos que a torna distinta de outras intervenções de comunicação; extensão é desenvolvida por uma instituição.

Partindo da discussão nos diversos entendimentos sobre extensão, Rolling chegou ao seguinte conceito: “Uma intervenção profissional de comunicação, desenvolvida por uma instituição para induzir mudança voluntária de comportamentos, com um público presumido ou utilidade coletiva”. (ROLLING, 1988:49). Esse conceito é abrangente, na medida em que não discrimina qual o tipo de extensão, se universitária, rural, mas o que fica notável é a idéia de que é, qualquer que seja o nível da extensão, fará parte de um processo educativo.

Nesta perspectiva, conforme Furtado,

A tecnologia não deverá ser simplesmente aquela produzida pelos centros de pesquisa, mas terá que primeiramente considerar o agricultor como sendo

pesquisador e participante com seu conhecimento e experiência na construção de uma tecnologia que atenda aos seus interesses (FURTADO, 1999, p. 5-6).

O “modelo” metodológico de assistência técnica e extensão rural – ATER adotado pelo DNOCS, visa à capacitação dos agricultores para uma produção agropecuária tecnicizada e a organização da produção agropecuária destes pequenos irrigantes, assentados no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, para que utilizem melhor o potencial produtivo de que dispõem.

Busca-se a incorporação de melhores e mais adequadas técnicas aos sistemas de exploração, capazes de alcançar níveis de produção e produtividade condizentes com os objetivos do Projeto, sem danos ao meio ambiente, bem como o conhecimento e manejo dos mecanismos de mercado para as compras e vendas, de forma que os produtores consigam obter uma renda líquida satisfatória, galgando, assim, melhores condições de vida para suas famílias. Em todas as etapas do processo, a relação técnico /produtor seria estabelecida partindo do pressuposto de que os conhecimentos se complementam, não se sobrepõem e se consolidam na prática social dos participantes. A educação/capacitação participativa coincide com a produção coletiva do saber; leva em consideração os diferentes modos de sentir/pensar/agir, que, mediante o confronto permanente com outros modos de sentir/pensar/agir são modificados, por meio dos debates e das discussões. O produtor é um ser ativo, é o sujeito que se relaciona com o mundo e atua sobre ele, individual e coletivamente, numa perspectiva de transformação e recriação, sendo assim sujeito e nunca objeto do processo (FREIRE, 1983).

A ATER compete a capacitação dos pequenos produtores qualificados e reassentados, em planejamento participativo da produção, com vistas à elaboração do Plano de Exploração Agrícola, com a seleção de culturas rentáveis e diversificadas, em função das condições ambientais e das perspectivas de mercado. Num enfoque sistêmico, cada unidade produtiva é entendida como um sistema complexo e dinâmico que apresenta limites, componentes, interações, entradas e saídas. É mister compreender, dimensionar e fazer uso adequado dos fluxos de produção e fertilidade do sistema a ser adotado pelo agricultor. Cabe à ATER uma Tecnologia da produção agrícola, na qual se preconiza uma agricultura dotada de sistemas produtivos tecnicizados, diversificados, com o aproveitamento de resíduos animais e vegetais para a produção vegetal. A diversificação de culturas garante melhor equilíbrio econômico, permitindo a busca do melhor momento e melhores preços. O manejo de irrigação, também, faz parte da competência desta, na qual a capacitação deve abranger o adequado manejo da

água, do solo e dos equipamentos de irrigação, buscando a conservação destes recursos, a otimização da produtividade e, ao mesmo tempo, a economia dos custos de energia, utilizando-a nos horários adequados. O agricultor deverá estar harmonicamente integrado ao plano de irrigação e às atividades do distrito de irrigação. A maximização do uso da terra é outro fator importante da ação da ATER, com exploração intensiva e uso racional dos recursos de água e solo e dos demais recursos produtivos, mantendo o equilíbrio do meio ambiente; gestões participativas do negócio, mantendo adequados registros das operações, custos e receitas; incorporar toda a família na tomada de decisões da unidade produtiva, estimulando a participação dos familiares nas atividades ligadas à produção; operações de pós-colheita, visando à melhoria de qualidade dos produtos, com adequado manejo, sua classificação e embalagem. Pode-se ir além, acumulando valores aos produtos, por meio do seu beneficiamento ou transformação e permitindo que o valor agregado seja apropriado pelo agricultor (EMATERCE,2007).

Conforme Furtado e Furtado de Souza (1991, p.62), “(...) a dinâmica de métodos e procedimentos utilizados na pesquisa agrícola e Extensão rural, foi baseada em concepções de agricultor-objeto, agricultor-envolvido, agricultor-sujeito de investigação na abordagem. Essa concepção teórica correspondeu à ortodoxa, sistêmica e participativa respectivamente (...)”.

Considerando essa realidade, podemos abordar em que modelos ou concepções a extensão rural na América Latina se apoiou. Os programas de extensão para a América Latina vieram, no primeiro momento, baseados no modelo “clássico” e, no segundo, inspirados no modelo “difusionista inovador”; e, em seguida, passando para um outro modelo mais participativo.

A operacionalização desses modelos requeria manejo específico de como lidar com as populações rurais latino-americanas que em sua maioria, tinham acentuado grau de pobreza e atraso tecnológico (FONSECA, 1985). A expressão bem-estar social, ou organização para o bem-estar social, foi enfatizada institucionalmente nos órgãos, nos serviços de extensão rural latino-americanos.

Conforme Furtado (1991), o desenvolvimento dos procedimentos de investigação científica e seus métodos de comunicação, levaram a disseminação de idéias e métodos com maior intensidade por meio da institucionalização da pesquisa, trazendo um rápido crescimento de uma agricultura produtivista.

A extensão passou a ser organizada nos países latino-americanos, não apenas como extensão de conhecimentos científicos para serem aplicados na agricultura e pecuária, mas também como um projeto comunitário-educativo centrado na ambição de se converter num instrumento de solução para os problemas sociais rurais (IBID,1991).

Historicamente, podemos identificar diferentes fases pelas quais passou o extensionismo no País. A primeira, chamada de “humanismo assistencialista”, prevaleceu desde 1948 até início da década de 1960, e seu objetivo era o aumento de produção e produtividade agrícolas, e, conseqüentemente, melhoria de qualidade de vida dos agricultores, aumento de renda e diminuição de mão-de-obra para produzir. Em geral, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de Economia Doméstica (LISITA, 2007).

O modelo produtivo agropecuário adotado no Brasil na década de 1960 foi implantado graças a uma ação conjunta e organizada pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão (LISITA, 2007). As universidades, os órgãos de pesquisa e de ATER foram responsáveis pela introdução de “pacotes” tecnológicos⁴ voltados para utilização intensiva de insumos e máquinas, com o objetivo de aumento de produção, influenciado pelas duas últimas décadas.

Furtado (1991) exprime a abordagem ortodoxa de pesquisa agrícola ortodoxa foi consolidado por Herbert Lionberger (1960), Everett Rogers (1962) e van den Ban (1963), que viam os agricultores como objeto passivo nas ações e nas informações recebidas. Nesse sentido, são os serviços de pesquisa e extensão tratados de forma setorizada, cada um com suas tarefas específicas e a tecnologia era tratada de forma puramente científica.

Avançando nas discussões teóricas concernentes à evolução da extensão rural no Brasil, apresentamos agora as modificações acontecidas na primeira metade da década de 1960, que contribuíram para sensíveis mudanças no sistema: nesse período, foi realizada uma auto-avaliação da ABCAR, que precedeu a elaboração do plano diretor (1961-1965), que nasceu da preocupação da elaboração dos movimentos sociais, da luta dos trabalhadores pelas reformas estruturais no campo, aliados aos interesses da política eleitoreira, base participativa da sustentação do populismo⁵.

⁴ O “pacote” tecnológico consiste num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa (AGUIAR,1986).

⁵ Populismo é a tendência política fundada no direcionamento dos setores mais pobres da população, cujos interesses promete defender (Dicionário Larousse, 2005).

É nessa época que, segundo Fonseca “... as idéias sobre extensão promulgadas daí por diante não viriam mais vinculadas às de crédito supervisionado. Neste momento a preocupação era ampliar as bases sociais da ação extensionista na tentativa de obter ganhos políticos diretos”. (1985:156). Como exemplo, diminuir as discrepâncias sociopolíticas no que diz respeito às relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores rurais e dos sem terra, como também a deterioração das formas tradicionais das relações de trabalho, de produção e socio-políticas no campo (LEITE, 1999).

A determinação agora era trabalhar junto ao agricultor que explorasse comercialmente sua propriedade. Isto evoluiu para inserir extensão em novo modelo desenvolvimentista, baseado na modernização da agricultura. De acordo com Julia Guivant (2005), as linhas orientadoras desse projeto educacional são derivadas da filosofia de John Dewey, que englobava quatro princípios fundamentais: conhecer a realidade onde atua e compreender o que os povos rurais pretende; ensinar a fazer fazendo, onde decorre a demonstração do resultado; participação voluntária, caracterizando a extensão como processo informal; e identidade com a população local. Esses aspectos exigiam um perfil do extensionista como um missionário.

Conforme a autora,

A tecnologia educacional da ER tinha um lugar de destaque, atuando sob a crença de uma neutralidade ideológica dos agricultores e suas famílias, livres de conflitos de classe. Falava-se em povo rural, comunidade rural, como se dentro dela não houvesse interesses diversos e conflitantes. (2005 p.600).

Em 1964, nova proposta surge para o setor agrícola articulada ao processo global de acumulação. A concepção de pacotes tecnológicos tinha como elemento subjacente a articulação com o capital internacional, fabricantes de insumos agrícolas, o que bem mostra que o novo modelo desenvolvimentista estava diretamente vinculado à acumulação capitalista.

Já a segunda fase, no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), chamada “difusionismo produtivista, foi marcada pela revolução verde⁶, em um contexto social-econômico assinalado pela pobreza e miséria, demonstrando campo aberto para penetração do comunismo. Sendo assim, o modelo adotado para a agricultura se baseava

⁶ Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 70. (MARIA, 2006).

na aquisição, por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados), servindo de instrumento para introdução do homem do campo na dinâmica de economia de mercado. Fazia uso de intensiva utilização de sementes melhoradas, insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição de custo de produção. Também é creditado à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento da produção.

A chamada “metodologia” de extensão rural, de caráter difusionista, foi constituída com base no enfoque behaviorista. Para Caporal (2006), o behaviorismo, para cada ação há uma reação, o homem pode ser domesticado, dando respostas condicionadas a estímulos e, dessa forma, readaptando o seu ser no mundo em uma concepção bancária de educação pautada no trabalho do pré-serviço. A metodologia torna-se, então, um fim, os “pacotes tecnológicos”, e não um meio.

Com bases instrumentais, a ATER ortodoxa desenvolveu um esquema metodológico que incluía a carta circular, a visita, a reunião, as unidades de observação e demonstrativa, os dias de campo, de forma a convencer os agricultores a adotar tecnologias.

Já em relação à abordagem, conforme Friedrich (1988), tal concepção é baseada na persuasão com intenção de levar outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem fala, ou seja, tentar mudar a conduta do indivíduo. Não levam em conta os conhecimentos, valores, comportamentos, idéias e os conceitos são frutos de experiências adquiridas pelo homem na sua ação sobre a natureza e sobre a realidade social.

Como lembra Paulo Freire (1983), a ação baseada nessa abordagem levava à persuasão dos agricultores para que adotassem certa tecnologia ou prática, mediante o que ele chamou de um modo de “educação bancária”. Tal prática não teve êxito, uma vez que o homem não poderia ser “domesticado”.

Por isso, em vários momentos, escutamos os agentes de ATER dizerem que os agricultores são resistentes à adoção de tecnologias, sem darem conta de que essa resistência é em relação à domesticação. O caráter unidirecional, autoritário e vertical da comunicação leva, também, a que seja confundida com informação, que como o próprio nome indica, destina-se mais a informar do que estabelecer um processo dialógico entre duas pessoas.

Nessa perspectiva, houve necessidade de informar o povo rural, a fim de prepará-lo para uso de equipamentos e de insumos industrializados necessários a modernização da atividade agropecuária, representando, assim, uma passagem do atraso para a Modernidade.

A abordagem tecnicista de extensão rural serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento. Era baseado em estratégias de desenvolvimento e intervenção com direcionamento técnico para a produção, sem se preocupar com questões culturais, sociais e ambientais, com raízes difusionistas, pois visava apenas a divulgar, impor ou estender um conceito sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas.

Entende-se que a prática extensionista na América Latina foi introduzida permeada por princípios que obscureciam as causas estruturais e concretas do atraso rural, numa visão empírica positivista da realidade permeada pela ideologia liberal, que operava como proposta comunitária à educação. Tanto o modelo clássico como o difusionista-inovador, parte do princípio de que as mudanças nas sociedades rurais aconteceu pelas intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessa sociedade (FONSECA, 1985). Segundo Furtado (1991, p.63), “A visão difusionista de Rogers (1962, 1971, 1983), é tido como um ponto teórico para referencia do ponto de vista ortodoxo, da agricultura sistêmica e dos agricultores participativos”.

Muitos estudos são feitos para explicar a teoria dos processos de a difusão de inovações tecnológicas, baseados nos modelos de comunicação linear. Isto é definido sobre um processo mediante a transferência de informação de um receptor. Baseado nesse modelo de comunicação em que a mensagem é direcionada para uma nova idéia, conforme Rogers (1983, p.6), a difusão é grandemente um tipo de alteração social, definido como processo de alteração ocorrido na estrutura e funcionamento do sistema social; quando novas idéias são inventadas, difundidas e adotadas ou rejeitadas, demonstrando certamente suas conseqüência nas transformações sociais.

Furtado (1991, p.66) explica que “uma inovação é uma idéia prática ou um objetivo identificado para novos indivíduos”. “(...) os novos aspectos das inovações conforme Rogers e Shoemaker (1971) são expressos em conhecimentos de persuasões nas decisões de uso de adoção. Isto acontece no momento específico em que o indivíduo já tem acesso ao conceito e as informações”. O autor faz uma análise dessa importante evolução, e exprime que não foi

elemento decisivo para entrar na percepção do agricultor para conseguir superar os obstáculos e incentivar a prática vivenciada por eles.

Conforme o autor, Rogers (1983), desenvolvendo esse modelo, explicou diferentes níveis de adoção, levando os seguintes atributos básicos para inovação: A) vantagem relativa – que é o grau com que as inovações são entendidas dependente de sua prática e a produção das idéias precede aquelas que deveria deslocar ou substituir; B) compatibilidade-representando o grau com que as inovações são percebidas, consistem na existência de valores ou normas, sobre as experiências previstas necessárias para os indivíduos e o sistema; C) complexidade – esse grau a respeito das inovações são percebidos dentro da dificuldade relativa para seu entendimento e seu uso; D) “experimentabilidade” – esse grau de inovações pode ser experimentado pela pequena escala em seus estágios. Certas práticas, que deveriam ser usadas em um e não em todos, não permite meio-termo; E) “observabilidade” - nesse grau, a visibilidade dos resultados das inovações, para as pessoas, isto é, facilmente observado, comunicado e descrito.

O autor apresenta o desenvolvimento de inovações de Rogers (1983), ao expressar que as inovações se iniciam nas decisões e atividades e que resultaram em seis etapas: necessidades de problemas -> pesquisa básica aplicada -> desenvolvimento-> comercialização -> difusão e adoção -> conseqüências. A necessidade de resolver um problema é a principal motivação para inovação. A pesquisa básica aplicada pode ser explicada pela tecnologia como instrumento de ação de redução de indecisão de causa-efeito, envolvidos na obtenção de um resultado desejado. O desenvolvimento de uma inovação é o processo de uma nova idéia, a fim de desenvolver uma necessidade potencial. Essa fase normalmente ocorre entre a pesquisa e a inovação, isto é, o estágio final da nova idéia antes de ser adotada. E, por último, a comercialização representa a própria idéia vendida em forma de pacotes tecnológicos prontos para uso. A fase da difusão e adoção representam um processo após a comunicação da inovação de canais em períodos, entre membros do sistema social; e não é uma ação individual, ocorrendo em pequenos grupos das comunidades, representando uma grande difusão de novas idéias, que deve ser focada em como e para quem deve ser transmitida para, dessa forma, poder ser adotada e incorporada. Sendo assim, explica que a adoção só ocorre quando os agricultores incorporam as inovações aos seus sistemas produtivos, passando a ser uma rotina prática, podendo ser após algum tempo abandonadas por não ter sido adotada plenamente. Quanto às conseqüências, pode ser entendida como

resultado de tudo o que aconteceu. Essas seis fases não ocorrem necessariamente nesta ordem, pois isto, depende necessariamente das inovações, podendo ocorrer várias delas.

No contexto, há pouco acima, o modelo difusionista-inovador direcionado a pequenos e médios produtores perdeu o seu sentido. O público da extensão passa, então, de pequenos e médios produtores, para grandes produtores, que podem ser identificados como empresários rurais e cujas propriedades são consideradas mais rentáveis do ponto de vista do capital.

Na visão de Furtado (1991)⁷, logo no início do período ortodoxo, houve preocupação com a pobreza rural nos países em desenvolvimento “(...) a necessidade de investigação agrícola, que assistiram às necessidades e aspirações dos agricultores com recursos limitados, começou a ser destacada (...)”. Na maioria dos casos, as propostas de inovações para os agricultores foram rejeitadas porque eram demasiado arriscados, ou em razão da falta de recursos ou mesmo de mercado.

Sendo assim, o pensamento e as práticas sistêmicas emergiram com uma reação à óptica reducionista que existia na investigação e extensão. Os sistemas “hard” buscavam desenvolver novas situações na agricultura com base na produtividade (sistemas de produção). Os sistemas “soft” representavam um novo paradigma no qual se encontra o enfoque sistêmico, paradigma operativo, por métodos participativos com interação dos variados agentes de um sistema de informação e conhecimento agrícola (investigadores, extensionistas e produtores).

Nesse sentido, a abordagem do enfoque sistêmico na agricultura teve ganho crescente na popularidade, ao longo dos anos 1970, 1980, 1990 e 2000, sendo apresentado até como um novo paradigma de desenvolvimento, sobretudo em termos participativos.

Ainda segundo o autor mencionado há pouco, as principais críticas dos métodos tradicionais de extensão rural, surgem daqueles que exercem a abordagem sistêmica, como, Norman (1980); Shaner, Philipp, Schmeehl (1982); Byerlee et al. (1982); Collinson, (1984); Hildebrand (1986), os quais sustentaram que pesquisa, extensão e outros programas devem levar especificamente em conta as situações dos agricultores. Partindo desta premissa, os sistemas agrícolas de investigação e o desenvolvimento de sistemas de exploração agrícola

⁷ Tese de doutorado cujo título se designa *Farmer participacion in Brazilian Sugar Cane Research*. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy London Scholl of Economics and Political Science, University of London (UK), 1991.

foram criados. Então, propõem o desenvolvimento de tecnologia dos sistemas a fim de integrá-los para ampliação de serviços.

Transpondo essas críticas, mencionadas pelos defensores da abordagem sistêmica, a fase ortodoxa foi caracterizada por uma série de deficiências do seguinte modo: A) a gestão das explorações da economia, que tinha sido bem-sucedida na Europa e na América do Norte, não tinha beneficiado agricultores dos países menos desenvolvidos; B) a não existência de propostas para os pequenos agricultores, em razão da insuficiência dos pesquisadores para perceber que, quando combinados terra, trabalho e capital, eram na verdade compostas de uma maneira economicamente racional; C) o fracasso da escola ortodoxa para apreciar o fator de risco, insegurança e, por isso, cuidado (em virtude principalmente do material financeiro e recursos naturais) e D) as inovações propostas pela pesquisa e pela extensão foram parcialmente adaptadas, ou aprovadas em uma forma modificada.

As atividades de ATER em perímetros públicos irrigados se tornaram reféns tanto da abordagem ortodoxa quanto da sistêmica. Isso porque os modelos adotados eram trazidos de fora para dentro como salvação da pobreza rural nos países em desenvolvimento, como foi o caso do Brasil.

Assim, a abordagem sistemática de investigação agrícola foi criada sob a suposição errada de que métodos estatísticos e de pesquisa operacional, utilizando os computadores, por si, podiam oferecer dados para garantir os sistemas complexos, que visam a um aumento de produtividade como pré-requisito para a melhoria das condições de vida rural, o que não aconteceu.

Enquanto a ação ortodoxa só abraçou o modelo descentralizado a difusão de tecnologia no início dos anos 1970, a ação sistêmica nasce com ela. A operacionalização deste padrão desenvolvido sobre o mesmo modelo de ação ortodoxa, em outras palavras, duas diferentes instituições governamentais, a pesquisa e extensão, propõe uma integração estrutural entre elas. Essa é a grande diferença entre a investigação e a tradicional abordagem funcionalista, em relação ao processo de educação dos resultados da investigação aos agricultores – a integração para a pesquisa e extensão por especialistas em sistemas agrícolas.

Conforme Furtado (1991), além disso, seus criadores foram inspirados na abordagem do agronegócio que "está preocupado com a forma como o indivíduo, ou seja, o agricultor poderá organizar os fatores de produção - terra, trabalho e capital, na sua exploração, de modo a adaptar a sua prática particular no ambiente, e assim dispor livremente do seu produto,

concedendo-lhe as maiores receitas líquidas, enquanto ainda mantendo a integridade de suas terras e de equipamentos”.

De forma geral, podemos dizer que as origens do pensamento sistêmico são muito antigas, no entanto, constata-se que, a partir dos anos 1950, tornou-se mais evidente. O pensamento sistêmico ressurgiu na década de 1950, como reação em resposta às crescentes críticas e falhas apresentadas pela ciência por meio de sua estratégia de desenvolvimento, baseadas na execução de seus projetos reducionistas de desenvolvimento rural, orientadas pelas perspectivas positivistas direcionadas aos pequenos agricultores. De acordo com alguns autores, como Pinheiro (2000), essa crise se originou em razão da crescente dificuldade encontrada na comunicação entre os pesquisadores de áreas diversas da ciência, refletindo no isolamento umas das outras.

Assim, nos anos de 1970, outra discussão passou a tomar parte no debate em torno da comunicação rural, na qual questionava o caráter unidirecional e persuasivo do modelo difusionista e se expressava a alternativa de uma comunicação com base no diálogo. Essa discussão ocorreu durante toda década de 1980 e foi marcada pela polarização em torno desses modelos, porém com poucos avanços em termos práticos.

Consoante Furtado (1991, p.63), “os agricultores envolvidos na agricultura de abordagem sistêmica desenvolvida durante os anos 70, destaca-se com uma abordagem intermediária entre dois extremos do qual o agricultor é envolvido até certo ponto, esta poderia ser considerada uma variante da participação manejada por técnicos. Conforme esta visão científica de tecnologia existiu uma ligação ao componente social”.

Consoante Ozelame (2002, p.54), citado por Pinheiro (2000), “nesse sentido, houve mudança da visão disciplinar e reducionista para multidisciplinar e holística, assumindo que sistemas devem ser estudados no seu todo, com ênfase na interação entre as partes, entre o sistema e o meio ambiente”.

Então a prática sistêmica se torna essencial para a extensão rural, evoluindo da visão reducionista para uma perspectiva construtivista de interação dos agricultores, extensionistas e demais interessados. Ambos são agentes ativos na elaboração do conhecimento; os resultados são conquistados coletivamente (PINHEIRO 2000).

Schindwein (2005) arrola algumas características da prática sistêmica, dentre elas, a noção de que o foco está na aprendizagem e que a ética é da responsabilidade, já que considera

o mundo resultado do ato de distinção de seres conscientes. Assim, a extensão será realizada, voltada para a libertação dos agricultores, em vez de ser mais um instrumento de domesticação popular (FREIRE, 2002).

Houve, porém, limites para a abordagem sistêmica na prática extensionista, que são a falta de conhecimento e o uso de técnicas prontas para o trabalho com o agricultor. Dessa forma, a abordagem continuava com caráter difusionista para a produção.

Assim, nos anos de 1990, observou-se um avanço na direção de abordagem dialógica, com mudanças principalmente nas metodologias participativas, porém partindo muito mais das ações de ONG's e menos dos organismos oficiais de assistência técnica e extensão rural.

A abordagem do extensionista passa a ser fundada nos princípios da mediação. Extensionistas e agricultores passarão a se ver como seres sociais, que estabelecem e restabelecem a história numa dinâmica, interativa, participativa e dialógica.

Devemos refletir um pouco mais como deve ser realizada esta mediação e que tipo de ação os extensionistas devem receber para que possam realizar seu trabalho nesta abordagem pedagógica. Estudos realizados pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA no Brasil mostraram novos caminhos como proposta para melhorar o fortalecimento do capital humano e social nos locais afetados pela pobreza, trabalho este, resultante de uma conquista coletiva que inclui os quadros profissionais do IICA e comunidades rurais. Esta proposta supôs ser indispensável que as pessoas passem por, pelo menos, dois processos de transformação para que consigam vencer os círculos viciosos de pobreza:

- superar a leitura ingênua da realidade mediante a formação de cidadãos autônomos com consciência crítica;e
- reconhecer mediante a vivencia subjetiva, o poder e o bem-estar que a integração da sociedade enseja e entender isso como base da autonomia e da sustentabilidade.

Nesse contexto, Ribamar Furtado e Eliane Dayse Furtado, referem-se à mediação de processos formativos da seguinte maneira:

Um processo de mediação ocorre por meio da participação, levando-se em conta a ação conjunta, o sentido de responsabilidade, a valorização dos conhecimentos e da

cultura local e, quando se sabe, promove o processo de conscientização e construção coletiva. (FURTADO DE SOUZA & FURTADO, 2004, p.83).

Entendemos que o objetivo da mediação está em formar capacidades como veículo de mudança com a tarefa de produzir a cidadania rural. Trabalhar a coesão e a identidade promoverá a união das pessoas para os processos de participação, ou seja, na valorização coletiva, assegurando o fortalecimento de agentes em novos arranjos institucionais capazes de ensinar e suportar mudanças produtivas e de convivência, preparar-se para a libertação produtiva. No perímetro irrigado, adota-se a cultura da autogestão para produção como estratégia para incluir.

O potencial de participação dependerá da auto-estima e autoconfiança dos agentes envolvidos na mediação. Sendo assim, a educação formal, ou seja, a escolar-sistemática, aparece como um dos recursos importantes na conquista da cidadania, mas a cidadania é dependente de setores sociais que lutam por inclusão mais digna.

A aplicação do enfoque territorial e o novo modelo da gestão social do território impulsionado pelo IICA no Brasil têm como pressuposto integrar recursos, agentes e políticas para que os objetivos do desenvolvimento territorial sustentável sejam cumpridos. Requer, portanto, que os sujeitos atuem na cooperação, na participação e na gestão coletiva, para que possam atuar como sujeitos de sua história, como cidadãos ativos.

Sendo assim, vale ressaltar que as ações dos profissionais da ATER perpassam questões de transferências tecnológicas, mas, também, transcorrem por meio da educação popular como processos e métodos de ensino e aprendizagem coletiva.

3.3 Educação Popular: fundamentos teóricos

A passagem do milênio marcou profundamente o campo das reflexões, práticas e pesquisas conformadas em torno da educação popular. As transformações ocorrem desde meados da década de 1980 e representam um conjunto diversificado de desafios e dilemas àqueles que optaram por se inserir no campo da educação popular.

Elisa Pereira Gonçalves acredita que é possível destacar duas posições sobre a relação educação e sociedade, as quais receberam influência nas tendências em educação popular: “ a primeira, predominou na década de 60, sob a influência de Althusser, onde considera

instituições educativas como “espaço burguês”, como reflexo de relações econômicas. Já na segunda, foi a partir da década de 70, ligada ao pensamento de Gramsci, onde insiste na importância da educação para construção da hegemonia de classe subalterna”. (GONÇALVES, 1998, P.214).

O destaque ao comentário anterior acontece pelo caráter dialético da sociedade civil, em decorrência da luta pela hegemonia, entendida como a direção da sociedade. A hegemonia é normalmente exercida pela classe dominante em virtude da posição ocupada na estrutura de produção e no controle da sociedade política, que *grosso modo*, corresponde ao Estado. “Em termos concretos a hegemonia constitui-se numa realidade mais complexa e dinâmica envolvendo as relações entre dirigentes e dirigidos”. (DAMASCENO, 2005, P.10).

É na realidade do trabalho de extensão rural que iremos discutir de que forma a educação popular pode colaborar na melhoria da vivência do trabalho rural e enfrentamento dos conflitos no coletivo desses trabalhadores rurais. A princípio, se faz necessário conceituar educação como conscientização que se realiza pela ação crítica permanente do indivíduo sobre a realidade, assumindo o papel de sujeito da vida e do mundo. Trata-se de uma concepção libertadora de educação, rompida com as práticas autoritárias que buscam a domesticação do homem e sua adequação aos interesses de exploração da classe dominante (FREIRE, 1979). Por meio da educação popular, poderemos encontrar proposições teórico-práticas para o trabalho de extensão rural nos perímetros irrigados, como possibilidade de transformação da realidade concreta.

Educar no contexto da humanização envolve necessariamente a troca de saberes, a escolha de métodos de atuação que privilegiem a participação e identificação de uma linguagem compatível com os agentes envolvidos no ensino-aprendizagem e a adoção de recursos didáticos, que auxiliem a concretização de apreensão daquilo que se pretende ensinar.

Conforme Gonçalves (1998), no início da industrialização, a educação popular - EP precisava conscientizar o trabalhador para questões ligadas ao capital e ao trabalho. Hoje, existe outra realidade, pois crescem as potencialidades e a diversificação dos lugares de conflitos, e a classe operária se reduz e reproduz numa nova configuração de classes dos empregados, dos não interados, dos qualificados e não qualificados. Mudam-se, então, as formas de produção e a dinâmica do trabalho rural, que produziram intensas insatisfações da população rural e dos movimentos sociais.

Gonçalves (1998) ressalta, ainda, que

O atrelamento da prática da EP à influência teórica da Althusser e de Gramsci ou mesmo a uma reação ao Estado burguês tem operado reducionismos perversos, sobretudo por não permitir a compreensão da EP como um processo educativo realizado também no passado. Essa visão, ainda bastante difundida, impossibilita pensar a EP numa perspectiva de longa duração já que a Educação popular seria entendida como um processo recentíssimo, datado da década de 60 e que não tem passado histórico. (P.215).

Então, se nos anos 1960 e 1970, os movimentos populares foram marcados pela luta de contestação ao sistema contra a concentração de riqueza, de poder, de injustiça, do autoritarismo, os anos 1980 trazem à cena agentes sociais com nova natureza, nova lógica. Surgem lutas específicas de mulheres, jovens, negros, ecologistas, todos em defesa da conquista de suas identidades culturais e da igualdade dos direitos; lutas que apontam para um modelo de democracia, que permita a convivência com as diferenças e redução de desigualdades.

Já os anos 1990, se caracterizaram-se pela exacerbação do eu, do desejo, da subjetividade, descrença política, do recuo aos movimentos sociais, favorecendo o surgimento do liberalismo e o fortalecimento do capitalismo.

E hoje, nesse novo século, na mundialização da economia e das comunicações, temos a sociedade fragmentada, fragilizada, impotente, massificada e individualista. Com isso, ocorreram mudanças nos padrões éticos, nos valores de cooperação e solidariedade, no sentido da ação social e da política e, conseqüentemente, recuo do potencial mobilizador dos movimentos sociais (GONÇALVES, 1998).

Diferentemente da abordagem citada anteriormente, na qual repensar educação popular é investigar suas possibilidades transformadoras hoje e que implica ressignificar o conceito de educação e o termo popular, outros autores defendem a idéia de que a EP, como processo, tem configurações históricas diferenciadas ao longo do tempo, cujo elemento de identificação é a organização popular.

É conhecido como processo atividade e como perspectiva de continuidade. Aspira a ser integral, rompendo com a fragmentação e requerendo sistematização e rigor científico em todas as fases e atividades do processo educativo.

Assim, a educação popular é entendida como dimensão intrínseca da democracia na América Latina e exige ampla participação de todos os setores sociais. A heterogeneidade de sua prática e a diversidade de suas experiências conferem uma identidade à EP baseada no múltiplo e no diverso; uma formação que se concretiza tanto pela escolarização quanto pela ação social, no confronto entre intelectuais e populares.

Pensando em educação popular no contexto atual, devemos retomá-la não como no campo empírico, mas no terreno teórico-prático, permeando as três categorias da educação (formal, não formal e informal)⁸. Fazer educação popular é articular dialeticamente entre o político e o pedagógico (LIBÂNEO, 1999).

Alguns autores entendem educação popular como prática pedagógica e dizem que o pedagógico tende a se reduzir ao estritamente metodológico e este a um manejo de técnicas. Isso faz com que os educadores desenvolvam um discurso fechado, normativo e categórico que não deixa espaço para problematização (MATOS, 2002).

O autor ainda sustenta que o “metodologismo” dominante da EP, junto às concepções simplista e tecnicista a ela vinculado, não só limita a ação pedagógica dos educadores, como também, empobrece o próprio discurso, visto como ação imediata. Estabelecer um diálogo entre EP e Pedagogia é inevitável. A Pedagogia é um campo de conhecimento que investiga a realidade educativa e não se identifica apenas com a tarefa prática, mas transcende rumo à reflexão e à teoria (IBID.2002).

Essa possibilidade da EP dialogar com a pedagogia advém de três posições: 1) o pedagógico sempre foi reduzido a uma série de técnicas e dinâmicas; 2) a ênfase nos aspectos sociais e políticos permitiu o entendimento de que o trabalho pedagógico não ultrapasse os limites de um desvio, despolitizando as práticas de EP; e 3) a EP foi uma forma original e nova de entender a educação.

Para alguns estudiosos na atualidade, a tarefa mais importante da EP é a de reconstituir criticamente a linguagem popular para a libertação. O problema expresso diante de tal ação comunicativa é que muitas das suas deformações, obstáculos para o sucesso dos diálogos, existem porque ocorrem numa sociedade desigual e estas deformações advêm de mecanismos que legitimam a dominação, impedindo a problematização dos discursos interativos. A

⁸ Educação formal – são processos sociais de ensino convencional e não convencional, como escolas, cursos de aperfeiçoamento, treinamento, etc... Não formal – organizações políticas, profissionais, científicas, culturais, meios de comunicação de massa etc... Informal – são processos sociais de aquisição de conhecimentos, hábitos, habilidades, valores, modos de agir, etc... Não intencionadas e não institucionalizadas (LIBÂNEO, 1999)

educação é um agente de transformação psíquica. “Todo processo pedagógico amplia o conjunto de representações do homem e sua realidade, com efeitos sobre sua disposição psicológica, político-social e existencial”. (MATOS, 2002, p.1).

3.4. Educação popular no espaço rural

Abordaremos alguns pontos em relação à educação popular no meio rural, já que esta pesquisa está voltada para a sociabilidade coletiva dos agricultores, que buscam condições, mediante relações sociais, de se tornarem sujeitos de sua história no universo rural constituído historicamente, em que o espaço rural é entendido na atualidade, com bases na dimensão econômica, caracterizado por determinado tipo de atividade, como produção de alimentos, criação de plantas e animais, nas questões ambientais, mas que só pode ser definido, como defende Maria Isaura Queiroz(1979), fundamentalmente na estrutura organizacional de cada sociedade num determinado contexto histórico.

Inicialmente, chamamos a atenção para o que representa a educação popular, com base no pensamento de Moacir Gadotti e de Francisco Gutiérrez, que, em seu primeiro livro publicado pelo ICEA no Brasil, chamou atenção dos educadores brasileiros para a potencialidade da EP comunitária como “... uma educação para cidadania, educação para a participação política ativa e consciente”. (1993 p.10).

Os autores ainda assinalam que “... ela significa, sobretudo, que o processo de aprendizagem se realiza apenas através da práxis, que combina o trabalho manual com o trabalho intelectual, instrumentos produtivos com a comunicação para a conscientização e a organização política”. (1993, p.10).

Dessa forma, as ações dos profissionais de ATER mostram-se como espaços de aprendizagem numa interação conhecimento, prática, informação, conscientização. Nas etapas da extensão rural, a relação técnico/produtor é estabelecida pelo pressuposto de que os conhecimentos se complementam e não se sobrepõem, consolidando-se na prática social dos agentes envolvidos, por meio da produção coletiva do saber.

Para análise, é importante ressaltar que as práticas educativas da sociedade civil não se apresentam somente como aquelas realizadas pelas escolas, mas, também, as desenvolvidas pelos sindicatos, partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais e organizações

da sociedade civil em geral. “A nossa perspectiva, alicerçada no pensamento gramsciano, é que a análise da prática educativa tem que ser necessariamente de caráter dialético, uma vez que esta se situa num campo de forças sociais em conflito” [...] “Portanto, ela deve ser estudada como um instrumento político que tanto pode estar a serviço da reprodução social - a negatividade da educação, quanto da transformação social a positividade da educação”. (DAMASCENO, 2005, p.10).

Os espaços educacionais não escolar se apresentam como expressão da educação popular, preocupando-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade, principalmente excluída do sistema econômico, não- produtor e não-consumidor, na busca de qualidade de vida. Os campos da educação popular podem ser tanto a escola formal quanto a não formal, as organizações econômicas populares, a educação municipal, as escolas produtivas, bem como as microempresas, as cooperativas, os movimentos populares e sociais. A educação popular pode expressar realidades diversas e até contraditórias, dependendo do contexto histórico de cada país ou região. Alguns autores defendem a idéia de que, numa perspectiva progressista, a educação popular é aquela que associa o produtivo, o organizativo e o educativo.

Na realidade os agricultores dos perímetros irrigados, os espaços de aprendizado são norteados pelas ações de ATER para que possam atingir nos três níveis citados há pouco; produtivo, organizativo e educativo. Sendo assim, a educação popular se faz relevante, como educação integrada (ou integradora do trabalho produtivo; e é essencialmente educativa, quando consegue fazer do homem e da mulher os sujeitos aglutinadores de todo o processo).

Gadotti e Gutiérrez (1993), explica uma educação socialmente produtiva da seguinte forma;

O desenvolvimento não é tão somente um fenômeno econômico, e sim um aspecto de criação continua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico, até a concepção do sentido dos valores e metas na vida. Suposto esse modelo e os perfis do novo homem e da nova sociedade, poderemos afirmar que, pelo trabalho produtivo e pela práxis a que esse trabalho dá lugar, os homens, criativamente, darão forma à sua própria historia. Essa educação socialmente produtiva supõe fazer da educação o elemento integrador e aglutinador de todo o processo que garanta a esses homens e a esses reais grupos produtivos chegar à condição de atores reais e conscientes dos processos sociais. (P.26).

A educação na práxis é, portanto, uma ação transformadora consciente que supõe dois momentos inseparáveis, da ação e o da reflexão. O enfrentamento dialético ação-reflexão é o que dá origem à mudança, tanto no nível de consciência, como da estrutura social. Logo, esta educação dará a possibilidade de traduzir formas organizativas que promovam a solidariedade e o desenvolvimento sociopolítico.

Entender a educação popular na realidade da ação extensionista consiste na versão mais larga sobre o significado da extensão rural; entender-se na dialética. Revela sair de ações circunstanciais e partir para uma ação que represente o desenvolvimento crítico da tomada de consciência entres os agentes envolvidos. Significa, chegar a uma esfera crítica, na qual a realidade acontece como objeto cognoscível e em que o homem assume posição epistemológica, no dizer de Paulo Freire (2001), “A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão”. Sendo assim, essa unidade dialética constitui de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Nesse sentido, buscam-se técnicas mais adequadas, métodos pedagógicos, para que o agricultor possa gerar renda líquida satisfatória e, conseqüentemente, alcançar, assim, o principal objetivo da extensão rural, que é contribuir para o desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida como projeto de vida da população rural.

Ao refletir sobre casos concretos da problemática produtiva e organizativa de cada dia, surgirão as melhores e mais adequadas soluções. O crescimento de consciência organizativa será, portanto, produto de luta por superar seus problemas e aprender em sua práxis e conflitos que a vida organizativa dá vida à organização e força de vontade coletiva. Nesse crescimento orgânico encerra-se o potencial político que o grupo comunitário deve desenvolver para a vivência coletiva.

Tomando como referência reflexões elaboradas por Libâneo, de que a educação, há um bom tempo, já não é concebida como um fenômeno isolado da sociedade e da política, "Desde Marx e Engels, a educação somente pode ser compreendida pelas relações sociais vigentes em cada sociedade e, portanto, dependente dos interesses e práticas de classe, de tal modo que a transformação da educação é um processo ligado à transformação das relações sociais.[...] Num sentido mais amplo, a educação abrange o conjunto das influências do meio natural e social que afeiam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social [...]" (LIBÂNEO,1999,p.79).

Para o autor, os valores, costumes, idéias, organização social, movimentos sociais, sistema de governo, e meios de comunicação social são forças que operam e condicionam a prática educativa. Em vista disso, a educação ocorre de modo não intencional, não planejado, não sistemático, atuando de forma dispersa, difusa, com caráter informal, não se constituindo atos conscientes intencionais. Já a educação intencional surge no desenvolvimento histórico da sociedade como consequência da complexidade da vida social e cultural, da modernização das instituições, do progresso técnico e científico, da necessidade das pessoas participarem das decisões que envolvem coletividade, implicando objetivos sociopolíticos explícitos, conteúdos, métodos, lugares, condições específicas de educação; uma educação para possibilitar aos indivíduos a participação consciente, ativa e crítica da vida social global.

É válido ressaltar que a reprodução acontece apenas ensino escolar. Ela se processa com carga ideológica bem mais explícita por meio das diversas modalidades da chamada “educação não formal”, tanto nos cursos de educação de adultos, quanto nos programas de desenvolvimento de comunidade ou nos programas de modernização e extensão rural.

Assim, podemos dizer que a prática educativa se manifesta no cotidiano das relações desenvolvidas no trabalho dos agricultores rurais e profissionais do campo nos projetos irrigados, especificamente.

Ao mesmo tempo em que os projetos de irrigação para os agricultores são vistos como espaço de reconstituição de um modo de vida possa também ser exemplo de repetição de um ciclo de exclusão, uma vez que as características estruturais de nossa sociedade não passem por alterações. As relações recriadas nesses projetos de irrigação, pelos agricultores, muitas vezes dizem respeito à categoria trabalho. Isso acontece em virtude das atividades que eles desenvolvem se voltarem unicamente para as questões produtivas e dependem necessariamente do saber técnico que provém de outro, aquele que sabe, que tem domínio do saber técnico - científico, criando uma relação de dependência do trabalhador rural. É nessas relações de trabalho que os agricultores sobrevivem e constituem possibilidades de reprodução social em vez de transformação social.

Damasceno (2005) relata ser interessante observar que, normalmente, os agentes do desenvolvimento são eles próprios membros de grupos privilegiados ou representantes de instituições e organizações comprometidas com a situação social vigente.

Conforme Damasceno (2005, p.15),

As tentativas de modernização do meio rural através da extensão ou da assistência técnica constituem um dos focos da análise freiriana, a qual enfatiza que a substancia interna dessa forma de atuação no meio rural é eminentemente de dominação por parte do extensionista e de dependência por parte do camponês, expressando um autêntico processo de invasão cultural.

Dessa forma, essa visão “estreita” do desenvolvimento rural, concebido apenas na dimensão técnica constitui a substancia da modernização e pode ser observada nos diversos programas de inovação rural, pois as pesquisas focando os referidos programas constataam que a maioria se fundamenta numa concepção do desenvolvimento rural e da educação bancária.

Tomando como referência as reflexões elaboradas por Gohn (1989, P.98), de que “... a educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência”, é necessário analisar a dimensão da educação no contexto dos movimentos sociais e da extensão rural, especificamente na vida rural. Os quatro campos da educação não formal, na concepção da autora, envolvem: 1) a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos; 2) a capacitação dos indivíduos para o trabalho; 3) a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos para a organização comunitária; e 4) a aprendizagem de conteúdos de educação formal em espaços e metodologias diferenciadas.

Assim os agricultores familiares, no contexto da educação não formal, têm como dimensões, as seguintes ações:

1º nas reuniões realizadas pelos trabalhadores rurais possibilitam a transmissão de informações, no primeiro momento; o debate, o confronto entre opiniões diversas, a atitude de argumentação de idéias, mas, acima de tudo, podem propiciar o exercício da “fala”, a expressão no espaço público. Tais ações desencadeiam o aprendizado político dos direitos no imaginário do trabalhador, a realidade vivida e a possibilidade de participação num movimento social. Nos perímetros Irrigados, essa dimensão pode ser vivida sociabilidade em associações ou cooperativas agrícolas, nas reuniões com instituições, nas reuniões das associações e cooperativas, na qual os trabalhadores rurais poderiam vir a experienciar uma sociabilidade para o aprendizado político dos direitos e deveres do cidadão, ou seja, para a cidadania ativa e não passiva;

2º - nos cursos de formação e capacitação dos trabalhadores para atividades rurais, podemos visualizar a segunda dimensão da educação não formal, aquela que possibilita, nos dizeres de Gohn (1989), a aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades. São

organizados nos projetos de irrigação alguns cursos, e tais cursos, possibilitando o aprendizado de novas formas de produção na agricultura irrigada. Assim, nesses cursos a demanda e necessidade dos trabalhadores rurais, as relações de trabalho vão sendo pensadas, assim como a tríade "produção-comercialização-consumo";

3° - nos grupos coletivos de produção, associações de produtores, podem constatar nestes espaços o desenvolvimento da terceira dimensão da educação não formal, a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos para o trabalho em grupo, ou, como confere Gohn "educação para a civilidade". Os grupos discutem a sua participação no contexto de produção agrícola, as relações de poder, e organizam atividades econômicas no grupo (comercialização). As associações de agricultores rurais se constituem como espaços experimentais, uma vez que são pensadas inúmeras atividades e estratégias de organização com base na experiência cotidiana; e

4° - por fim, o aprendizado de conteúdos escolares em espaços, tempos e metodologias diferentes daqueles utilizados no espaço formal. É possível visualizar tal dimensão da educação nos cursos de educação de jovens e adultos, desenvolvidos em parceria com universidades, principalmente nos dias atuais. O perímetro Irrigado representa um espaço favorável e necessário para se trabalhar nesta dimensão de educação, em que os agricultores rurais possuem necessidade de aprender além da realidade escolar, pois muitos não tiveram oportunidade de entrar na escola formal e terminar seus estudos.

Essas quatro dimensões da educação não formal perpassa a realidade dos projetos de irrigação; as reuniões são permeadas pela busca de solução para problemas enfrentados no cotidiano dos associados, tais como a melhoria da qualidade e quantidade de produtos; as culturas mais adequadas para o momento econômico e político vivido pelo País. Assim, as relações de trabalho são constituídas no espaço dos agricultores rurais com suporte no redimensionamento das experiências vividas anteriormente, das necessidades do grupo de trabalhadores e daquelas relacionadas ao mercado, tudo isto incrementado nos espaços de educação não formal organizados conforme as necessidades de cada agricultor.

É possível apontar dois caminhos de possibilidades no campo da extensão rural: o primeiro relaciona-se com a mediação nesses projetos irrigados, onde o profissional de extensão rural é o próprio educador; são os mediadores coletivos na elaboração conhecimento. O segundo caminho relaciona-se com a idéia de emancipação social, como uma luta

processual e sem fim definido, sendo movida por conquistas individuais e outras sociais mais amplas.

Em relação à mediação, apresenta-se como uma concepção dialética de trabalho, uma forma de ver a realidade de modo crítico, buscando articular a participação dos envolvidos (FURTADO, 2000). A abordagem foi sistematizada no livro da série Metodologias participativas: a Intervenção Participativa dos Atores (INPA), publicado pelo IICA no ano de 2000.

Quando se trata de idéia de mediação, temos vários tipos de mediadores, como aqueles que fazem a ponte, os que estão entre, ou seja, que traduzem e introduzem falas e linguagens. Os agentes mediadores estão presentes nos vários espaços educativos. Quando pensamos a emancipação social, lembramos da contribuição de Santos (1985, p.64-74), onde acentua que "as alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos e ambientais". Não podemos, no entanto, deixar de afirmar que tais processos são lentos e movidos por conflitos internos e externos dos associados.

Os processos educativos, sejam formais ou não formais, contribuem para o repensamento relações de trabalho na terra, seja no processo de convivência social, seja na produção de sua sobrevivência e afirmação, seja na relação com a natureza ou com os demais seres humanos, o homem elabora conhecimento, processa educação, aprende e desenvolve capacidades. O extensionista é um mediador social, antes de tudo, um educador popular. Sendo assim, os processos educativos estão inseridos nas ações de extensão rural, porém a mediação é a base para que o agricultor possa transformar a sua realidade.

3.5 Concepção dialética da educação para transformação

As bases e os mecanismos práticos para a educação dialética encontram-se formulados nas obras de Gramsci e de Freire, bem como daqueles que estudaram e aperfeiçoaram o pensamento e a prática pedagógica dos referidos autores.

Na concepção dialética da educação em Gramsci, há dois momentos simultâneos e organicamente articulados: o da negatividade, que consiste na crítica, na desmistificação da ideologia dominante, portanto, da desarticulação; e o momento positivo, construtivo, de uma educação popular, que significa trabalhar o senso comum, ou seja, a elaboração de uma consciência de mundo popular coerente e adequada aos interesses populares. Em todo o pensamento gramsciano, é destacada a importância da escola como instrumento concreto do desenvolvimento do homem e da sociedade civil. Convém ressaltar que estes dois aspectos são intrínsecos à relação hegemônica, qualquer que seja a situação na qual esta relação se realiza e se apresentam como momentos dialéticos de um processo unitário.

Dessa forma, se queremos pensar dialeticamente a educação temos que refletir sobre o homem como ser histórico e suas relações sociais, ou seja, considera-la o homem como conjunto das relações sociais.

A dialética concebe o homem como ser histórico: portanto, toma como referência o homem concreto que age sobre si e que se relaciona e age sobre seu meio. Damasceno relata que “... a discussão de Gramsci a respeito do conceito homem, ser de relação, deixa claro que “o homem não se relaciona com o mundo físico e social por justaposição, mas organicamente, isto é, à medida em que passa a compartilhar de organismos dos mais simples aos mais complexos. “Via de regra, essas relações não são mecânicas, e sim, ativas e conscientes”. (DAMASCENO,2005,p.21).

A autora expressa o fato de que em primeiro lugar, Gramsci parte da premissa de que “... todos os homens são filósofos ou intelectuais”, (2005 p.23). Assim, nega, portanto, a separação entre o culto e o inculto, respeitando a visão de que todo homem tem uma concepção de mundo, um modo de pensar e operar. Esta se manifesta mediada pela linguagem, pelas noções e conceitos, religião, bom senso, e, no caso das classes populares, está constituída pelo senso comum. Este último é entendido como um modo de pensar o mundo com base numa concepção imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um outro grupo social. E, assim, o saber resultante caracteriza-se por uma confusão de informações e às vezes contraditórias. Como consequência mais séria dessa formação, por meio do senso comum, tem a ausência de uma consciência coerente e crítica.

Aqui é expressa a importância da educação no sentido de trabalhar o senso comum, ou seja, a consciência e a cultura fragmentada dos setores populares na perspectiva da

reelaboração de uma consciência histórica. Como resultado desta ação educativa, espera-se uma fase de amadurecimento coletivo, demonstrado mediante a formação de autoconsciência e de organização. Na prática, esse amadurecimento ocorre de forma dialética, à medida que a ação educativa desenvolve a conscientização.

Para que a elaboração de saberes se faça sob a óptica da dialética, é imprescindível que o educando se aproprie dos instrumentos lógicos e dialéticos do pensamento, e que tome posse do método. “A metodologia de trabalho se efetivará mediante a reflexão sobre o real, envolvendo o processo de: ação-reflexão, nova ação - renovação ou recriação”. (DAMASCENO, 2005, p.31). Assim se faz educação numa perspectiva transformadora. Essa educação se realiza com assino em prática pedagógica do esforço permanente dos sujeitos envolvidos, mediante a percepção e a crítica de como sendo no mundo concreto.

Nesse sentido, existe necessidade de integração entre cultura humanista e a técnica. O humanismo representando a própria história do homem com seus valores socializados e, por outro lado, a época atual, exige a valorização do trabalho e da atividade produtiva. Este não pode ser apenas entendido como meio de sobrevivência, mas sim como um meio pelo qual o homem atua sobre o mundo tanto agente transformador, sujeito, produzindo sua história.

Conforme a reflexão anterior, a autora dispõe a concepção gramsciana que enfatiza ser fundamental que a educação de base das classes populares seja constituída com apoio na integração entre o conhecimento intelectual e o trabalho, na união entre os princípios teóricos e as habilidades práticas. Para tanto, isso requer uma real integração entre atividades produtivas e educativas, a ser realizada na vida do rural.

Esta linha de análise deixa claro que o processo educativo é entendido como atividade que exige por parte do educando grande esforço e um trabalho disciplinado e metódico. Evidencia-se que a ação educativa é política e não neutra. Cabe ao educador não se opor à vida do grupo social onde o educando se insere, mas se mostra como aprendiz e confere maior rigor lógico ao saber popular. Neste caso, o extensionista se exhibe como educador popular numa interação sujeito/ objeto, numa interação homem/mundo.

Nesse contexto, torna-se interdisciplinar o caráter do trabalho social em ação, mediante a integração em equipe, incluindo profissionais de áreas diferentes, que viabilizam planos e projetos, avaliação e acompanhamento nesta área. Quanto mais os sujeitos sociais adentram a realidade concreta para desvelá-la, mais criticamente vão se formando

conscientemente e buscando transformá-la. Neste sentido, a teoria pedagógica deve dar conta dos vários fenômenos educativos que acontecem em todos os tempos e espaços sociais; afinal, a tarefa de educar é responsabilidade do coletivo social.

Braga (2001), em seu livro *Comunicação & Educação*, realiza um estudo em relação às mudanças tecnológicas, em que a sociedade atribui a novos processos comunicacionais uma expectativa educacional.

Habituaados a viver nos deparando com um sistema educacional organizado, no qual somos integrados desde cedo, tendemos a pensar a aprendizagem apenas como consequência da Educação (IDEM: 36). Antes de haver transmissão do conhecimento, entretanto, e, conseguinte, aprendizagem do conhecimento pronto, desde sempre, o homem aprendeu com as coisas. Nesse sentido, ele depende de um outro” aprender”, decorrente de um intercâmbio com o mundo e com as pessoas em ambiente social, mediante o qual descobre coisas, por meios práticos, de uma reflexão, experimentação e também pelo acaso. O autor entende que a educação decorre da percepção de que as ações sobre a aprendizagem podem ser organizadas. E, dessa forma, assinala que a educação é, pois campo em que se articulam, intencionalmente, o ensino e a aprendizagem.

O Referido autor faz uma reflexão sobre o desentranhamento da comunicação, e menciona que, quando se fala em comunicação social, à primeira tendência é a de pensarmos nos grandes “meios de Comunicação”, como a televisão, rádio, cinema, revista, e outros; além de existir as tecnologias mediáticas que parecem conformar os modos, os processos e até mesmo os objetivos das comunicações.

Defende o argumento de que,

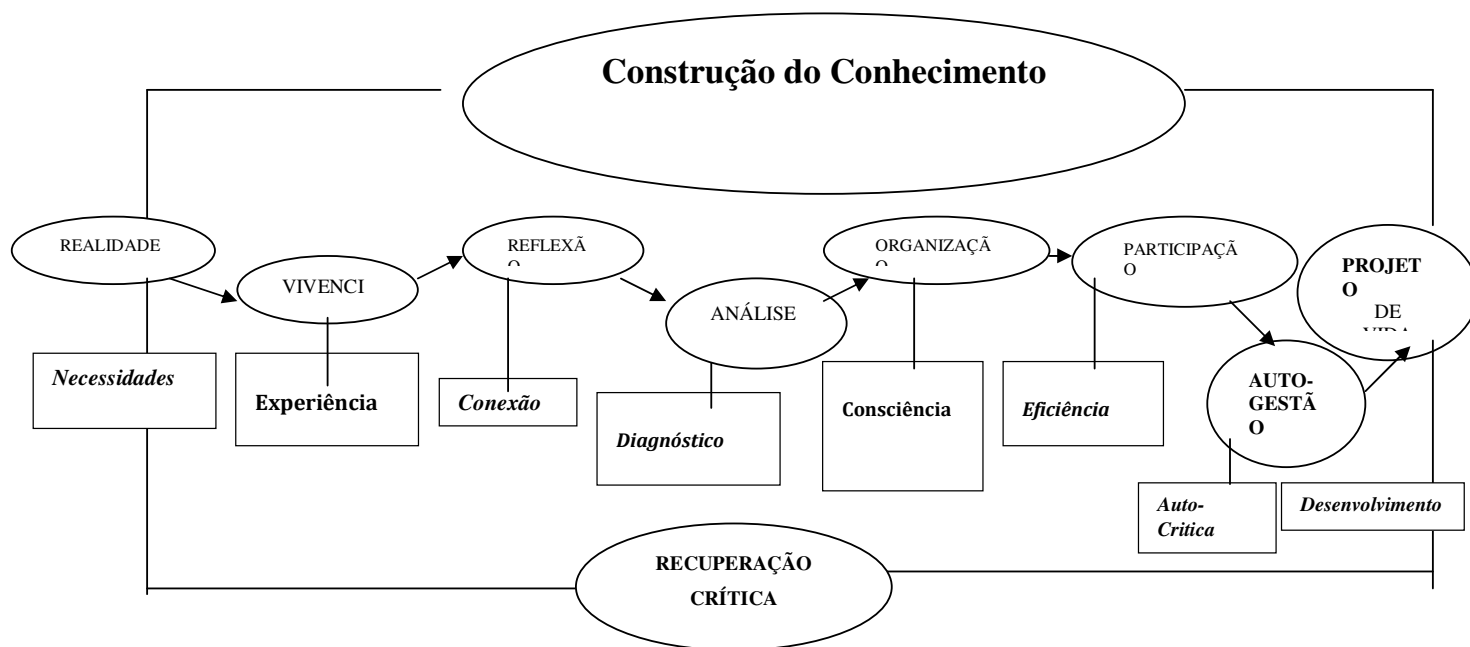
É preciso ultrapassar essa percepção para aprofundar a compreensão tanto no que se refere ao próprio conceito de comunicação, como para um certo entendimento da sociedade que dispõe de tais tecnologias. A comunicação é conatural ao ser humano. Não há sociedade, não há comunidade, sem comunicação entre os homens. Para agir em comum os seres humanos interagem. Desde que se pode identificar a existência de grupos humanos, na pré-história mais remota existe a comunicação social. (BRAGA, 2001, P.14).

A aprendizagem só é verdadeira quando o sujeito se apropria do aprendido, reflete uma situação educativa, pois o homem é um ser da práxis, da ação e reflexão. Atuando, transforma transformando cria uma realidade que, por sua vez, o envolve e condiciona sua forma de atuar, (FREIRE, 1977). Para o autor, é necessário se problematizar toda a estrutura

em que se darão as técnicas, defendendo a posição de que capacitação técnica é mais do que um treinamento, porque é busca de conhecimento e apropriação de procedimentos.

Conforme Lisita (2007) em seu artigo publicado na internet sob o título *Considerações sobre a extensão rural no Brasil*, percebemos que há interação de várias forças que impõem limites de mudança na orientação da ação extensionista. A questão que expressa politicamente, então, é por onde começar para obter mudanças mais rápidas e duradouras em direção à consolidação de mudanças na orientação da ação extensionista: a formação dos técnicos de graduação constitui um ponto de partida recomendável? Não se pode negar que uma formação diferenciada faz com que alunos tenham clareza das limitações impostas para a sua atuação. Muitos dos problemas existentes na atuação da prática extensionista, porém, esbarram em problemas estruturais, que vão além de seu poder de atuação imediato.

Nesse sentido, as organizações de produtores rurais e a sua relação com o trabalho dos profissionais de extensão rural, também constituem "espaços pedagógicos" de educação e, conseqüentemente, têm poder. A educação na práxis é, portanto, uma ação transformadora consciente que supõe dois momentos inseparáveis, o da ação e o da reflexão. O enfrentamento dialético ação-reflexão é o que dá origem à mudança, tanto no plano de consciência, como da estrutura social. Logo, esta educação dará a possibilidade deensejar formas organizativas que promovam a solidariedade e o desenvolvimento sóciopolítico. O esquema abaixo pode representar essa ação;



Organograma 1 – educação para a participação como processo (PENÃ, 1992).

O Diretor de Publicações Educativas, Cecílio de Lora, na apresentação da obra do educador Paulo Freire, *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, editada em 2001, disse que,

A Conferência de Ministros da Educação, reunida em Caracas de 6 a 15 de dezembro de 1971, apontava como “toma corpo à idéia de uma educação libertadora que contribua para formar a consciência crítica e estimular a participação responsável do indivíduo nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos. [...] Este despertar de nossa capacidade crítica e criadora dos homens que comungam o mesmo histórico latino-americano está atravessado pelo processo de *conscientização*. (2001, p. 9).

O referido autor explica que o termo tem hoje densidade e especificidade bem precisas, exatas. Explica ainda, que não se pode falar de conscientizar como se fosse um simples fato de descarregar sobre os demais o peso de um saber descomprometido, para induzir novas formas de alienação. E menciona que o grande mérito de Paulo Freire estava precisamente em ser catalisador honesto de uma série de inquietudes que se agitam em nosso meio.

Em função disso, fala-se sobre novos profissionais e novas lideranças capazes de se apropriarem dessas atividades nessa visão de instrumentalização, de liderança, dos processos técnicos e políticos, com necessidade de se provocar uma ruptura mental do modelo setorial e assistencialista, quando se refere à gestão social. Será então necessário, entender como acontece a aprendizagem para aplicação de metodologias participativas em extensão rural.

3.6 Reflexão sobre o caráter educativo da ação extensionista: a Pedagogia de Paulo Freire e a Teoria do Conhecimento de Jean Piaget

A tentativa agora é de buscar alguns princípios fundamentados por Paulo Freire e Jean Piaget, que apontamos como reflexão da ação educativa do extensionista no contexto da realidade atual. Sintetizamos as contribuições desses teóricos e sua correlação com a prática pedagógica da ação extensionista.

Habitados a viver nos deparando com um sistema educacional formal, no qual somos integrados desde cedo, tendemos a pensar a aprendizagem apenas como conseqüência da escolarização.

Desde sempre, entretanto, olhando os céus, seguindo o curso dos rios, compartilhando o calor das fogueiras, o homem aprendeu com as coisas da vida. Antes de haver “transmissão de conhecimentos” é, portanto, aprendizagem do conhecimento pronto – o homem depende de um outro aprender, decorrente de um intercambio com o mundo e com as pessoas em ambiente social, mediante o qual “descobre” coisas, por meios práticos, reflexão, por experimentação, e até por acaso.

“A educação decorre da percepção de que as ações sobre a aprendizagem podem ser organizadas. Essas ações percebidas e problematizadas em seus resultados, se desentranham e distinguem dos gestos espontâneos da vida”. (BRAGA, 2001:36).

Paulo Freire⁹, em seu livro, *Extensão rural ou comunicação?*, nos mostra como o conceito de extensão envolve ações que transformam o camponês em “coisa”, objetos de planos de desenvolvimento que o negam como ser de transformação social do mundo. Um fazer em que o homem é reconhecido como depósito que recebe mecanicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser “moderno”. (FREIRE, 1977).

Faz uma crítica ao conceito de extensão como “invasão cultural” atitude contrária ao diálogo, onde entendendo que é no diálogo que se faz a base de uma autêntica educação, uma interpretação dialética do mundo, onde a prática social é expressa como critério de verdade. O “fazer” pedagógico não tem qualquer relação com assistencialismo, invasão cultural e outros processos adialógicos. Neste sentido, ele entende que, embora “todo desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento”.

Por meio da Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR, trabalho produzido em 2006, pela EMATER em Minas Gerais -MG, Elma Dias Ruas apresentou uma proposta para a formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, valorizando a participação e autonomia dos agentes sociais.

⁹ Considerado, para fins desta pesquisa, como maior representante brasileiro dos ideais de uma pedagogia libertadora, ou seja, de uma pedagogia que ultrapassa os muros da escola e se alastra para pensar a sociedade em todas as suas contradições.

Trata-se de uma proposta assentada nos princípios da metodologia participativa, como diz a autora, em que o extensionismo mineiro busca contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas de extensão rural pública; um compromisso de refletir sobre a ação extensionista em função dos desafios políticos, sociais, culturais e econômicos que a agricultura familiar traz para o Estado brasileiro; a tentativa em refletir sobre o processo metodológico da ação extensionista e propor uma reelaboração onde a nova realidade, com base numa concepção educativa que considera extensionista e agricultores protagonistas de uma ação transformadora, na qual os extensionistas assumem o papel de mediadores do processo de mudança e os agricultores os de sujeito do seu desenvolvimento.

Eles trabalham na aplicação de uma metodologia que tem como principal objetivo propiciar aos extensionistas a vivência de um processo metodológico, fundamentado nos princípios da participação, dialogicidade e troca de saberes, no planejamento participativo e da gestão social. Este trabalho, tem como referencial teórico as contribuições de estudiosos das relações educativas estabelecidas na produção do conhecimento, agregando os princípios teóricos na produção de conhecimento apresentados por Jean Piaget, a concepção de educação popular defendida por Paulo Freire e a didática do aprender a aprender defendida por Pedro Demo.

Segundo Dias (2006), citado por Demo (1993 p.33),

O que marcará a modernidade educativa é a didática do aprender a aprender, ou do saber pensar, englobando, num só todo a necessidade de apropriação do conhecimento disponível e seu manejo criativo e crítico (...). A competência que a escola deve consolidar e sempre renovar é aquela fundada na propriedade do conhecimento como instrumento mais eficaz para a emancipação das pessoas.

Assim, o caráter pedagógico da ação extensionista, não poderá se contentar em ser mero transmissor de conteúdos e informações, embora a informação seja fundamental. Deve ir muito mais além, pois exige a capacidade de construir e reconstruir conhecimentos, ou seja, o desenvolvimento da autonomia. Conforme Demo (2002), conhecimento é diferente de informação, palavras que se confundem.

Dessa forma, discute-se novamente, uma pedagogia desenvolvida por Paulo Freire em que defende a noção de que todo processo educativo é um ato político, uma ação que resulta numa relação de domínio ou de liberdade entre as pessoas. Em seus escritos sobre educação, escreveu um trabalho que tem como título *Educação como prática da liberdade*, no qual

representa uma reflexão em torno de sua práxis: a sua convicção de que o homem foi criado para se comunicar com os outros, destacando a importância do diálogo para se educar e responder aos desafios de uma sociedade.

Considerando as ações extensionistas como um processo educativo, são consideradas, também, como ato dialógico para facilitar a aprendizagem.

Na sua concepção, a busca da qualidade educativa envolve a existência de processos que facilitem diálogos, não apenas entre alunos, professores e comunidade escolar, mas também o diálogo do homem e da mulher com o contexto, com sua realidade, com a cultura rica em sistemas simbólicos.

Discutir a teoria em Piaget numa tentativa de fazer uma ponte com o pensamento de Paulo Freire muito nos interessa na medida em que suas descobertas sugerem mudanças no processo educacional. Piaget não só pela vastidão e amplitude de sua obra, mas principalmente, pelas conseqüências biopsicológicas que dela decorrem, resultante de um conflito entre a assimilação e acomodação; na assimilação existe a ação dos sujeitos sobre o objeto e na acomodação acontece a ação do objeto sobre os sujeitos, representando a superação dos esquemas estabelecidos. O autor desenvolveu em sua obra o ponto de vista de tal aplicação ao processo educacional - “A construção do homem segundo Piaget: uma teoria da educação”, e assim discute em torno do desenvolvimento mental do homem que tem como fulcro um construtivismo dialético¹⁰.

Piaget é considerado como principal autor da Epistemologia Genética. Entende que todo saber tem uma gênese, uma origem. A principal preocupação de Jean Piaget era compreender como aumentamos os conhecimentos, isto é, como ao longo da vida o ser humano amplia sua capacidade de pensar, sentir e agir sobre si mesmo, os outros, a natureza e a sociedade. Partiu do princípio de que o indivíduo estabelece relação de troca com o meio (físico, pessoas, conhecimento) num sistema de relações vivenciadas e significativas. Esse intercâmbio resulta em constante assimilação e acomodação de conhecimentos, a que chamou de mecanismo de equilíbrio. Nesse sentido, o conhecimento do agricultor acontece desde a troca de experiências entre os agentes envolvidos na educação, ou seja, quando o técnico com sua ação extensionista, pode favorecer o aumento de conhecimento ao agricultor rural baseado na abordagem que promova o diálogo no encontro de saberes.

¹⁰ O conhecimento não nasce com o indivíduo e nem é dado pelo meio social. É o sujeito que faz seu conhecimento na interação com o meio, tanto físico como social (BECHER,2001).

Na concepção de Piaget, citado por Lima, “educar é provocar situações de desafio, capazes de conduzir a desequilibrações e reequilibrações sucessivas das estruturas mentais auto-reguladoras, em desenvolvimento”. (1984 p.14). Explica o desenvolvimento mental como um processo dialético (construção) regido pelas equilibrações (auto-regulação) e que a adaptação ao meio é uma equilibração entre a assimilação e a acomodação, quando equilibradas, dá-se a “majorância”, ou seja, aumento da capacidade do organismo enfrentar o meio – aumento da competência. Portanto, para Piaget, o processo educativo consiste em criar, artificialmente, desequilíbrios que levem a inteligência a se desenvolver. Nas palavras de Fernando Becker, “As ações que transformam mundo são correlativas às ações que transformam o sujeito”. (2001 p.105).

Dessa forma, o autor entende que, o desenvolvimento do ser humano resulta de conflitos e que é preciso vivenciá-los para superá-los, pois, mediante a superação dos obstáculos, poderá surgir uma evolução. Define aprendizagem humana como elaboração de estruturas de assimilação, isto é, aprende-se porque se age para conseguir algo; no segundo momento, para apropriar-se dos mecanismos dessa ação primeira. Aprende-se porque se age e não porque se ensina. A fonte da aprendizagem é a ação do sujeito; o indivíduo aprende por força das ações que ele mesmo pratica.

É preciso compreender o processo de construção de conhecimento como condição prévia, em cada patamar, de qualquer aprendizagem (condição previa significa esquemas de ação, coordenação desses esquemas e, finalmente, estruturas; o conteúdo deve ser entendido como meio e não como objetivo). Portanto, nada é mais útil para formar os homens do que ensinar e conhecer as leis dessa formação (PIAGET, 1932, p.9).

Piaget sugere mudar radicalmente a Pedagogia, em vez de fazer dela uma facilitação. Prefere transformar a educação num desafio (desequilibração). De “majorância” em “majorância” o ser humano vai se estabelecendo. Daí é que, em sua teoria, o fulcro do desenvolvimento mental é a socialização, pois a relação humana é, fundamentalmente conflitual (singular). Para Piaget, citado por Lima (1984), “chegar ao acordo (democracia) é a majorância Máxima”.

O autor ainda exprime a noção de,

Estando a educação ligada, estreitamente, aos fenômenos de interação do indivíduo com o meio, todas as constatações científicas dos processos de interação entre organismo e o meio são, basicamente, decisivas para a construção de uma teoria de educação. (LIMA, 1984, p.23).

Conforme o autor (1984), as teorias da educação partem de dois pressupostos básicos: a de um inatismo “preformista” de que a crença nas faculdades mentais é um exemplo mais frisante e a outra que, por meio do empirismo mecanicista, o conhecimento é cópia. Com base no primeiro (inatismo), temos um processo educativo baseado na estimulação que visa à atualização das potencialidades do indivíduo. Baseado no segundo (condutismo), tem um processo educativo centrado exclusivamente, na aprendizagem.

A realidade em nosso cotidiano (estímulos) apresenta-se a cada um de forma diferente, de acordo com o nível de desenvolvimento do indivíduo. A inteligência, para Piaget, é fundamentalmente, um processo de produzir novas combinações (criatividade). A criatividade é, sempre a leitura de elementos preexistentes. Daí a escola deve estimular as soluções inusitadas, inclusive prestigiando os erros resultantes de combinações imprevisas.

Quando falamos de interpretações e sentidos, nos reportamos também, a visões de mundo, compartilhamento do discurso. A ação extensionista está pautada na educação popular e esta concebe também, uma ação comunicativa para um aprendizado de tomada de decisões e de escolhas, mediante consenso. Dessa forma, comunicação não pode ser, simplesmente, confundida com informação, pois informação pode ser transmitida mecanicamente sem respeitar a criatividade e singularidade de cada ser humano.

Nesse sentido, é fundamental proceder a Pedagogia da problematização, que parte do princípio de que, num mundo de mudanças rápidas e profundas, o mais importante é aumentar a capacidade do indivíduo para detectar os problemas reais e para buscar solução original e criativa. São diálogo e a participação vitais na ação transformadora das condições de vida.

Na corrida pelo desenvolvimento rural em que os governos se envolvem, constata-se que as ações de capacitação não propiciam resultados que apontem para a sustentabilidade do desenvolvimento. A forma como são realizadas as capacitações nas ações de ATER, descontextualizadas, fragmentadas e autoritárias, podem ser apontadas como alguns dos fatores desses resultados. Para trabalhar a dimensão organizativa, devemos desenvolver uma condição básica: o exercício da gestão democrática, entendida como a participação de todos nos processos de decisão, execução, avaliação e apropriação dos resultados de determinado

empreendimento social. Para tanto, é essencial que as pessoas saiam do seu mundo de isolamento e passem a fazer parte de uma coletividade. O trabalhador do campo precisa reaprender a ser sujeito do próprio destino, necessita alterar os comportamentos ideológicos adquiridos numa existência social de miséria e subordinação; capacitar-se para o trabalho coletivo. As ações de ATER no perímetro irrigado podem realizar trabalhos na dimensão organizativa para promoção do aprendizado e exercício da auto-gestão.

Neste sentido, é essencial no processo de trabalho dos profissionais de extensão rural a preocupação com uma formação político - ideológica entendida como fortalecimento da pertença de classe, como ampliação de conhecimentos sobre a realidade mais geral do País e do mundo. A capacitação deve ser vista como um processo pedagógico que supõe sensibilização e estimulação e assessoramento à população. Para tanto, é necessária uma agenda atual de políticas públicas, considerando os aspectos históricos, éticos, políticos e socioeconômicos para inclusão social; a formulação de novas abordagens pedagógicas, metodológicas, procedimentos, instrumentos e técnicas participativas para capacitar e formar diferentes categorias de mediadores, reflexivos e interativos. Pensar em uma educação para juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho, é o que Paulo Freire sempre defendeu como educação.

Jutta Blauert e Simon Zadek (1999), em estudos realizados com enfoques sobre metodologias participativas nos contextos de ONGs e projetos comunitários, apontam uma bibliografia brilhante (que trata deste tema) – *Mediación para la sustentabilidad: construyendo políticas desde las bases*. Assim, entendem que mediar é trabalhar para a formação do processo dialógico entre diferentes pessoas. Implica uma interposição de interesses com fins para encontrar caminhos para resoluções de conflitos.

Quando hablamos de la mediación para la sustentabilidad, nos referimos entonces a la manera en que nosotros y otras personas podemos desempeñar un papel para canalizar el conocimiento requerido para apoyar, informar e influir en la gente implicada en la elaboración de políticas. (BLAUERT & ZADEK, 199, P.14).

Já Gomes (2004), examina e debate sobre uma análise da participação na experiência recente da extensão rural e aponta que muitos técnicos de extensão acabaram apresentar os métodos e os encaminhamentos com “enfoque participativo” quase como uma imposição necessária para se construir a inovação dessas relações, sem dar chance e o tempo para que o

agricultor indicasse, por seu lado, qual poderia ser o método da abordagem. Enfatiza que a participação não pode ser considerada “salvação metodológica” da extensão e da assistência técnica rural para nenhum tipo de situação.

A participação ideal na óptica democrática, no entanto, supõe cidadãos conscientes e atentos à evolução da realidade e situação política, capazes de compreender os acontecimentos políticos, os principais problemas que afetam a vida do povo, optando entre diversas alternativas pelas forças políticas que incentivam a participação do coletivo na conquista da democracia. Nessa direção, a participação é entendida como forma democrática de descobertas de caminhos e de motivação que induzem à formação de uma sociedade gestada sob pilares emancipatórios do coletivo social.

Dessa forma, a participação que melhor atende aos princípios democráticos é aquela que possibilita aos sujeitos sociais um efetivo exercício da cidadania, mediante a participação igualitária nas decisões tomadas de forma descentralizador de poder e numa ação compartilhada.

A despeito do que foi exposto, é preciso ter em conta o fato de que a principal condição para que haja comunicação é a competência moral dos interlocutores, ou seja, os extensionistas e agricultores o, que significa se comunicar moralmente com autonomia. Quanto mais elevado, melhor o nível da comunicação, melhor a elaboração dos juízos comunicativos. Conforme Kamil, na visão de Piaget, “a autonomia moral significa levar em consideração os fatos relevantes para decidir agir da melhor forma para todos. Não pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista”. (1998, p.108).

Neste sentido, uma comunicação baseada nesses princípios, favorece a possibilidade de o adulto fazer por si mesmo considerações com outras pessoas, mas o elemento importante é a possibilidade de tomar decisão.

A autora assinala que, no âmbito intelectual, autonomia também significa autogoverno, assim como heteronomia é ser governado por outrem. Uma pessoa heterônoma acredita sem questionamentos em tudo o que lhe dizem, inclusive em conclusões ilógicas, em slogans e em propaganda, não existe uma concepção de um pensamento crítico nas relações cotidianas. Para Piaget, a autonomia é a finalidade da educação.

Assentada nessa premissa, pensar em ação extensionista em perímetro irrigado é refletir em uma ação que provoque uma aprendizagem para a passagem do ser heterônimo para o ser

autônomo, criando possibilidades para o agricultor de se tornar sujeito da sua história. Por sua vez, para que aconteça tal autonomia, será necessário que a ação extensionista perpassasse processos pedagógicos de intervenção e práticas, um modo de fazer, um caminho a ser percorrido, com um fim a atingir, que não prevaleça apenas a produção agrícola, mas que também esteja comprometida com o aprendizado do agricultor para ser sujeito e protagonista de sua própria vida.

Madalena Freire (1999) defende a idéia de que o desejo-inteligência-construção-do-social nasce de uma preocupação de formular e exercitar pensamentos, inteligências, conhecimentos nos grupos de agricultores rurais desde a ação de extensão rural na rotina do trabalho agrícola. Para se constituir um grupo é necessário que exista a presença de um educador. Um educador como leitor das necessidades; da falta, do que não se conhece, para que no seu ensinar, possa favorecer uma aprendizagem, e uma rotina de trabalho coletivo, envolve tempo, espaço, ritmo. Conforme Madalena Freire, "... ritmo significa pulsação pedagógica. O ritmo do grupo é constituído dos vários ritmos de todos. O papel do educador é reger estas diferenças rítmicas para a peça pedagógica". (FREIRE, 1999, p. 163).

Nesse contexto, a vivência do trabalho da ação extensionista dos agricultores rurais decorre da necessidade da ação pedagógica da extensão rural, para que, dessa forma, possam alcançar os objetivos que se propõem nos perímetros irrigados, objetivo este, que seria na coletividade, todos se sentirem "empoderados" mediante a organização para autogestão na vida do trabalho, na vivência familiar e coletiva na perspectiva de alcançar o projeto de vida e o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, P. Weil (1990) defende que através do dialogo se alargam os horizontes da consciência e da tolerância. O saber é necessário, porém a sabedoria é imprescindível. O saber científico e técnico configura-se em repertório de grande relevância para a vida humana, mas também é carecedor da maestria de sabedoria, perpassando a intuitividade, amorosidade e espiritualidade para que possamos melhor entender, sentir e respeitar a nossa vida e a dos outros que convivem conosco.

Esta postura pressupõe a articulação de processos intensos de mudanças qualitativas em nossos valores e atitudes, através de experiências/vivencias reeducativas, onde possamos cuidar com mais atenção, totalidade e sensibilidade com os atores envolvidos na sociabilidade da pratica extensionista no rural.

Apresentamos a seguir um quadro sinótico-demonstrativo aproximando os principais elementos que pertencem à extensão rural e os aproximando da relação com a educação popular;

Quadro 1 – Relação da extensão rural com educação popular

Fonte: Rita de Cássia Marques Costa –2009

EXTENSÃO RURAL	EDUCAÇÃO POPULAR	RESULTADOS
Metodologia	Participativa	<ul style="list-style-type: none"> -Modificação nas atitudes dos atores mudando de mecânica para criativa; -Aumento da capacidade de decisão para negociar conflitos e para alcançar autonomia e realizar a auto-gestão. -Os processos de aprendizagem devem provocar mudanças substanciais não apenas no nível cognitivo (conhecimento), mas também no nível das habilidades (motor) e das emoções (emotivo) daí a preocupação com as técnicas de motivação e comunicação. -Propicia a participação dos envolvidos e sentimento de equipe e solidariedade e interação.
Abordagem	Dialética	<ul style="list-style-type: none"> -Melhoria na qualidade do trabalho; nas relações inter e intra-grupais; eficiência na equipe e qualidade de vida no trabalho -Trabalhar “com as pessoas” e não para as pessoas - Desenvolve a capacidade de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade dos atores envolvidos - Servem de suporte ao processo de formação e capacitação numa articulação entre filosofia de vida,

		prática pedagógica e visão sociológica através dos processos educativos.
Educação	Libertadora	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolve a consciência crítica e questionadora -Busca a superação do aspecto formal; - O conhecimento não está pronto e acabado podendo ser reelaborado; conhecimento contínuo, dinâmico e flexível. -Busca o processo de conscientização para transformação e intervenção no espaço rural e mudança de comportamento - trabalha o desenvolvimento do agricultor como oportunidade e não como algo assistencial, doado.
Prática	Construtivista	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação dos níveis de interpretação, quantitativa e qualitativamente; - propicia a transformação social numa abordagem pedagógica para intervenção social e na interação dos sujeitos partindo do respeito a cultura local; -Aumenta a capacidade de síntese dos conhecimentos e experiências; -Considera a relação entre tecnologia,cultura e educação no sentido de formação humana
Técnico/Agricultor	Sujeitos Ativos	<ul style="list-style-type: none"> -Comunicação horizontal baseada no respeito mútuo e na troca de saberes; técnico como mediador e não como transmissor de informações -Os dois fazem parte do processo de construção do conhecimento prático ou de habilidades; -Prático autônomo, como “artista” que toma as

		<p>decisões e que cria a sua própria ação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visão holística - Profissional comprometido com a sociedade
Capacitação	Contínua e processual	<ul style="list-style-type: none"> -Entendimento de capacitação não como treinamento, mas como processo educativo e formativo; -Trabalham o capital humano, social, político e econômico para desenvolvimento de competências e habilidades e não permanece só no foco em relação treinamento para produção.

CAPÍTULO 4

Foto 3 - Lote plantação de banana



“O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Guimarães Rosa

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O método surgiu em decorrência da práxis humana no sentido moral, para depois sistematizar a moral, racionalizar a lógica e só depois definir as leis do raciocínio. O homem agiu metodologicamente para depois estruturar os passos e exigências (caminho a percorrer) do método científico. Ele se faz na formação de um conjunto de operações intelectuais, pela qual buscamos atingir verdade. Depende da visão de mundo e de uma tremenda sensibilidade.

Para Ruiz, o método dita as maneiras concretas de objetivar ou organizar a pesquisa, de maneira mais ou menos precisa, completa, sistematizada. É o conceito que te faz atingir a realidade. Quem tem uma boa teoria é capaz de explicar, entender, problematizar. Mostra-se, como fator de economia na pesquisa. Dizia Lênin (1965) que o “método é a alma da teoria”. É a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência (RUIZ, 1986).

Para Lakatos o método científico, “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (LAKATOS, 1993 p.83)).

Há, porém várias formas de se trilhar este caminho, ou seja, várias formas de construir um método científico. Na perspectiva de que, percorrer a trilha da pesquisa de forma reflexiva e crítica nos instiga a elaborar novas óticas e possibilidades de se trabalhar com pessoas, busca-se ultrapassar a concepção positivista de que estas não passam de meros objetos de pesquisa. Os sujeitos dessa pesquisa são construtores do saber e dessa forma, será significativo ter por base os princípios da etnometodologia. Macedo conceitua etnometodologia da seguinte forma: “A *etnometodologia* é uma teoria do social que, ao centrar-se no interesse em compreender como a ordem social se realiza mediante as ações cotidianas, consubstanciou-se numa *teoria dos etnométodos*” (MACEDO, 2006, P.68).

Nessa direção, o autor aponta que na prática de pesquisa, os etnométodos emergem das práticas cotidianas, dos processos interacionais que não se enquadram jamais na noção de constância do objeto e que são, em última instância, os organizadores das ordens socioculturais.

Para a realização desse estudo foi utilizados a pesquisa descritiva e explicativa com abordagem qualitativa de pesquisa em educação com enfoque para investigação, crítico-participativo. O delineamento da pesquisa denominado Estudo de Caso, apresentou-se como o mais apropriado para o presente estudo, por ser entendido, como “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVINOS, 1987, p.133). Uma característica marcante do estudo de caso se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente.

Esse tipo de pesquisa ofereceu suportes metodológicos que possibilitaram a compreensão dos sujeitos nas relações que se estabelecem no contexto societário, permitindo analisar e compreender de forma mais consciente, traçando novos olhares em volta das necessidades locais dos trabalhadores rurais do Baixo Acaraú.

Dessa forma, buscou-se novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, pois como afirma LUDRE (1986), os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”, ou seja, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa.

Portanto, através do objeto estudado e a partir da compreensão histórica, da contextualização, no diálogo, esse eterno jogo de contradições, procurei extrair a interpretação

da realidade na preocupação de me ater às conjunturas e peculiaridades e não á uma especulação abstrata.

4.1 Unidade de pesquisa

A pesquisa foi realizada no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú. Este perímetro irrigado está situado na região norte do Ceará, no semi-árido nordestino. É uma área territorial fincada no semi-árido cearense, administrada sob a forma do associativismo, e financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, coordenada pela Secretaria de Agricultura Irrigada do Ceará - SEAGRI, fiscalizada e acompanhada pelo Departamento de Obras Contra as Secas-DNOCS.

Esta região apresenta-se como uma das fontes geradoras de emprego e renda para as famílias dessa localidade, organizadas comunitariamente, para o plantio, colheita e comercialização da fruticultura irrigada, que no início de suas atividades tinha como produção: melão, melancia, banana, mamão, abacaxi e outros. A implementação desse perímetro irrigado tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável local dessas comunidades, na perspectiva de inclusão social na vida do trabalho rural. O Projeto de Irrigação do Baixo Acaraú é resultado de estudos apoiados pelo Banco Mundial, que comprovaram a existência de condições privilegiadas para a produção de frutos de alta qualidade, com menor incidência de doenças e pragas. Tem capacidade de atender a uma demanda livre de água, de 20 horas diárias. A fonte hídrica do projeto é o rio Acaraú, perenizado pelas águas dos açudes Paulo Sarasate, Edson Queiroz e Ayres de Souza, com capacidade de armazenamento de 1,0 bilhão, 250,5 milhões e 104,4 milhões de m³; respectivamente, totalizando 1,4 bilhões de m³ (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2007).

A área de implantação da 1ª etapa do Projeto Baixo Acaraú, está situada na região norte do Estado do Ceará, como parte da microrregião Litoral de Camocim e Acaraú, trecho final da bacia do rio Acaraú, compreendendo terras dos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco. O acesso à área do Projeto, a partir de Fortaleza, se dá pela rodovia BR-222, até à cidade de Umirim, prosseguindo-se daí pela rodovia CE-016 até próximo à cidade de Morrinhos, onde se localiza o entroncamento da rodovia CE-161/BR-403, a qual atravessa a

área do Projeto no sentido Sul-Norte, constituindo-se a base do sistema viário do Projeto. À distância entre Fortaleza e a área do Projeto é de 210 quilômetros, sendo todo o percurso constituído de rodovia pavimentada, com boas condições de tráfego.

A fonte hídrica do Projeto é o rio Acaraú, perenizado por três açudes interligados, e a captação da água se dá através de uma barragem própria. O Projeto tem capacidade de atender a uma demanda livre de água, de 20 horas diárias.

Começou suas atividades agrícolas em abril de 2001, onde os cinquenta primeiros produtores assentados eram antigos proprietários de imóveis rurais, denominados reassentados, possuidores das terras que foram desapropriadas para construção do projeto.

Estrutura Fundiária

Quadro 02 - Divisão dos Lotes (Primeira Etapa): (Baixo Acaraú)

Fonte: dados coletados em documentos do Distrito de Irrigação

TIPO	LOTE			ÁREA (ha)	
	Total (ha)	Área média (ha)	% em relação ao total geral	Total (ha)	% em relação ao total geral
Pequenos Produtores	478	8 ha	81.8%	3.835	46%
Técnico	52	16 ha	9%	964	11,5%
Empresa	54	40 a 60	9.2%	3.231	38,7%
TOTAL GERAL	584	--	--	8.335	--

O DNOCs foi o idealizador e construtor do perímetro investindo a importância de R\$ 200 milhões. O Distrito de Irrigação do Baixo Acaraú administra a Infra-estrutura de irrigação de uso comum. A Secretaria de Agricultura Irrigada foi responsável pela assistência técnica através do convênio com o DNOCs.

O quadro acima demonstra que o Projeto Baixo Acaraú na sua totalidade disponibiliza 8.335 hectares irrigados, faltando ainda licitar 1.585,12ha. Atualmente, existem 1.390,27ha plantados por pequenos produtores rurais, sendo que a área total para pequenos produtores é de 3.467,37. As áreas dos lotes para pequenos produtores representa um tamanho de 8 ha, para técnicos é de 18 ha e para empresários é a acima de 40ha.

Atualmente, cabe ao DNOCS, através do grupo de coordenação e Gerenciamento de Projetos Financiados com Recursos Externos (CGP), supervisionar, acompanhar, direta ou indiretamente, todas as fases deste Convênio, até o encerramento do acordo de Empréstimo com o BIRD e através da Diretoria de Irrigação - DIRGA, as atividades de acompanhamento e fiscalização.

Para a operacionalização da infra-estrutura de uso comum, foi criado o Distrito de Irrigação, uma associação sem fins lucrativos, de caráter privado, assemelhando-se sua função a um condomínio imobiliário que gera, opera e realizam as manutenções das infra-estruturas comuns, rateando eqüitativamente seus custos a cada produtor proporcionalmente às suas respectivas áreas cultivadas, através da tarifa de água e a execução das políticas técnico-administrativas. Os produtores rurais são obrigados a associar-se, a fim de que possam fazer uso da água democraticamente e respeitando o uso racional da mesma, sem causar qualquer tipo de danos ambientais e administrativos. A missão básica do Distrito de Irrigação é fornecer água de irrigação aos produtores proprietários das terras agrícolas localizadas dentro do Perímetro, chamados de usuários. Esta missão deve ser remunerada pela tarifa de água básica paga pelos usuários, designada “K2”. No contexto desta missão, as atividades básicas do DI consistem em (i) operar a infra-estrutura de irrigação de uso comum, (ii) mantê-la em condições de operação e (iii) cobrar os recursos financeiros necessários para cumprir com a sua missão.

4.2 Os sujeitos da pesquisa:

Na dimensão humana, considerei alguns critérios para escolha dos sujeitos a serem pesquisados. Primeiramente, os profissionais de extensão (agrônomos, técnicos agrícolas) que já possuíram uma prática de pelo menos doze meses neste perímetro irrigado. Todas as instituições envolvidas diretamente com políticas de Ater possuem ações de intervenção no perímetro ao longo de cinco anos.

Tendo em vista que a população de assentados há três anos ou mais é constituída por 60 famílias, não se dispõe de cadastro com informações sobre esses assentados além da apresentada no item anterior, essa população tem um tamanho pequeno em relação ao total de assentados, ha inexistência de informações quantitativas sobre variáveis de caracterização da

população e seu tamanho, quando se calcula com metodologia estatística o tamanho da amostra, leva a mostras superdimensionadas, aumentando a probabilidade de crescimento do erro da medida, e o estudo tem um caráter eminentemente qualitativo, compreendendo técnicas interpretativas com o objetivo de descrever e decodificar elementos de um sistema de significados, “traduzindo e expressando o sentido dos fenômenos do mundo social, trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação” (MAANEN, 1979, p.520) e, o estudo visa o exame detalhado de um ambiente, de uma situação particular (GODOY, 1995, p.25). Tendo em vista as considerações, resolveu-se tomar uma amostra aleatória simples de 20% da população, sendo a amostra a ser tomada por sorteio igual a 12 famílias assentadas.

Os sujeitos participantes da minha pesquisa foram:

a) Profissionais de extensão rural da equipe de ATER que já trabalharam neste perímetro há mais de 12 meses- dois agrônomos e dois técnicos agrícolas.

b) Produtores rurais e suas famílias que recebem assistência técnica rural e que já estão no perímetro há mais de 3 anos- 12 agricultores rurais.

c) Empresas e instituições envolvidas na realidade do trabalho neste perímetro irrigado- Banco do Nordeste do Brasil, Secretaria de desenvolvimento Agrário, DNOCS, Distrito de Irrigação.

Quadro 3- Caracterização dos docentes entrevistados

D= Diálogo

M= Masculino

F= Femenino

Fonte - informações coletadas do Distrito de irrigação

CARACTERIZAÇÃO	SEXO	PROFISSÃO	TEMPO NO PERÍMETRO	FORMAÇÃO EDUCACIONAL
D1	M	Agricultor	3 anos	Nível Técnico
D2	M	Agricultor	5 anos	Nível Superior
D3	M	Agricultor	3,5 anos	Nível Médio
D4	M	Agrônomo/instituição	3 anos	Nível Superior
D5	M	Agrônomo/instituição	8 anos	Nível Superior
D6	M	Agrônomo Perímetro ATER	6 anos	Nível Superior
D7	M	Agricultor	8 anos	Semi analfabeto
D8	M	Agricultor	8 anos	Semi analfabeto
D9	M	Técnico agrícola	3 anos	Nível Técnico
D10	F	Economista	3 anos	Nível Superior
D11	M	Agrônomo Perímetro ATER	6 anos	Nível superior
D12	F	Agricultora	4 anos	Nível fundamental I
D13	M	Técnico Agrícola	3 anos	Nível técnico
D14	M	Agricultor	4 anos	Nível Médio
D15	M	Agricultor	6 anos	Semi-analfabeto
D16	M	Agrônomo/instituição	8 anos	Nível Superior
D17	M	Agricultor	8 anos	Semi-analfabeto
D18	M	Agricultor	5 anos	Nível Fundamental II
D19	M	Agricultor	8 anos	Fundamental I
D20	M	Agricultor	5 anos	Fundamental II

4.3. Coleta dos dados

No delineamento do estudo, os instrumentos de coleta de dados não podem ser apresentados isoladamente. Este tipo de pesquisa se desenvolve em interação dinâmica, se reformulando, utilizando-se de diversos instrumentos no decorrer da mesma. Recorreremos a uma variedade de dados, primários e secundários, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes.

Para esse tipo de pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos:

a) Dados secundários - análise dos documentos institucionais sobre as questões de avaliações dos resultados e impactos gerados pela ação do trabalho na extensão, através de documentos gerados pelas instituições envolvidas; Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Distrito de Irrigação. Também foram analisadas algumas matérias do jornal regional publicadas no ano de 2007. Alguns dos documentos citados acima se encontram nos anexos A

b) Observação direta e participante no perímetro irrigado, implicando na aceitação e estar simultaneamente dentro e fora dos grupos pesquisados. Registro de reuniões; 3 reuniões de pequenos agricultores e agente de desenvolvimento do BNB e 1 reunião do conselho administrativo do distrito. Após as reuniões rodas de bate-papo com os agricultores, em que os fatos observados foram descritos em um caderno do tipo diário de campo.

c) Especificamente as entrevistas semi-estruturadas, APÊNDICE B, deram o tom da pesquisa, na medida em que se caracterizam pela presença do investigador, o que torna o espaço de investigação favorável para que o informante sinta-se seguro, com liberdade e espontaneidade, o que enriquece, sobremaneira, a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Além disso, a entrevista pode ser entendida como uma busca por significados sociais através da narrativa e da linguagem, na medida em que ela (linguagem) revela, veicula e cria representações de formas e significações que estão inseridas em determinado contexto, com determinada função e para um fim específico.

Dessa forma foram realizadas entrevistas semi-estruturadas ou espontâneas, a partir da definição das pre-categorias: Assistência técnica, extensão rural, educação popular, desenvolvimento, PNATER. As entrevistas foram realizadas com 12 agricultores, 04 profissionais de extensão rural (ATER) e 04 instituições envolvidas com o perímetro, perfazendo um total de 20 entrevistados no percurso de 10 visitas; sendo que as respostas obtidas foram organizadas através de fichas com as informações relevantes coletadas através da utilização de um gravador portátil para garantir a integridade das respostas dos entrevistados. Assim, foi realizada a leitura cuidadosa de cada ficha constando os dados coletados pelos entrevistados, dando sentido a criação de um novo conhecimento. A partir daí, as respostas foram organizadas através do programa Nu-dist, apropriado para análises de pesquisas qualitativas. Foi organizado um grupo de pre-categorias para organização das respostas, conforme quadro analítico abaixo.

QUADRO 4 - QUADRO ANÁLITICO DAS ENTREVISTAS

Fonte: Dados da pesquisa de campo

PRE-CATEGORIAS DE ANÁLISE (perguntas)	ESPECIFICAÇÃO TEMAS (respostas)
1. Assistência Técnica	<p>PRÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insatisfatória / Deficiente • Modelo tecnicista/receituários • Prática tradicional - conteúdos prontos • Abordagem não dialógica - sem trocas de experiências – Técnicos despreparados, não dispõem de autonomia suficiente para trabalhar na organização dos produtores; ênfase na quantidade de informações sem propiciar empoderamento do conhecimento ao produtor; solução de problemas tecnológicos. • Capacitações pontuais – valorização da informação • Agricultor como objeto / receptor das informações <p>OBJETIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para produção • Organização de produtores • Para emancipação e autonomia. <p>ENTRAVES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prática dos profissionais: prevalece a visão técnica e desprezam a visão social e o diálogo, mantendo uma relação de poder sobre o saber.

<p>2. Extensão Rural</p>	<p>CONCEITO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não conhecem • Dicotomia entre teoria e prática • Inexistência de profissionais preparados; pouca capacidade técnica e nenhuma social; falta paciência e vontade de ensinar; falta visão global; falta vínculo com o agricultor • Falta de estabilidade dos profissionais de ater como empecilho • Existe consciência por parte dos agricultores da necessidade de mudança no perfil dos profissionais • Perspectiva do engajamento do profissional de educação social/pedagogo – apoio pedagógico para reuniões, capacitações, mobilizações e nos procedimentos técnicos. • Existe necessidade de extensão rural
<p>3.PNATER</p>	<p>CONCEITO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não conhecem as diretrizes • Mostram-se favoráveis às diretrizes como base para o trabalho de Ater <p>ENTRAVES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não existem profissionais para trabalhar nessa visão • Visão reducionista da PNATER; Os órgãos competentes não entendem as diretrizes da PNATER como ferramenta para o desenvolvimento do trabalho de ATER.
<p>4. Educação Popular</p>	<p>CONCEITO</p> <ul style="list-style-type: none"> • AMPLIADO: • Como aprendizado popular para promoção da participação, autonomia, conscientização, emancipação, empoderamento do aprendizado, dos direitos; • Necessidade de educação do campo de qualidade, contextualizada e continuada <p>REDUCIONISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como formação profissional – necessidade básica e melhoria de condições de vida • Como patrimônio individual – melhoria de nível de vida <p>RELAÇÃO COM ATER</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendem que existe relação com o serviço de ater e educação <p>ENTRAVES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não existe ação de extensão porque não existe pratica educativa de qualidade para o popular • As ações educativas se restringem a mercado – capacitações pontuais • Os órgãos competentes só conseguem entender o aprendizado como consequência da educação tradicional/escolar

<p>5. Desenvolvimento</p>	<p>CONCEITO</p> <p>VISÃO REDUCIONISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção do modelo produtivista/ geração de emprego e renda • Atrelado ao financeiro = nível de vida e condição de vida • Reconhecem que precisam de qualidade de vida, mas não as tem. <p>PERSPECTIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessimismo em relação ao perímetro e ao projeto de vida do agricultor • Perfil de desenvolvimento longe do desejado; <p>ENTRAVES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de organização produtiva, articulação político-institucional, organização de mercado; falta de auto-gestão; • Atrasos de recursos • Falta de conhecimento dos técnicos -> Falta de emancipação dos agricultores • Falta de políticas adequadas para os pequenos; • Falta de continuidade do serviço de Assistência técnica • Falta de vínculo com o local dos atores envolvidos • Critérios de escolha dos pequenos e grandes agricultores – “seleção natural” -> exclusão • Crise de identidade dos agricultores; • Pouco avanço na participação dos agricultores para auto-gestão; • Nível tecnológico baixo; • Assistência técnica insatisfatória; perfil adotado não contempla - má qualificação falta de integração, conhecimento em uma especialidade de cultura. • Existência de sucateamento do perímetro com infra-estrutura com 10% de vida útil; • Avaliação insuficiente reduzida ao econômico/produção • ATER – compreendida como assistência técnica • Falta de condições de vida no perímetro (núcleo habitacional, educação do campo, educação ambiental, posto de saúde, segurança, transporte, etc.) • Falta de liberdade de escolha das culturas a serem cultivadas-escolha é do BNB <p>POSSIBILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esperança no desenvolvimento devido à boa estrutura e teimosia dos agricultores • Solo favorável a agricultura irrigada e boas condições climáticas • Novo termo de concorrência aponta uma visão mais dialógica nos procedimentos dos
----------------------------------	---

	<p>profissionais extensionistas para realizar uma avaliação metodológica mostrando-se numa perspectiva de abordagem qualitativa e quantitativa.</p> <ul style="list-style-type: none">• Renovação do conselho administrativo – como espaço de maior participação
--	--

A partir do quadro analítico das respostas dos entrevistados também foi possível demonstrar através de gráficos as respostas mais evidenciadas nas falas. Quanto a análise qualitativa dos dados primários e secundários foi realizado um paralelo desses com as teorias estudadas e os objetivos estabelecidos para norteamento do trabalho, a fim de chegar a conclusões válidas sobre a compreensão, a importância e possíveis intervenções político-pedagógicas no redirecionamento das ações dos profissionais de extensão para transformação e desenvolvimento social da comunidade, visando melhor qualificá-las, para obtenção de melhores êxitos na produção e qualidade de vida dos produtores rurais.

Sendo assim, foram de significativo valor as informações colhidas, porque durante as entrevistas e observações, trabalhei com o universo de significados, tais como: crenças, valores, atitudes, etc. Verdadeiras trocas e experiências que ocorreram no percurso desta atividade, contribuindo para ampliação de conhecimentos sobre a realidade investigada.

CAPÍTULO 5

5. AS AÇÕES DE ATER NO “BAIXO ACARAÚ”

Foto 4 – Lote abandonado



“No início foi tudo bom, em parte, faltou a parte de recursos humanos. A questão social nunca funcionou, é uma falha que existe aqui dentro do projeto que só querem fazer relatório pra ver se produtor tá produzindo o que e quando. Mas o mais importante eles não fazem: é saber da vida do produtor”.
(Agricultor D20)

O presente capítulo é resultado de algumas dezenas de horas de conversa face a face, outras tantas via correio eletrônico e telefone, bem como de um não menos longo período solitário de questionamentos, sempre com o objetivo de definir o que seria, de fato, relevante trazemos como material a ser analisado para que pudéssemos chegar a um diagnóstico aproximado do que imaginávamos para esta investigação. Era preciso, primeiramente, definir um quadro objetivo de categorias, que nos auxiliaram na sistematização de inúmeras informações coletadas - certamente o momento mais difícil de toda a investigação. Experimentamos por várias vezes a dor de um editor dilacerando o trabalho de apuração, mas, aqui, seria próprio a decidir entre tanta riqueza o que deveria compor a análise desta pesquisa. Chegamos, portanto, às seguintes categorias: Assistência Técnica, Extensão Rural, Educação Popular, Desenvolvimento.

Começamos pela análise dos dados secundários - os documentos gerados pelas instituições envolvidas. Inicialmente, tentamos fazer uma leitura para onde aponta a visão das instituições envolvidas em relação à prática extensionista nesse perímetro irrigado e em seguida, realizamos análise de dados primários - das falas dos entrevistados com base nas observações em reuniões e entrevistas.

5.1 O que expressam os documentos sobre as ações de ATER

Inicialmente, é importante relatar a dificuldade em conseguir os documentos necessários para análise, o que fez com que só os obtivéssemos em poucas instituições. Sendo assim, o documento referente ao DNOCS foi apenas o Termo do edital de concorrência N°007/2008-DA/L, constituído sob a responsabilidade deles e publicado na internet em seu endereço eletrônico, para concorrência de 2008.

Ainda documentos que foram analisados das instituições: Secretaria de Desenvolvimento Agrário- SDA e DIRGA em forma de avaliações, diagnóstico e planos de trabalhos, apresentação do perímetro, alguns seminários e também documentos referentes às matérias publicadas do Jornal Regional, e o termo de referência para concorrência conforme citado há pouco, pertencentes aos anexos A, B, C. Em relação ao BNB, analisamos o material que obtivemos no III Fórum Internacional Modelos e Instrumentos para Gestão Social dos Territórios, projeto Nordeste Territorial, que representa ações para o desenvolvimento regional.

A propósito, devemos relatar nossas impressões após a análise documental, da seguinte forma.

A) Documentos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - o relatório de 2006 apresenta-se de maneira mais quantitativa e demonstra pouco avanço na participação dos agricultores nos processos de autogestão, com nível tecnológico baixo, apresentando capacitações realizadas de forma contingente, no repasse de informações muito voltadas para a produção e apresenta informações que relatam uma ausência do trabalho de organização, por não existir um técnico específico para o trabalho de organização de produtores, portanto, sendo realizado de forma muito esporádica, pelo agente de desenvolvimento do BNB. Segue o quadro que demonstra essa situação.

Quadro 5- avaliação do nível tecnológico

FONTE: dados de documentos do SDA

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO NÍVEL TECNOLÓGICO DOS IRRIGANTES																				
Nº	NOME DO PRODUTOR	Sistema de Produção								Gestão		Comercialização				Org. Produtores		NÍVEL TECNOLÓGICO		
		Cultura instalada em solo apropriado	Adubação com base análise de solo	Tratos culturais conf. orientação técnica	Cont. fitossanit. conf. orientação técnica	Equip. de pulverização eficiente	Irrigação com parâmetros técnicos	Possui irrigação localizada	Cultura de alto valor agregado	Produtividade (*)	Registra receitas / despesas	Sabe o custo de produção	Comercialização em grupo	Usa informações de mercado	Integração com empresas	Faz exportação	Produção com base no mercado			Grupo associativo de produção
1	PRODUTOR 1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,0	BAIXO
2	PRODUTOR 2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,0	BAIXO
3	PRODUTOR 3	1	0	1	0	0	0	1	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,5	BAIXO
4	PRODUTOR 4	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6,0	REGULAR
5	PRODUTOR 5	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,0	BAIXO
6	PRODUTOR 6	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,0	BAIXO
7	PRODUTOR 7	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,0	BAIXO
8	PRODUTOR 8	1	0	1	0	0	0	1	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,5	BAIXO
9	PRODUTOR 9	1	1	1	0	0	0	1	0,5	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5,5	BAIXO
10	PRODUTOR 10	1	0	1	0	0	0	1	1	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	4,5	BAIXO
TOTAL DE PRODUTORES		10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
ADOÇÃO		10	1	10	0	0	0	5	10	5	0	0	0	1	0	0	1	0		
PORCENTAGEM		100	10	100	0	0	0	50	100	50	0	0	0	10	0	0	10,0	0		

Regras para preenchimento:
1 - SIM
0 - NÃO
 (*) No item produtividade usa-se:
0 - BAIXA
0,5 - MÉDIA
1 - ALTA

AVALIAÇÃO DO NÍVEL TECNOLÓGICO DO PRODUTOR
 Até 30% - baixo
 Entre 30 e 50% - regular
 Entre 50 e 80% - bom
 Acima de 80% - ótimo

Neste quadro, aparece uma avaliação que no Baixo Acaraú as ações de ATER ainda não permitem que o agricultor rural possa realizar atividades que promovam a participação para autogestão e nível tecnológico ainda muito baixo. Mas ao mesmo tempo, não comentam como chegaram a essa conclusão e nem explicam as causas dessas fragilidades. Será que basta apenas estereotipar ou classificar sem tentar descobrir o motivo que leva o agricultor para esse caminho? Muitos documentos avaliativos se apresentam mais descritivos.

No diagnóstico e plano de trabalho das ações de ATER no Baixo Acaraú, realizado em 2005, aparece no item 4-produção agrícola, no mesmo documento há pouco referenciado, uma análise realizada pelo SDA, que relata: “a assistência técnica praticada para os pequenos agricultores é insatisfatória”. No mesmo relatório, quanto aos indicadores do desempenho do perímetro, demonstra o sucateamento da infra-estrutura com uso de apenas 10% de vida útil.

Conforme o documento citado, o levantamento da situação do perímetro irrigado Baixo Acaraú desde 2005, analisados pela instituição acima, aponta que assistência técnica e extensão rural devem ser reforçadas e ampliadas, mas não indicam de que forma, como, também, apontam a falta de núcleos habitacionais, escolas e Educação Ambiental, posto de saúde, posto policial, água potável, instituições de pesquisa, organização de produtores, problemas de comercialização e outros, mas em conversas informais com os agricultores durante a pesquisa de campo colocaram que não existe nenhum trabalho realizado na ATER que sinalize esta preocupação com as condições de vida do agricultor. Sendo que priorizaram como maior necessidade para resolução dos problemas citados, essas duas ações: a de organização da produção, e a assistência técnica e extensão rural para serem reforçadas e ampliadas. É válido ressaltar que, apesar do documento do SDA incluir o termo ATER, o que existe de realização em ações de assistência técnica é que precisam urgentemente ser reforçadas.

Esses levantamentos realizados pelo SDA, todavia, não representam um diagnóstico e sim, indicações de alguns problemas. A realização de um autodiagnóstico requer uma avaliação que aponta para os motivos dos problemas, para as suas origens e causas, mostrando o seu lado mais qualitativo, o que não aconteceu. Também não indica no documento quem, realmente, participou desse processo de avaliação. Será que só participam os profissionais das instituições? E os agentes envolvidos com a problemática do perímetro, qual o seu grau de participação? Como medir as necessidades e carências das ações desenvolvidas pela ATER?

O quadro 5 também representa parte do documento analisado acima e aponta a capacitação contingencial para a produção e comercialização, realizada pela assistência técnica.

Quadro 6- Capacitação de Produtores do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú (ABRIL – 2007)

Fonte: SDA /2005

EVENTO	OBJETIVO	Nº DE PARTICIPANTES	RESULTADOS ALCANÇADOS
Dia de Campo	Manejo de Adubação da Cultura da Bananeira	08	Positivo – Grande interesse dos produtores.
Dia de Campo	Sexagem do Mamoeiro	09	Positiva – compreensão habil do assunto e consolidando a confiança no técnico
Visita Técnica e Dia de Campo	Cultura Mamão e Banana	16	Positiva – produtores Conhecendo áreas tecnologicamente avançadas e integrando com produtores de perímetros produtores.
Visita Técnica	Singatoka Negra – (Experimento da		Proveito – transferência de tecnologia e capacitação de

	Embrapa em Parceria Assistência técnica).	03	produtores visitados nos lotes.
Visita Técnica	Áreas de UVA do Perímetro Baixo Acaraú.	03	Deslocamento do Técnico de uva do P. Araras Norte para capacitar Técnico do Perímetro Baixo Acaraú e recomendação técnica s áreas de uva (acomp. Técnico)

Como se pode perceber, as ações de capacitação realizadas pela equipe de ATER no Baixo Acaraú ainda transitam apenas pela aplicação de capacitações circunstanciais e não contínuas para objetivar o aumento de produção dos agricultores rurais, contribuindo para o repasse apenas de informações e não o “empodera¹¹mento” do aprendizado das novas tecnologias para autogestão. A forma como entendem como devem ensinar e o que ensinar ainda é muito pontual e privilegia a produção.

Será que ao criar esse roteiro de capacitações os responsáveis ou atores desse processo pensaram na metodologia para um aprendizado significativo? Percebe-se a partir desse quadro, a inexistência nas capacitações, em realizar um trabalho formativo contínuo para o desenvolvimento de habilidades e competências no convívio coletivo na perspectiva de formação de uma cultura solidária, ambiental, política. Apenas se preocupam com as culturas, que fazem parte das necessidades dos agricultores mas que paralelo a essa necessidade, existem outras que não são trabalhadas.

B) Relatório do Distrito de Irrigação referente aos anos de 2005 a 2007 – Este relatório que consta nos anexos, avalia numericamente o desenvolvimento do perímetro de modo bastante otimista em relação ao desenvolvimento do Baixo Acaraú, demonstrando a sua viabilidade e sustentabilidade. Podemos observar com base nos outros documentos estudados e analisados de outras instituições, com bases em participações nas reuniões de produtores, que eles sinalizam a não-existência de sustentabilidade e desenvolvimento.

Sendo assim, como chegaram a dados tão otimistas, se na leitura dos artigos de jornais e de outros documentos estudados não existe sinal de sustentabilidade? Quem realmente elaborou esse documento; quantas pessoas foram envolvidas nessa avaliação? Será que o caminho percorrido para o desenvolvimento sustentável está incluindo a sustentabilidade de todos ou só de alguns nesse processo? Porque então o Ministério repassou verbas da segunda etapa para

¹¹ O empoderamento real se dá de baixo para cima, com as entidades sendo capazes de organizar setores da sociedade, ainda na concepção do autor, o empoderamento é entendido como poder criativo e capacitador para solução de problemas e desenvolvimento de habilidades (RIZZO, 2009, p.140).

terminar e completar a primeira se o relatório afirma de forma otimista o caminho da sustentabilidade?

C) Matérias do Jornal Regional publicadas no ano de 2007 ; Nas matérias dos jornais conforme anexo B, demonstram que a situação do perímetro em 2007 continuava confirmando a inviabilidade do perímetro Baixo Acaraú e falta de desenvolvimento satisfatório. Seguem alguns trechos das entrevistas realizadas e publicadas no jornal;

“É preciso trazer mão- de- Obra especializada. [...] Se continuar assim, o projeto do perímetro Irrigado do Baixo Acaraú estará inteiramente inviabilizado”.(ROGERIO AGUIAR - Deputado estadual, 2007)

Conforme o trecho citado pelo deputado Rogério Aguiar, percebe-se que ele afirma que neste Perímetro Irrigado, existe mão-de-obra para realizar as ações de ATER pouco qualificada, e isto pode levar à inviabilidade do Projeto. Por que ele usa o termo mão-de-obra, sendo que poderia usar outro como; profissionais pouco qualificados e agricultores despreparados. Percebe-se que em sua linguagem, quando usa o termo mão-de-obra, demonstra uma visão reducionista em relação aos trabalhadores rurais e profissionais de ATER. Mão-de-obra para quem? Os agricultores necessitam de um saber-fazer e saber-conhecer para vivenciar o cotidiano de trabalho no perímetro não como tarefeiros e sim como trabalhadores que necessitam desenvolver sua autonomia enquanto agricultores rurais pela oportunidade e não por caridade. Para que isso ocorra, será necessária a realização de ações da ATER com profissionais mais capacitados, com experiência em irrigação, com conhecimento e características necessárias para provocar mudança no comportamento dos agricultores mediante a produção do conhecimento e de sua troca no dia-a-dia do trabalho extensionista.

Outro artigo do jornal relata a fala do gerente do distrito de irrigação da seguinte forma: “Os Empresários compraram cerca de 2.800 ha e, hoje, só 110 ha tem produção. [...] A falta de arrecadação na área improdutiva dificulta a operacionalização”. (ROGERIO PAGNELLI JUNQUEIRA - Gerente executivo do DIBAU, 2007). Neste caso, o relato expressa a falta de arrecadação em áreas produtivas, ou seja, existe pouca área em produção e essa arrecadação fica centrada nos agricultores familiares, pois os empresários constituem minoria no projeto. Essa situação também fundamenta a possível inviabilidade do perímetro irrigado e, conseqüentemente, uma situação de pouco desenvolvimento no local.

Já na matéria em que o professor da UFPB expressou que “Um projeto dessa magnitude não pode estar dissociado de um programa de desenvolvimento regional. Tem que reunir atores, entes públicos e particulares, para possibilitar inclusão social e gerar renda” (EDMAR MESQUITA DE OLIVEIRA-professor da UFPB e produtor), apresenta a realidade dos agentes envolvidos no projeto de irrigação com ausência de programas de desenvolvimento regional e local. Isso pode ser também evidenciado quando, nas visitas realizadas no Perímetro e no DNOCs, não obtivemos apresentação de programas de desenvolvimento para o local. Esta fala do professor, também, evidencia a falta de mobilização dos agentes envolvidos com as políticas de desenvolvimento e isso muitas vezes acontece, devido à forma como é entendido o desenvolvimento, atrelado ao econômico e distanciado da territorialidade.

Em uma outra nota do Diário do Nordeste, contempla o seguinte:

“Para isso, o Departamento propôs ao Ministério da Integração Nacional, a utilização da parte dos recursos que está destinada às segundas etapas, para aquisição e montagem dos equipamentos parcelares dos lotes agrícolas das primeiras etapas pertencentes aos pequenos irrigantes. Essas áreas permanecem ociosas, em razão da falta de condições econômicas dos seus proprietários, deixando de contribuir para a geração de emprego e renda, não obstante a existência de toda a infra-estrutura hídrica de uso comum. (2007, P. 4).

Esta situação revela que a primeira etapa encontra-se incompleta, ou seja, áreas ociosas por falta de condições dos seus proprietários, levando o Ministério da Integração Nacional a utilizar parte dos recursos da segunda etapa para aquisição e uso nos lotes da primeira etapa. Evidencia-se na matéria acima exposta, que os agricultores ainda não conseguiram os avanços necessários para geração de sua renda e emancipação, pois muitos ou abandonaram seus lotes ou venderam para outros. Será que arrumar dinheiro, verba para terminar a primeira etapa é o suficiente para engatar a caminhada do desenvolvimento neste perímetro? Não seria necessário buscar os motivos reais que levaram a tal situação? Que tipo de avaliação e de que forma fizeram para chegar a esta conclusão?

D) Edital de concorrência N°007/2008-DA/L para licitação em 2008, pode-se observar que em relação às atribuições dos serviços de ATER desenvolvidas no perímetro, foram destacados como tópicos relevantes para análise deste edital;

-assessorar na estruturação e/ou reestruturação das organizações de produtores responsáveis pela comercialização e produção, bem como pelo suporte à gestão do lote agrícola; mobilizar, incentivar e assessorar o processo de constituição e/ou fortalecimento de

organizações sociais responsáveis pela produção, transformação e comercialização das espécies produzidas;

-emitir receituário agrônômico, conforme legislação em vigor;

Atualmente, em relação às ações da assistência técnica, em relação à organização de produtores nesse perímetro irrigado, ainda não existe um trabalho contínuo, focado na mobilização e fortalecimento das organizações sociais com a finalidade de facilitar os processos de participação dos agentes envolvidos, apesar do BNB, no seu projeto de desenvolvimento “Nordeste Territorial”, já ter iniciado ações de suporte para organizar os produtores na produção e comercialização. Os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos das instituições envolvidas, entretanto, ainda se mostram voltados apenas no aprimoramento técnico para produção, direcionado para organização de “produtores” na comercialização, não priorizando a organização social do agricultor; esta por sua vez, necessita de um profissional com visão de desenvolvimento mais ampla e humanizada, percorrendo o social, o político e o cultural.

Sendo assim, nesses termos, ainda existe a preocupação direcionada apenas para a organização de produtores para produção/comercialização, deixando de ser uma organização social para o desenvolvimento sustentável. Também continuam apoiando para o trabalho dos técnicos da assistência técnica, o método do receituário agrônômico sem se preocupar com a forma de realização dessa ação.

Outros pontos do documento, que destacamos como interessantes para análise foram;

-capacitar os produtores para o manejo racional e seguro de agrotóxicos, visando ao controle fitossanitário, à redução dos impactos ambientais e à preservação da saúde dos referidos produtores familiares, seus colaboradores e dos consumidores; implementar ações de Educação Ambiental, como: recolhimento lixo agrotóxico, lixo doméstico, preservação da reserva legal etc;

-atualizar os dados do diagnóstico participativo do perímetro, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais, ambientais, político-institucionais, éticos e culturais.

Nos documentos do edital, definem-se ações de ATER para a Educação Ambiental na preocupação da redução dos impactos na saúde e da reserva ambiental e aponta-se para uma preocupação em relação aos aspectos sociais, políticos, éticos e culturais ainda não trabalhados na realidade desse perímetro irrigado. Nota-se que a única vez que citaram o termo educação foi quando relacionaram com o meio ambiente. E as outras situações

educativas que estão inseridas no processo do trabalho da ATER, como ficam? Não seria uma contradição se preocupar com o social, cultural e só falar de educação para meio ambiente? Talvez algumas respostas para estes questionamentos surjam a partir da análise das falas dos entrevistados.

Realizar ações de redução de impactos ambientais faz parte da ideologia da sustentabilidade. Não basta contudo, apenas existir boa vontade e consideração aos aspectos sociais, éticos, culturais e ambientais, conforme a sinalização desse documento. Para que essas ações se materializem em suas práticas na Ater, será necessário sinalizar o processo educativo em todos os âmbitos e aspectos.

Quanto aos produtos esperados pelas instituições e agricultores por meio do trabalho de ATER com base nesse documento, essa questões destacadas representam grande avanço em prol da metodologia participativa na avaliação do trabalho de ATER, que, em documentos anteriores, estavam apenas agregado às questões quantitativas. Esperamos que saia da teoria e aconteça na prática. Destacamos os dois itens que confirmam essas questões, conforme o termo citado:

- maior participação dos produtores e famílias no processo da gestão e decisão sobre os perímetros, o que já evidencia certa preocupação com a participação dos agentes para resolução e decisão dos problemas;

- os relatórios mensais, semestrais, anuais e finais, bem como relatórios específicos solicitados, deverão conter análise quantitativa e qualitativa dos indicadores que servem de base para o trabalho da ATER e ser encaminhados ao DNOCS impressos em três vias e em meio digital;

Quanto à composição das equipes, o que mais chamou a atenção foi o perfil profissional dos técnicos:

- o engenheiro agrônomo deve realizar um trabalho articulado em equipe na perspectiva construtivista, habilidade para negociação, facilidade de integração com outros profissionais e instituições; para o Técnico em Organização de Produtores, será de fundamental importância a comprovação de habilidade para interagir com liderança, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, trabalho articulado em equipe na perspectiva construtivista, habilidade para negociação, facilidade de integração com outros profissionais e instituições.

O documento já aponta certo interesse em realizar um trabalho mais dialógico entre profissionais e agricultores para um novo fazer dos agricultores e extensionistas. Será que os técnicos sabem o significado da perspectiva construtivista na ação extensionista e o que terão construído como resultados das ações nessa perspectiva?

A leitura realizada com base no estudo dos documentos citados e analisados, no entanto, revelam que, apesar de demonstrarem certa atenção para as questões de sustentabilidade em alguns dos documentos, o processo histórico da ATER nesse perímetro não confirma essa sustentabilidade. A situação em relação a ATER no Baixo Acaraú permite um diagnóstico que o exercício das atividades estão reduzidos a desenvolvimento de tecnologias para produção e comercialização mediante o trabalho realizado pela assistência técnica, no qual se torna inexistente a prática de extensão rural. Apesar do termo ATER significar assistência técnica e extensão rural, o que realmente acontece na prática dos profissionais é apenas uma assistência que ainda precisa ser melhorada. A extensão rural é citada nos termos de referencia, aparecendo de forma teórica e apresentando-se inexistente na prática e desconhecida pelos agricultores e algumas instituições.

Nesse contexto, observa-se pela análise documental que o perímetro irrigado Baixo Acaraú apresenta-se com perfil de desenvolvimento longe do desejado pelos agricultores e instituições envolvidas, pois o desenvolvimento que os agricultores tanto desejam aponta para questões referentes a sustentabilidade econômica, social, ambiental e política, o que ainda não acontece.

Para que o desenvolvimento sustentável aconteça, torna-se importante que as instituições passem a diferenciar a expressão extensão rural da idéia de assistência técnica. A assistência técnica, conforme Furtado (1991), diz respeito às questões econômicas de produção, e a extensão rural, além disso, inclui, o contexto social, político, histórico, ambiental e cultural, o desenvolvimento integral.

Trata-se agora de saber se o aumento da capacidade produtiva traz bem-estar, melhoria na qualidade de vida, a confiança das pessoas no futuro e, sobretudo, sua possibilidade de levar adiante iniciativas de realização de seu potencial.

Conforme a análise do material do Projeto Nordeste Territorial – ações 2008 conforme consta no anexo C, o agente de desenvolvimento do BNB realizou um trabalho avaliativo da situação inicial do perímetro Baixo Acaraú e chegou à conclusão de que a situação dos agricultores era a seguinte: baixa produtividade do mamão, baixo nível de organização na produção, assistência técnica insuficiente, comercialização realizada de forma desarticulada,

comprometendo o preço e a venda e aquisição de insumos feita individualmente, comprometendo altos preços na compra. Seguindo as diretrizes do “Projeto Nordeste Territorial”, registram-se os seguintes resultados: elevação de oferta de crédito para a banana, patrocínio do BNB para realização da Primeira Semana Técnica de Fruticultura irrigada do Baixo Acaraú e lançamento do Jornal do Perímetro Irrigado, aumento da produtividade do mamão, dentre outros.

Apesar de a proposta do Projeto “Nordeste Territorial” ter como estratégia de desenvolvimento a associação de geração de negócios à organização de cadeias produtivas numa abordagem territorial, ainda se mostra em sua ação prática no perímetro, voltada para as questões de produção e comercialização, apesar de já ter iniciado um trabalho voltado para a organização de produtores. Falta tempo, no entanto, para discussões com os agricultores nas reuniões, pois esta só acontece em um dia e às vezes em só um turno e faltam profissionais que dêem conta das questões sociais e ambientais para atender as demandas das famílias rurais.

O projeto do BNB já sinaliza para um avanço em relação à nova forma de olhar e entender o desenvolvimento no rural, pois é uma tentativa de começar a trabalhar envolvendo os aspectos que compreendem a dimensão do território. Na perspectiva de José Eli da Veiga (2004), o rural é entendido em uma abordagem territorial, podendo o território substituir as diferenças originadas das dicotomias entre rural e urbano.

Conforme Jará (2001), o conceito tradicional de desenvolvimento rural estava relacionado à produção de bens materiais para satisfação das necessidades básicas e para melhoria das condições de vida. Enquanto isso, a visão atual sobre desenvolvimento rural defendida pelos teóricos engajados nessa questão pauta-se na visão holística, tendo por foco o desenvolvimento do ser humano.

Com tal realidade estudada sobre o Baixo Acaraú, é necessário entender por que nos documentos gerados pelas instituições aparece o termo ATER, se na prática só conseguem aplicar os serviços de assistência técnica-AT. A extensão rural, quando será realmente praticada? Qual o valor que as instituições dão à prática de extensão rural?

5.2 Assistência Técnica no “Baixo Acaraú”

Para iniciar a análise dessa categoria, convém informar a situação no que encontramos o Baixo Acaraú em relação ao serviço de ATER durante a pesquisa de campo. O perímetro está sem assistência técnica há mais de um ano e os antigos técnicos que trabalharam na equipe de ATER se encontram no perímetro, realizando atividades para os agricultores e empresários, sob forma de prestação de serviço particular. Podemos constatar essa situação nas falas de alguns entrevistados; “Pra você ter idéia Rita, por conta dessa falta de assistência técnica há mais de oito meses, tem gente se ferrando, pegando dinheiro em banco, e perdendo por pragas, por falta de informação e conhecimento de agricultura”. (Ex-técnico agrícola de ATER, d5). A situação financeira dos agricultores sem os serviços de assistência técnica durante muito tempo favoreceu ao acúmulo de dívidas, a insatisfação e sensação de abandono em relação às instituições envolvidas com o perímetro, inclusive o DNOCS, que foi muito citado.

A outra fala diz o seguinte: “A nossa assistência técnica hoje, não existe. Os produtores estão abandonados, o banco soltou os recursos. O banco cobra o tempo todo da gente, é só cobrança do banco, do distrito, e cadê nossos direitos de ter assistência técnica?”(Agricultor, d20). De acordo com os trechos dessas falas, confirma-se à ausência de assistência técnica para os pequenos agricultores no Baixo Acaraú e denota o não-cumprimento dos direitos de ter uma assistência técnica gratuita. Nesse sentido, os agricultores sabem que seus direitos são negados e não possuem habilidades e conhecimentos para buscar esses direitos. O trabalho de assistência técnica deveria estar pautado numa continuidade de ações para que dessa forma pudessem gerar nos produtores melhorias em suas habilidades e conhecimentos, sendo promovido por meio do processo educativo na extensão rural, o que ainda não aconteceu.

Em relação às ações dos serviços de ATER na época que se encontrava ativo no perímetro, sua prática foi a partir da aplicação de receituários, baseada na pedagogia tradicional. Os pequenos agricultores mostram-se muito insatisfeitos com o “modelo” praticado durante os oito anos de perímetro e, conseqüentemente, com a prática dos profissionais de assistência técnica. Os agricultores já compreendem que só aplicar o receituário não adianta e nem produz o conhecimento necessário para desenvolvimento de competências e habilidades, mas não conseguem mudar essa situação. Desejam uma assistência técnica melhorada e não sabem buscar.

Cabe ainda registrar o fato de que os pequenos agricultores necessitam de uma ação extensionista “dialógica” conforme trechos das falas dos entrevistados, ou seja, “eles ensinam, você tem uma praga no seu lote, ele vai lá, passa um receituário e diz faça isso. Uma assistência muito precária”. (Agricultor, D1). Outro relata, “(...) Não havia conversa, acho até pelo despreparo deles, e aí, eles entravam na cultura, via e anotavam alguma coisa, um receituário. Um trabalho meio fraco e debilitado”. (Agricultor, d2). Esses agricultores reclamam por não existir nas ações da assistência técnica o mínimo do diálogo para o aprendizado, para a troca, para o “apoderamento”.

Conforme o trecho citado por outro agricultor, “ (...) eles iam no nosso lote, perguntavam o que a gente precisava, passavam uma receita, uma adubação. Não tem diálogo e nem esse negócio de participação”. (Agricultor,d3). Esta fala confirma que os técnicos da assistência técnica apenas se preocupavam em realizar seu serviço para efetivar a visita técnica, sem compromisso com o envolvimento, com o aprendizado do agricultor. Então não seria o momento de se reavaliar o tipo de prática que estava sendo efetivada? Será que as instituições concordam com essa prática ou não se preocupam se os serviços de assistência técnica praticada pelo técnico favorecem realmente ao desenvolvimento de habilidades e competências, e preferem entender os resultados desse serviço apenas para o cumprimento dos deveres, entendendo ao agricultores como tarefeiros dos técnicos? Certamente a ausência de práticas avaliativas contribuíram para permanência dessas dificuldades.

Outra situação mencionada por um agricultor pode evidenciar mais uma vez essa prática dos técnicos da seguinte maneira; “Você pode ter o melhor técnico passando todas as recomendações, mas se o produtor não tiver dinheiro pra comprar um adubo recomendado, não tem resultado nenhum. É igual ao médico, te faz a receita e você não pode comprar o remédio”. (Agricultor, d16). Mais uma vez se confirma, a prática do receituário por meio das ações dos técnicos agrícolas e, ainda, sem respeito ao olhar da situação financeira do agricultor. Chega a ser contraditório passar uma receita sabendo que não será aplicada. Daí percebe-se, o quanto existe de dissociabilidade entre teoria e prática nas ações dos técnicos de ATER.

A prática de assistência técnica nesse perímetro mostra-se ainda tradicional, autoritária, com aplicação de receituários. Ainda conforme um trecho citado por dois agrônomos de instituições envolvidas com o perímetro, ainda não existe na prática dos profissionais inseridos na ATER uma visão holística, sistêmica, apenas tecnicista. “Essas visitas tinham todo um registro em boletins de visita com recomendações dele. Não existe

uma visão holística da coisa, uma visão sistêmica, falta muito ainda pra ter essa visão. Tem muito técnico bom, mas ainda com uma visão tecnicista”.(Agrônomo-instituição,d4). O outro disse o seguinte: “Eles falam sempre em documentos nos modelos participativos, mas isso na prática não acontece e não é valorizado, no fundo é a questão tecnológica que é valorizada”. (Agrônomo-instituição,d5).

Esse fato revela um trabalho de assistência técnica pautado numa idéia de educação tecnicista, apresentando conteúdos prontos como verdades absolutas, supervalorização do conhecimento técnico-profissional, com método apresentando ênfase na quantidade de informações dadas pelo técnico, onde o agricultor é um receptor passivo das informações, as quais fixam e registram o saber, e o técnico valoriza a hierarquia e a impessoalidade, sendo apenas o transmissor do saber. O agricultor é visto como objeto.

Muitos estudos são feitos para explicar a teoria dos processos à difusão de inovações tecnológicas, baseados nos modelos de comunicação linear, por transferência de informação.

Considerando essa realidade, podemos abordar em que modelos ou concepções a extensão rural na América Latina se apoiou. Conforme Caporal (2006), a chamada metodologia de extensão rural, de caráter difusionista, foi formulada com base no enfoque em que, para cada ação, há uma reação, o homem pode ser domesticado, dando respostas condicionadas a estímulos e, dessa forma, readaptando o seu ser no mundo.

Conforme Friedrich (1988), tal concepção é baseada na persuasão com intenção de levar outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem fala, ou seja, tentar mudar a conduta do indivíduo. A concepção era de que, pela difusão de tecnologias se conseguiria promover uma melhoria do “nível de vida” dos agricultores, uma vez que promove um aumento de produção e produtividade na agricultura, criando, assim, excedentes para a exportação e aumento de renda destes.

Dessa maneira, perfaz um total de dezoito entrevistados que **definem o modelo tecnicista/produtivista**. Apenas um não respondeu e um outro que não se mostra insatisfeito quanto ao modelo e transfere o problema da prática de ATER para questões financeiras, expressando que é a descontinuidade que atrapalha. Muitos citam, porém, o fator descontinuidade, mas colocam como entrave o modelo adotado. O gráfico abaixo demonstra esta situação.

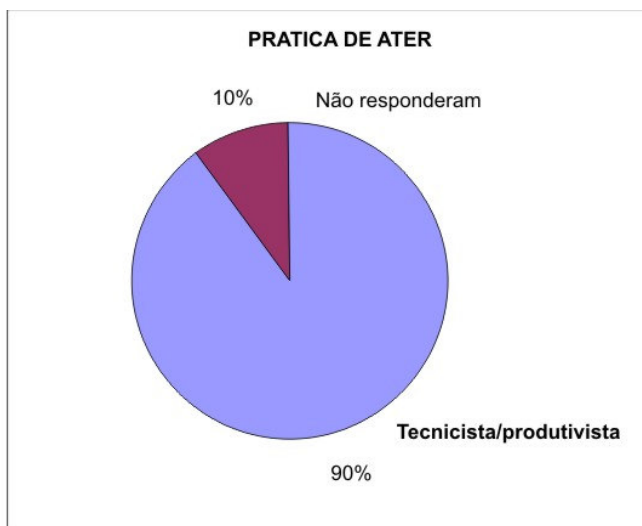


Gráfico 1 - Prática de ATER

Como se vê, os produtores entrevistados se ressentem da falta de orientação negligenciada pelos técnicos, que no dizer de alguns agricultores, “(...) foram muitas palestras, eventos, que aconteceram. Quando agente ia avaliar o que nós temos? Grandes parcelas de produtores falidos, sem assistência técnica adequada, sem conhecimento (...)”. (Agricultor, d3).

Sendo assim, os entrevistados definem que o trabalho de assistência técnica que existia nesse perímetro era deficiente por não propiciar um aprendizado mais significativo, no qual os agricultores possam construir novas formas de se relacionar com a produção sem manter a dependência do saber do técnico. Para alguns agricultores, isso se deve à falta de profissionais preparados para lidar com a comunicação, com visão ampliada de mundo, de vida, falta de profissionais que saibam ensinar, que tenha uma visão do social, visão política e não apenas técnica. Conforme o entrevistado, “(...) Sem assistência técnica estamos sofrendo e mesmo quando tinha não funcionava muito bem, não supria as nossas necessidades. Os técnicos não eram preparados para ensinar só para mandar a gente fazer as coisas como recomendavam (...)”. (Agricultor, d3). Mais uma vez destaca-se a prática autoritária e o privilégio na informação introjetada.

O caráter unidirecional, autoritário e vertical da comunicação leva, também, que seja confundida com informação, que, como o próprio nome indica, destina-se mais a informar do que estabelecer um processo dialógico entre duas pessoas. Furtado (1991) diz que, o método

convencional de pesquisa agrícola ortodoxa, viam os agricultores como objeto passivo nas ações e nas informações recebidas.

Para que o serviço oferecido pelos técnicos tenha repercussão na qualidade de vida dos agricultores, implica valorizar as experiências dos sujeitos envolvidos, possibilitando a participação e a dialogicidade. Implica uma ação de mediação, levando-se em conta a ação conjunta, a valorização dos conhecimentos e da cultura local. Nesse caso, o educador e o educando são sujeitos do processo de construção do conhecimento. O técnico aparece como mediador do diálogo com o agricultor, propondo e não impondo. A afetividade é valorizada na relação interpessoal. Conforme Freire (1996), o método implica movimento permanente entre prática-teoria-prática, um processo contínuo de ação-reflexão-teorização-ação, chamada práxis.

Diante do exposto, para a prática de extensão rural atuar na ação pedagógica e desenvolver mudanças de comportamentos que beneficiem a vida do trabalho dos agricultores rurais e promover o desenvolvimento da comunidade, é necessária uma reflexão em torno do ato de conhecer, na dimensão humana. O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito, em face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade.

Nesse contexto, Ribamar Furtado e Eliane Dayse Furtado se referem à mediação de processos formativos da seguinte forma:

Um processo de mediação ocorre por meio da participação, levando-se em conta a ação conjunta, o sentido de responsabilidade, a valorização dos conhecimentos e da cultura local e, quando se sabe, promove o processo de conscientização e construção coletiva. (FURTADO & FURTADO, 2004, p.83).

Ao contrário do citado acima, uma prática permeada por uma idéia de educação pautada apenas na transmissão de conteúdos emerge de uma matriz teórica que entende o indivíduo como receptor, entende a relação entre educando e educador como hierárquica em termos de poder e de saber e entende o processo educativo como um repasse de conteúdos, não favorecendo a aprendizagem significativa. O grande desafio é elaborar conhecimentos pelos sujeitos do processo educativo, coisa que ainda não aconteceu no perímetro.

Relacionando as discussões anteriores com as opiniões dos entrevistados quando indagados sobre **seu entendimento da importância e objetivo da assistência técnica**, 14 deles responderam que a assistência técnica era para orientação, para produção e comercialização e apenas cinco responderam que, além da produção e comercialização, era

importante para questões educativas, para a autonomia e desenvolvimento dos produtores, para a organização deles: algumas falas ilustram essa situação;“O objetivo desse trabalho da assistência é fazer o produtor produzir bem” (agricultor,d5), um outro agricultor falou o seguinte;“(...) fazer agente aprender a plantar, irrigar, produzir e se desenvolver no lote. Pra gente produzir melhor e aprender a fazer as coisas sozinhos, mas isso não acontece”(Agricultor,d8.)

De acordo com as falas dos entrevistados percebe-se que os mesmos conhecem a importância destas ações contidas nos objetivos de ATER, embora isso não ocorra nas ações práticas de ATER nesse perímetro.

Aprender é um processo que se inicia do confronto entre a realidade objetiva e os diferentes significados que cada pessoa constrói na realidade existente, considerando as experiências individuais e as regras sociais vigentes. Com a ação extensionista, pode-se usar o ensino, como ferramenta para pensar, refletir e transformar conscientemente a realidade. Para se atingir essa dimensão de ação, é preciso que passem a adotar na prática de ATER no Baixo Acaraú não só assistência técnica, mas também a extensão rural. Essas situações encontram-se representadas no gráfico 2.

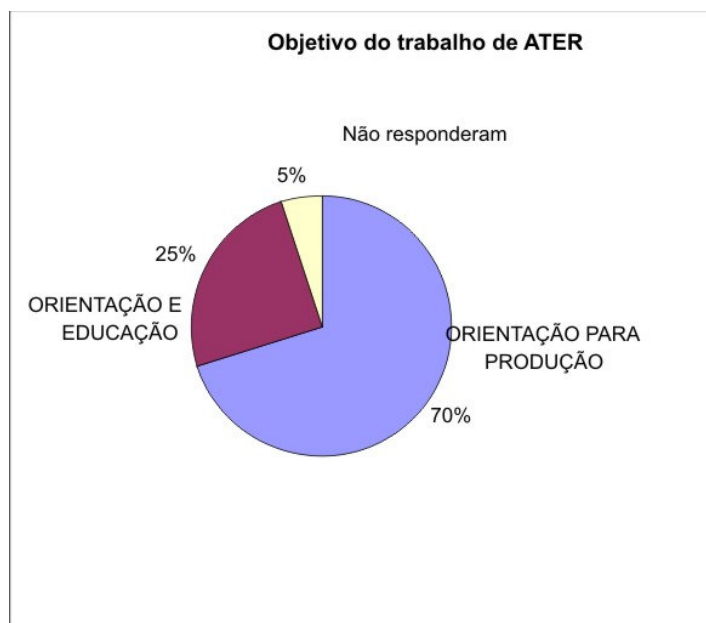


Gráfico 2 - Objetivo de ATER

Refletindo sobre o gráfico acima, podemos perceber que o maior contingente de agricultores não desenvolveram uma consciência política para reivindicar dos técnicos o cumprimento de suas obrigações na melhoria dos serviços prestados. Isso vem confirmar a necessidade de uma prática educativa que forme politicamente esses agricultores para uma atuação consciente e geradora de autonomia.

Quanto à análise em relação à **abordagem adotada**, 15 dos entrevistados reclamaram da falta de diálogo, da falta de boa comunicação e de entendimento e apenas cinco afirmaram que existe um bom diálogo, mas que ainda não era o ideal. Chegaram a citar o fato de que, alguns técnicos eram grosseiros, falavam bravo e que agora melhorou um pouco, mas ainda não está bom. Conforme a fala do agricultor (D 12) que expressa: “ (...) sempre tem assim, um diálogo, mas eu acho que ainda não tá tão aberto, na minha opinião eles devem ser mais preparados para atuar no campo(...)”. Nesta fala existe uma preocupação em relação ao distanciamento do técnico da realidade. Ainda, na fala de um outro agricultor (D20), “Existe técnico de fora, que chega aqui e não repassam as informações, os conhecimentos deles pra gente. (...) Tem que ser um técnico que tenha gosto pra coisa, que ensine o produtor sem ter segredo, pois eu acredito que eles têm medo de perder o emprego e não repassam o que sabem pra gente(...)”. Conforme demonstrativo no gráfico seguinte. Demonstram em suas falas que os técnicos não conseguem ensinar para que o agricultor crie autonomia.



Gráfico 3 - Abordagem de ATER

Sendo assim, os técnicos do perímetro não trabalham numa abordagem construtivista, na troca de experiências, no diálogo, e isso dificulta a aprendizagem dos agricultores para o “empoderamento”, desenvolvimento de habilidades e competências, e para autonomia deles. O fato dos agricultores pensarem que os técnicos não ensinam totalmente o que sabem é motivo para refletirmos a causa dessa situação, tentar desvelar a razão de acharem que eles não querem ensinar tudo. A partir de algumas reflexões sobre essas falas e através de observações no semblante desses agricultores e também dos técnicos, no momento em que respondiam as entrevistas, percebi que os técnicos têm uma relação de entendimento com a educação de forma bastante diferenciada dos agricultores. Os profissionais de ATER relacionam conhecimento com o poder, conhecimento como uma mercadoria que eles ao longo de sua vida enquanto estudante, tiveram muitas vezes que pagar para adquirir tal conhecimento. E que esse caminho de estudante é algo pronto, acabado e que não pode ser doado, trocado. Por isso que muitas vezes não aceitam facilmente a metodologia participativa, porque a sua relação e entendimento sobre educação foi vivida de forma estática, acabada e que não pode ser transformada, dialogada. São as marcas da educação tradicional na formação desses profissionais de ATER. Já o agricultor, muitos deles viveram ou sem estudo, ou sem continuar o caminho como estudantes, e na maioria deles, nunca precisaram pagar para ter conhecimento. Então em sua história de vida, entendem a educação de outra forma, como doação, caridade, assistencialismo, e isso explica um pouco da relação que fazem do serviço de ATER como se fosse para gerar algo doado, como se tudo que faz parte da sociabilidade nesse perímetro fosse como doação e não como conquista deles próprios.

Conforme Gadotti e Gutiérrez (1993), uma educação socialmente produtiva representa um entendimento e o desenvolvimento não é tão-somente um fenômeno econômico, e sim um aspecto de criação continua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção do sentido dos valores e metas da vida. Para o autor, produzir é gerar relações sociais de produção.

Dessa forma, a ação do profissional da assistência técnica se define, em sua maioria, como: conservadora, baseada em convicções individualistas. Sua abordagem de ação profissional se define como: informação para solução de problemas tecnológicos práticos e contingenciais, dentro da unidade produtiva, olhando o produtor e os entendendo como objeto. Acredito que a ação conservadora tem suas bases construídas na sua formação acadêmica inicial desvinculada da vida real do trabalho agrícola e das relações humanistas. Seria

necessário que eles se desvencilhassem um pouco das questões econômicas para efetuem uma prática educativa mais humana.

As bases e os mecanismos práticos para a educação dialética encontram-se formulados nas obras de Freire (1983 1996,2003). A dialética concebe o homem como ser histórico. Conforme Damasceno (2005), todos os homens são filósofos e intelectuais, todo homem tem concepção de mundo e esta concepção de manifesta pela linguagem e o senso comum.

Na prática dos extensionistas rurais, acontece diferente. Conforme foi relatado por alguns agricultores entrevistados, muitos técnicos não têm interesse de ensinar o que sabem por medo dos agricultores se passarem da situação de heterônimo para autônomo, ou seja, atingir um estágio de aprendizagem, chamado por Piaget (1932), de estado de “majorância”. Esse estágio favorece a libertação dos sujeitos, tornando-se ativos e capazes de resolver os problemas do cotidiano. Isso se deve a formação profissional dos técnicos, na qual o currículo para sua formação é direcionado para aquisição de saberes técnicos para a produção e tecnologia, distanciando-se das questões humanas, educativas, sociais, políticas e culturais. Uma formação pautada na educação tradicional, privilegiando a transferência de informações sem se preocupar com os métodos e meios para se construir uma boa aprendizagem, o que acaba prejudicando a situação de independência dos agricultores, deixando-os ainda em estágio de heteronomia.

Damasceno (2005) explica essas relações de heteronomia, com a estratégia de modernização, que reforça as relações de dependência, estimula o conformismo, ensina o povo pobre a aceitar as desigualdades estruturais e, colabora com os grupos privilegiados na manutenção do *status quo*.

Para além dessas duas visões, podemos realizar uma análise em torno da formação acadêmica dos técnicos de ATER, que ao longo de sua formação profissional não são trabalhadas disciplinas que possam fundamentar teoricamente e conseqüentemente em sua prática futura numa abordagem mais dialógica e humanizadora. A formação desses profissionais perpassa uma linguagem direcionada em prol da modernização agrícola colaborando para perpetuar a abordagem de transferência de conhecimento e domínio científico. Entendemos que o trabalho dos profissionais de ATER deve ser permeado por experiências vividas, conhecimentos adquiridos, por visões de mundo, pelo respeito ao outro e ao saber do outro, para que possam a partir da reflexão atuar no campo e para o campo de forma holística e exercer a função de extensionistas.

5.3 A Extensão rural nesse Perímetro Irrigado:

Analisar a extensão rural é de fundamental importância para melhor compreender as ações de ATER nesse perímetro. Quanto a esta análise, percebemos nas falas dos vinte entrevistados desta pesquisa que apenas três conseguiram conceituar extensão rural e referir algumas situações em relação a esse tema. Seguem algumas falas dos entrevistados.(...) na verdade, é uma dificuldade que os técnicos tem. A formação é mais técnica do que de extensionista. Na nossa formação agente passa na faculdade, com uma só cadeira de extensão e pronto, acabou-se. O técnico agrícola tem que ser um cara mais de visão holística, uma visão futurística, uma visão abrangente. Mas a resistência era grande e muito difícil (...)"(Agrônomo,d4). Já o outro disse o seguinte: "A extensão é uma coisa mais abrangente, né? Leva a ter um comportamento mais humano, mais social, de você não só recomendar uma dosagem do produto e ir embora"(Agricultor,d20). Conforme foi citado na fala do agrônomo, existe uma resistência por parte dos profissionais, como se o trabalho que envolve a extensão não fizesse parte da realidade da prática deles, como se fosse obrigação de outro profissional. Por outro lado, na segunda fala, o agricultor coloca a extensão como algo distante da realidade prática dos técnicos, como se os técnicos não tivessem preparados para o comportamento mais humano e social.

A partir das respostas sobre extensão rural, a prática no contexto das comunidades poderia resultar de experiências adquiridas ao longo da vida e das contribuições das assessorias técnicas, caso essas fossem fundamentadas de percepção e de apreciação da realidade dos agricultores rurais.

Para Chartier (1990, p.16/17), "[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ser", permite identificar os desafios e as perspectivas dos sujeitos, dando-lhes sentido às suas experiências no mundo social. Assim, confere-se o sentimento dos agricultores rurais no que trate da orientação para o trabalho e para união deles, em função da troca de experiências.

Os agricultores em algumas falas apontaram a necessidade da extensão rural no Baixo Acaraú:"(...) A pessoa que orienta no trabalho dos produtores para você se unir, para plantar, para conversar, trocar experiências. Tudo isso, um trabalho de extensão, de você se familiarizar com o ambiente (...).Tudo isso que agente precisa aqui."(Agricultor,d20).

Já um outro entrevistado confundiu extensão rural com organização de produtores e os demais entrevistados não souberam conceituar e desconhecem o significado da extensão rural,

“A extensão rural é justamente a organização do produtor, inclusive para ele atingir a assistência técnica racional e competitiva, ele tem que assumir essa organização que é feita pela extensão rural” (Agricultor, d16). Nesta fala, existe uma confusão de conceito entre extensão e organização de produtor. Para essa pessoa o entendimento do trabalho da extensão só objetiva a organização para produção e não consegue transcender para a organização social nem para um trabalho que pode gerar uma formação mais completa no desenvolvimento de habilidades e competências para a vivência. Essas visões sobre o conceito de extensão podem ser analisadas no gráfico a seguir.

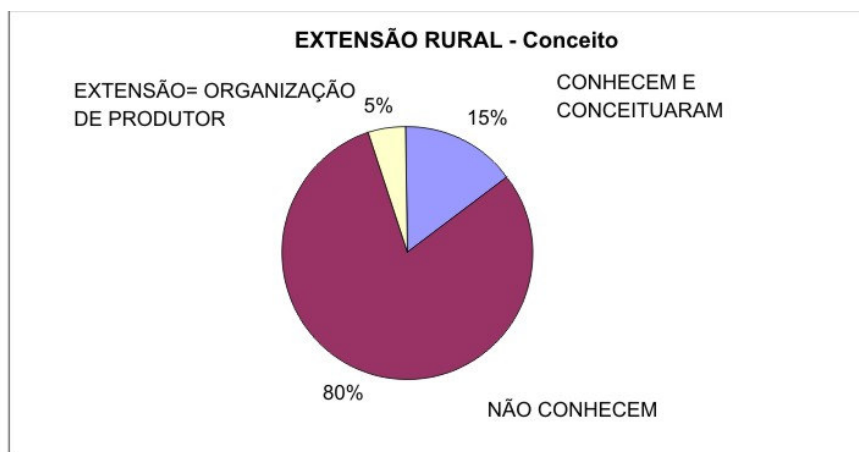


Gráfico 4 - Extensão rural

O que encontramos na prática do trabalho realizado pela assistência técnica, porém, é um desconhecimento quase unânime da extensão rural e um modelo tradicional pertencente ao trabalho de assistência técnica. Isso nos leva a questionar porque as instituições envolvidas com os perímetros irrigados não esclarecem e nem informam sobre o que significa a extensão rural para os atores sociais do perímetro? Por que será que durante oito anos de Baixo Acaraú, as pessoas não sabem o que significa extensão rural? Como falar de aprendizado para desenvolvimento de habilidades, competências e consciências dos agricultores se distanciando do processo educativo da qual a extensão é a base desse processo?

Nesse contexto, é necessário um profissional com formação crítica permeada por uma educação progressista (construtivismo, educação democrática e questionadora). Um profissional de extensão que se expresse como facilitador/animador, desde uma concepção holística do mundo com visão interdisciplinar, respeitando o agricultor como sujeito. O pensamento interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si

mesma, exaustiva. Tenta o diálogo com outras fontes do saber, deixando-se irrigar por elas, validando o senso comum.

Ao longo dos anos, o conceito de extensão rural passa por transformações, com o aparecimento de um novo componente muito enfatizado, a educação, como caminho para se chegar à transformação socioeconômica do campo. Extensão é um sistema educacional e baseia-se na realidade rural, trabalha com programas elaborados com a população, de forma integrada com outras agências ou instituições, estimula e utiliza a liderança e o trabalho em grupo, adota a família como unidade de trabalho, começa o processo educativo ao nível do agricultor, articula-se com a pesquisa, faz constante avaliação do trabalho em execução, atua em consonância com a política de desenvolvimento do País e deve ser um sistema apolítico (ROLLING, 1988).

Nas etapas do processo de extensão rural, a relação técnico/produtor será estabelecida pelo pressuposto de que os conhecimentos se complementam e não se sobrepõem, se consolidando na prática social dos agentes envolvidos, por meio da produção coletiva do saber.

Segundo Furtado (2000), é possível extrair das experiências do IICA a idéia de que a gestão do desenvolvimento sustentável exige o fomento de um conjunto de capacidades locais “empoderamento”, conhecimento do contexto, recuperação da auto-estima, a valorização dos recursos naturais e culturais, (formação de ambientes participativos) para, assim, melhorar a qualidade do capital social e humano. A abordagem de mediação social desenvolvida pelo IICA é um valioso instrumento que pode ser valorizado e aproveitado para dar conta dessas questões.

Verificamos que na realidade desse perímetro irrigado ainda não existem técnicos que realizem o trabalho de ATER. Dessa forma, o agricultor expressou que devem ser “Técnicos que tem que interagir com o produtor, nas reuniões, no campo, com capacidade técnica e social”.(Agricultor, d3).

No momento em que souberam do significado do trabalho de extensão, logo identificaram a necessidade desta para seu cotidiano do trabalho no perímetro. O que existe é uma consciência, por parte dos agricultores, sobre o perfil desejado para a realização do trabalho da ATER, surgido das necessidades reais vivenciadas por eles. Os agricultores desse perímetro têm sede do saber-conhecer, do saber-viver, do saber-ser-no-mundo. Conforme a fala de um agricultor entrevistado, podemos perceber essa situação: “Técnicos com capacidade, agrônomos, nutricionistas de plantas, e na área social uma pessoa que saiba lhe

dar com os agricultores, que tenha paciência pra ensinar, de conversar, tirar dúvidas, esclarecer as coisas do trabalho, da vida aqui do campo. Muitas vezes, a pessoa da área técnica entende de agricultura, de desenvolvimento e não entende do relacionamento humano”.(Agricultor, d18).

Sendo assim, 18 dos entrevistados relataram que é necessário uma mudança na escolha dos profissionais, com perfil adequado para suas necessidades e, dessa forma, se aproximando do perfil para o trabalho de extensão. Apenas dois, enfatizaram a questão do preparo para trabalhar com organização de produtores como critério profissional. Isso quer dizer que pelo aprendizado nas relações de trabalho ao longo desses anos no perímetro, com as necessidades práticas do seu cotidiano, surgiram meios de se pensar um perfil do profissional que possa provocar mudanças efetivas nas relações da ATER. Seguem agora o gráfico e algumas falas que nos permitem evidenciar essa situação; Um produtor diz: “... agente precisa de uma pessoa que ensine não só à parte da plantação, da produção, mas à parte também do social, da saúde, da educação, do ambiente”.(Agricultor, d17)



Gráfico 5- Perfil dos profissionais de ATER

Como se pode perceber nesses discursos, a dicotomia entre teoria e prática se encontra presente ao longo das ações dos profissionais de assistência técnica no perímetro. Por outro lado, eles clamam por um profissional da área social que possa dar conta das questões educativas. Alguns chegaram a citar que é urgente e necessária a presença de um profissional

da área social que pudesse dar conta do social e humano, ou seja, de questões que vão além dos interesses econômicos.

Sendo assim, abrem-se perspectivas para o engajamento dos profissionais na dimensão multidisciplinar, ou melhor, exprimindo, profissionais como o pedagogo, agrônomo, técnico agrícola, economista, envolvidos no trabalho em equipe de ATER, como perspectiva de assegurar uma aprendizagem significativa dos produtores e relevante consolidação de suas ações coletivas, melhor dizendo, uma equipe multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar. Além disso, pode contribuir na inovação de procedimentos técnicos com base nos princípios científicos às práticas sociais e humanas.

Weil (1991), fundamenta-se na compreensão de que o mundo se configura como uma rede de relações, onde tudo que nele existe se constitui de modo dinâmico, compondo a diversidade de elementos, fenômenos e seres, independentes e complementares que se inter-relacionam nos fluxos de seus movimentos. Nesse rumo a cosmovisão holística, concebe que todas as formas e conteúdos de conhecimento humano com seus matizes pluridimensionais, vem ser entrecruzadas da cultura humana, de forma transdisciplinar, onde as contribuições de cada área singular, enriquecem, ampliam e aprimoram a compreensão do ser humano sobre a vida, as coisas, os fenômenos do mundo em sua totalidade.

Conforme Machado (2003), a Pedagogia se insere no debate como ciência que referenda políticas de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista, uma ação no sentido de mediação, para facilitar os processos de aprendizagens, habilidades e competências. Dessa forma, o educador popular pode colaborar no trabalho da extensão rural, para facilitar os processos e as construções de vivências coletivas e participativas.

Com essas discussões realizadas sobre assistência técnica e extensão rural, foi necessário refletir e analisar a PNATER, a fim de entender um pouco mais sobre as diretrizes que norteiam as ações de ATER.

5.4 A PNATER como diretriz para a prática de ATER

A análise sobre esse tema requer um aprofundamento na concepção do seu conceito. Dessa maneira foi investigado o conceito de PNATER junto aos entrevistados.

Na fala deles, 18 não sabem o que significa PNATER, logo, desconhecem suas diretrizes. Isso já era de se esperar, pois, se não conhecem extensão, como poderiam conhecer a PNATER? Apenas dois entrevistados conhecem e conseguiram conceituar, sendo que os dois pertencem a instituições ligadas ao projeto irrigado (DNOCS/SDA). Seguem algumas falas que comprovam as duas situações e o gráfico que vem em seguida, pode demonstrar a situação citada.

Em 2005 nem se ouviu falar na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Isso aí, nem teve palestra sobre isso. A discussão sobre isso pra gente, pra equipe que foi implementada, veio surgir em 2006 e 2007, já no final. E estava vendo que nosso trabalho estava todo equivocado, principalmente no Baixo Acaraú, que era um perímetro que foi implantado de forma diferente dos demais”.(Agrônomo-instituição,d4).

Conforme a fala do agrônomo acima exposta, foi demonstrado que as políticas existem, mas não são apresentadas e discutidas no perímetro irrigado, deixando os profissionais desatualizados e desinformados, quanto às diretrizes de ações de ATER. É necessário haver uma compreensão do motivo pelo qual não existe essa discussão mas podemos entender que, se ainda não entendem o que é a extensão rural, conseqüentemente, não conhecem as diretrizes políticas dessa ação.

Já outro agrônomo entrevistado disse que conhecia a PNATER, “Conheço sim, inclusive não sabem colocar isso na prática. Não se trabalha com modelos de como se consegue levar conhecimento para a comunidade, como atingir melhor isso”.(Agrônomo/instituição, d5). Na fala desse agrônomo, a situação destacada é que, mesmo a PNATER existindo, não se preocupam com as formas de se levar o conhecimento para o agricultor e atingir um aprendizado mais significativo. Neste caso, podemos observar que se as instituições não se preocupam de como se levar o conhecimento, das formas, métodos, da dinâmica de aprendizado do agricultor, como podem acreditar que haverá autogestão por parte desses trabalhadores rurais? Conhecimento não se constrói em um passo de mágica; falo de conhecimento e não apenas informações. Acredito que trabalham em nível de muitas informações pensando que estão construindo conhecimento.

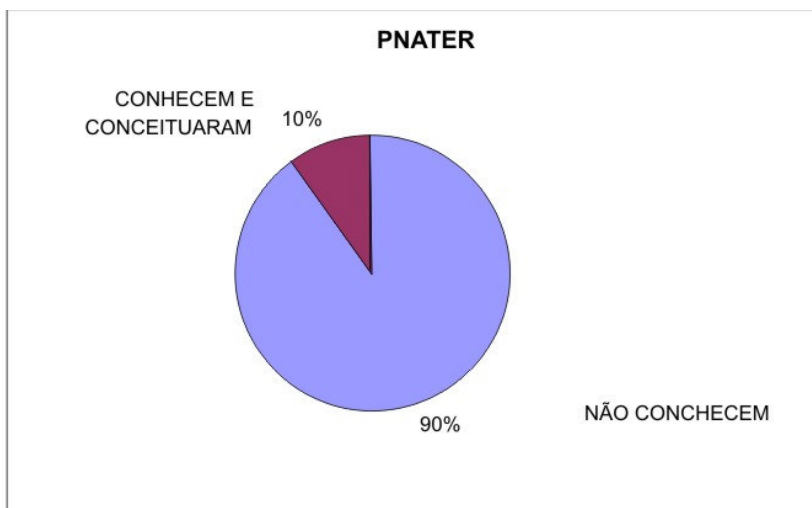


Gráfico 6 - PNATER

Conforme o documento gerado pelo MDA e SAF (2004), os termos da PNATER representam iniciativas voltadas à ampliação das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, implementado pelo Governo Federal, tendo como características principais estratégias voltadas para garantir a segurança alimentar da família, aumento da renda total da família, garantia de emprego e mão-de-obra familiar, melhoria e ampliação das condições de trabalho e da população (INCRA, 1995).

Representa, portanto, não só políticas de inclusão social, mas também de desenvolvimento rural. A concepção da Política Nacional de ATER está também fundamentada em outros aspectos considerados básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em implementação sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros, baseados em parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo Território Nacional.

O Termo de Referência para ATER 2007/2008 tem como objetivo apoiar projetos que garantam a oferta de serviços qualificados de assistência técnica e extensão rural e desenvolva ações de formação para agricultores familiares e técnicos, visando a promover o desenvolvimento rural sustentável, a produção e aumento da oferta de alimentos saudáveis, a segurança alimentar das famílias participantes, a geração de renda e agregação de valor aos produtos e serviços agrícolas e não agrícolas da agricultura familiar, a redução da pobreza e a inclusão social, bem como a criação de postos de trabalho no meio rural.

Sendo assim, o trabalho de ATER pode ser direcionado pelas políticas da PNATER, mas, para que isso ocorra de forma concreta e eficiente, é preciso conhecer um pouco mais

sobre o significado da educação popular e sua importância para as ações de ATER nesse perímetro como alavanca para geração de emprego e renda e de desenvolvimento.

5.5 A Educação popular e sua relação com as ações de ATER no perímetro

A cerca do conceito de educação, os entrevistados responderam de forma diversa e a maioria explicou com muita simplicidade, embora com riqueza de conhecimento empírico. Seguem alguns depoimentos dos entrevistados que confirmam essa circunstância. “Essa educação pode ser de várias formas, por exemplo: quando vai trabalhar com agricultura tem que ter pesquisa. Não existe isso aqui, então o trabalho da educação deve ser pelo menos dentro de uma sala de aula, informando como devem ser as coisas e também no campo, no lado prático que é assim que tem que funcionar”.(Agricultor,d1); já outro agricultor relatou: “A educação é muito ampla. O que agente vê na prática é aquela educação voltada para a profissão, mas o conceito é bem mais amplo. O conceito de educação pra mim, seria uma coisa que nos faz crescer enquanto seres humanos, enquanto gente, enquanto povo”.(Agricultor, d2) e um agrônomo confirma que, “Na minha visão, além da questão profissional, você começa a estudar e pensa que vai ter seu diploma, seu emprego, seu trabalho e ai vai ser um profissional. Mas eu acho que tem uma coisa, além disso, você faz parte de um mundo, de um contexto, então além da questão profissional, tem a questão social, política, de ambiente, local, cultural”.(Agrônomo, d4).

Alguns deles entendem que a educação aparece, em alguns momentos, como formal e sistemática com o objetivo de formação profissional, para o trabalho, mas também com elementos não formais para o exercício da cidadania, de responsabilidade social, para a cooperação e solidariedade, para a libertação dos sujeitos, para autonomia e desenvolvimento da cultura do campo e não só de cultura da zona urbana; educação como processo, conforme os discursos:

Educação muda às pessoas, e elas são moldadas pela educação. Mas a educação também ajuda e facilita o convívio no coletivo. Ajuda na organização social, na união, na capacidade de resolver os problemas. (Agrônomo, d5).

Conforme o agrônomo a educação é para a vida e o processo educativo promove a mudança do indivíduo, e assim este indivíduo transforma o mundo. Maria da Gloria Gohn

(1989) entende que a educação não formal designa um processo com quatro campos de ação, e um deles é relativo ao convívio humano para a organização, para a aprendizagem política.

Foi colocado por outro entrevistado o seguinte: “Educação é coisa muito boa. È pra ensinar a pessoa trabalhar. O que precisa é que os técnicos tenham essa educação, porque nós depende do saber deles pra depois agente vencer sozinho”.(Agricultor, d7). Essa fala denota a necessidade que o agricultor tem de aprender com o técnico agrícola e este técnico muitas vezes, não consegue realizar em sua ação prática o trabalho educativo, fazendo da informação seu único meio de comunicação e poder. É aí, que a extensão deve acontecer, sem ela os agricultores não conseguem transformar informação em aprendizado, em conhecimento.

Conforme Gohn (1989), educação é para a civilidade, o aprendizado pode ser trabalhado em espaços, tempos e metodologias diferenciadas dos conteúdos da escola formal. Outro depoimento que confirma este caso foi o seguinte;

A educação pra mim tem um conceito muito abrangente. Não é só pra ir á escola, mas é uma série de caminhos que eles tem que correr e nós também enquanto instituição. A escola não supre algumas carências e necessidades dos filhos de produtores, porque não existe nenhuma disciplina que fale ou trabalhe o associativismo, a irrigação, e outras coisas do local. Só ta formando pro mundo lá fora, pro mundo daqui não ta. A educação abrange também o mundo dos seminários, das capacitações, das visitas tecnológicas, o saber do vizinho, a troca de informações. Meu sonho é ter cartilhas, folderes, envolvimento com a família pra trabalhar a conscientização. (Instituição, d10).

Pode-se perceber que o conceito de educação que esse entrevistado explica refere-se à três tipos de educação; a educação formal, entendida como escolar, sistemática e intencional, a não formal caracteriza-se como não sistemática e intencional e a informal compreendida a partir das relações familiares, do cotidiano da vida, não sendo nem sistemática nem intencional.(LIBANEO, 1999).

As falas dos entrevistados acima citados, apontam para uma tendência de entender a educação de maneira mais ampliada em virtude das necessidades pelas quais já passaram e ainda passam. Os agricultores demonstram muita vontade em aprender e uma necessidade ainda maior em ter o domínio dessa aprendizagem. A percepção emitida pelas falas dos entrevistados constitui caracteristicamente a educação popular.

Braga e Calazans (2001), ensinaram que a educação decorre de percepção de que as ações sobre a aprendizagem dependem de outro aprender, numa relação com o mundo e com as pessoas em ambiente social, mediante o qual descobrem coisas na vivencia societária, pela reflexão, experimentação e até por acaso.

Partindo para uma análise mais profunda, baseada nas teorias estudadas sobre educação popular e sua relação com a prática da extensão rural, conforme as falas podemos perceber que na realidade do perímetro estudado não existe uma ação extensionista, tão poucas ações educativas pautadas na troca de experiências, no respeito ao saber popular conseguido ao longo desses oito anos de perímetro irrigado. As idéias de Gadotti e Gutiérrez(1993) defendem que pelo trabalho produtivo e pela sua práxis, é que o homem constrói sua própria história de vida. Enquanto Paulo Freire (2001), postula a educação como ato político e uma práxis pedagógica, permeada por uma ação refletida, consciente e crítica sobre a realidade concreta, para a transformação dos sujeitos.

Houve depoimentos que demonstraram o valor da educação com visão restrita, reduzida ao econômico, como patrimônio individual. Conforme a fala do técnico agrícola, “A educação faz parte do nosso trabalho de assistência de uma cultura, de mercado”.(técnico agrícola, d13), e de outro entrevistado, “Hoje em dia só tem valor quem tem estudo. Sem estudar é mesmo que nada”.(Agricultor, d15). A idéia de educação para essas pessoas está diretamente vinculada as questões econômicas, perpassando a dimensão da condição de vida e nível de vida. No perímetro, percebe-se que as ações de assistência técnica, em suas capacitações reafirmam essa circunstância, quando se tornam contingentes apenas para produção e comercialização. Só que os técnicos e alguns agricultores se esquecem de que mediante uma educação que promova qualidade de vida, é que poderão chegar ao desenvolvimento pleno e saudável, atingindo seu projeto de vida nesse Perímetro.

Sendo assim, no total de quinze entrevistados trouxe definições de educação, relacionando-a ao sentido de aprendizado popular, dois restringindo-a as questões econômicas e três não souberam definir e explicar, conforme o gráfico,

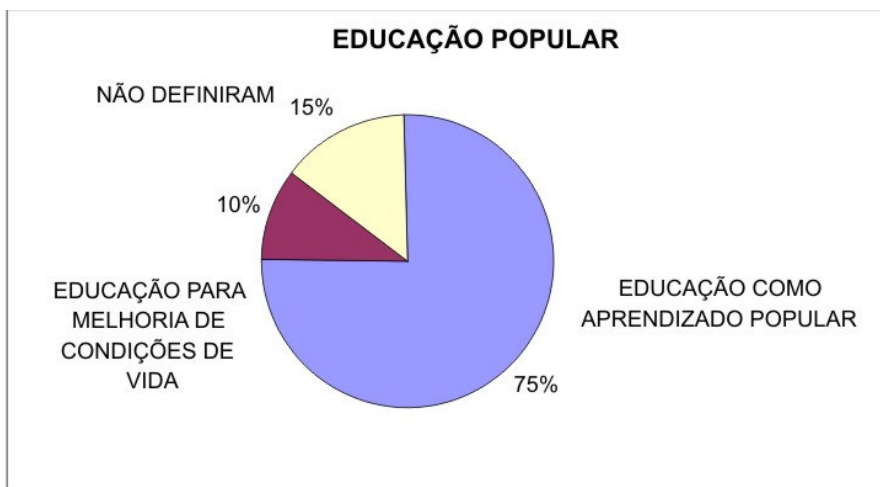


Gráfico 7 – Educação Popular

Então, podemos mais uma vez, constatar, pelo o relato de um técnico agrícola, o qual já prestou assistência ao pequeno produtor nesse projeto, que o serviço de assistência ao agricultor rural está sendo realizado sem aplicação de metodologias, no intuito de avançar no aprendizado apenas para a produção, sem se preocupar com a cultura local, as questões sociais, longe de se tornar uma prática educativa efetiva.

Do jeito que está sendo feito o nosso trabalho aqui, é muito pouca a relação com a educação. Pra mim que sou técnico, fica fácil, mas para quem não tem noção de agricultura irrigada, fica tudo mais difícil, fica praticamente nada. Temos capacitações muito rápidas e sem muito material didático adequado.(Agricultor/técnico, d1).

A maioria defende e acredita que o trabalho no campo entre profissionais de extensão e agricultores pode ser desenvolvido de forma educativa, e ainda expressaram que só acontecerá isso, quando passar da ação técnica para uma ação também baseada no extensionismo: os relatos comprovam este fato: “Eu acredito que o trabalho no campo por todos nós e pelo técnico tem sim, ligação com a educação, porque se ele dar valor ao que faz, ele tenta passar o máximo do que sabe para o outro. Mas muitos chegam aqui e só passam a recomendação sem conversar, sem ensinar de verdade”.(Agricultor, d3). O técnico, em sua ação de assistência técnica, torna-se um profissional assistencialista, e se apodera do conhecimento como uma relação de poder sobre os agricultores. O agricultor percebe essa relação e afirma o seguinte: “Não existe relação educativa nas nossas relações, só quando passar para o extensionismo é que vai ter um contato maior e melhorar essa parte. Tem que ter esse casamento pra dar certo, pra que aconteça o desenvolvimento”.(Agricultor, d18). Essa reflexão do agricultor demonstra a necessidade da ação extensionista numa perspectiva de educação popular, ou seja, o

aprendizado sendo construído na troca de saberes e no respeito mútuo, como um processo contínuo.

Assim, os extensionistas rurais só procuram transmitir práticas de tecnologia agropecuária; os assistentes sociais só tentam transmitir procedimentos jurídicos e trabalhistas. Só recentemente, alguns agentes de mudança se deram conta de que muito mais importante do que adotar conhecimentos e práticas específicas é desenvolver a capacidade de identificar problemas da realidade pela interação com os demais e com o meio, para depois articular esses problemas e buscar-lhes a solução e ainda levá-los, se necessário, ao conhecimento dos poderes públicos pertinentes. Tudo isso exige o desenvolvimento da capacidade de comunicar.

Já outro agrônomo, relatou que educação tem ligação com a prática de extensão, da seguinte forma.

Sim, tem relação com a educação, porque os agrônomos e técnicos não só levam informações técnicas ao campo, mas podem também, partir da questão educacional, levando ao produtor as questões básicas como higiene, saúde familiar, campanhas educativas locais. Dentro das palestras que eles realizam devem ter aspectos além da técnica, também, sociais, familiares. (Agrônomo, d4).

Os agricultores rurais nesse perímetro necessitam dessa comunicação dialógica e de maior participação. O bom aproveitamento do poder da comunicação para a expressão e o relacionamento e participação nos processos do trabalho rural favorecem a transformação social e local e em novas formas de apropriação do conhecimento. Habitados a viver já nos deparando com um sistema educacional organizado, no qual somos integrados desde cedo, tendemos a pensar a aprendizagem apenas como consequência da educação tradicional, sistemática.

Em relação à questão educativa e sua relação com a prática dos profissionais de ATER podemos assegurar com suporte nas entrevistas que, 100% dos entrevistados concordam com a idéia de que a educação pertence à prática dos profissionais de assistência técnica, mas não é realizada, de fato no trabalho, não existindo uma comunicação que favoreça o aprendizado.

Os agricultores rurais nesse perímetro necessitam dessa comunicação e dessa participação. O bom aproveitamento do poder da comunicação para a expressão e o relacionamento e a participação nos processos do trabalho rural, favorecem a transformação social e local e em novas formas de apropriação do conhecimento.

Nas falas dos agricultores em conversas informais, reconhecem a existência de três espaços de aprendizagem não submetidos diretamente às instituições educacionais: a

aprendizagem na família, referente a procedimentos espontâneos; a aprendizagem na cultura, o próprio espaço público e social de convivência; e as aprendizagens práticas, do fazer, que ocorrem nos espaços profissionais. Fora à parte de socialização assumida pela escola, o restante é deixado à espontaneidade e à naturalidade dos processos vivenciais, lhe dispensando o trabalho organizado e substituindo, pelo espaço compreendido como “a vida ensina”.

Com bases nas teorias de Paulo Freire e de outros autores na atualidade, a tarefa mais importante da educação popular é a de reconstruir criticamente a linguagem popular para a libertação e entendimento do mundo em seu contexto. Sendo assim, existe a necessidade de integração de ação e teoria. Isso se faz com a reflexão sobre a própria ação, o que Paulo Freire chama de práxis ou concepção libertadora de educação.

É aqui que encontramos a educação popular, um espaço não formal que Gohn (1999) entende como ampliação do conceito de educação para os espaços organizadores da sociedade civil.

Por outro lado, em algumas falas dos familiares dos agricultores rurais, percebemos que seus parentes necessitam de uma educação escolar de qualidade, com respeito à elaboração de um currículo arrimado na realidade local no campo. Assim dizem as falas;

É infelizmente, a nossas elites não reconhecem que através da educação é que existe desenvolvimento no país. No perímetro de irrigação é como você matasse a educação, termina a coisa física sabendo que quem vai dar conta daquilo é a parte humana. Educação é direito de todos e no perímetro não temos educação adequada (Agrônomo,d5).

Fica muito difícil falar a respeito da nossa educação aqui, porque não temos escolas adequadas a nossa realidade, específica para o campo. Devia ter uma parte da escola que falasse sobre agricultura, inclusive com a participação deles no lote (Agricultor, d19).

Consoante a fala do agrônomo de um representante de instituição e outra de um agricultor, elas se completam e se reafirmam, quando descrevem que a educação para o campo deve respeitar a realidade dali, as necessidades de aprendizado para o campo. São insatisfeitos com a educação pautada na realidade urbana, introduzida no campo sem o mínimo de respeito às necessidades da comunidade local. Na realidade do trabalho dos agricultores, essa situação prejudica a convivência das suas famílias com a vida no perímetro, pois não favorece o aprendizado do seu cotidiano.

Uma educação para o campo, no dizer de Fernandes e Molina, significa:

Enquanto a Educação do campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas (2004 p.63).

A discussão em torno do novo paradigma da educação do campo é formulada por esses grupos sociais tentando romper com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida.

Daí é que podemos sublinhar a idéia de que essa visão estreita do desenvolvimento rural concebido apenas na dimensão técnica constitui a substancia da modernização e pode ser observada nos diversos programas de inovação rural.

Como as instituições envolvidas podem almejar políticas de desenvolvimento rural sustentável só fazendo ambiente físico e desprezando as relações humanas de aprendizagem? Ou será que as pessoas que vivem do trabalho no campo se tornaram objetos para as instituições, e, portanto, recebem esse tipo de educação com o objetivo de continuarem passivos e manipulados diante os conflitos do cotidiano do trabalho? Como provocar uma mudança de comportamento nos pequenos agricultores para a autogestão de negócios agrícolas, para o agronegócio, se ao menos não possui a educação necessária e adequada para o aprendizado do trabalho agrícola?

5.6 Desenvolvimento rural

Falar sobre desenvolvimento no perímetro nos deixou um pouco mais preocupados e assustados diante os relatos dos sujeitos. Já era sabido por meio dos documentos analisados e pelas observações nas reuniões de agricultores com o BNB e reuniões de conselhos, das quais participamos em alguns momentos, que a situação do perímetro não é muito otimista. As falas dos entrevistados, porém, revelaram sentimentos de frustração e perspectivas não muito otimistas em relação ao desenvolvimento do perímetro e o projeto de vida do agricultor rural, conforme se pode ler nas falas reproduzidas a seguir, “...rapaz do jeito que ta, se não voltar uma assistência técnica ou um incentivo a mais do governo, não vejo como acontecer o desenvolvimento aqui nesse projeto”.(Agricultor, d3).

Para que possamos entender melhor sobre o que os agricultores esperam em relação ao seu trabalho produtivo no perímetro e do projeto de vida, torna-se necessário discutir sobre

esse assunto. Os agricultores estão se ressentindo da falta de uma formação permanente na assistência técnica e uma intervenção mais eficiente do Governo.

Na fala de outro entrevistado, a visão de desenvolvimento aparece de modo mais amplo, relacionado com a qualidade de vida do agricultor, conforme o trecho a seguir: “a missão do banco é de desenvolvimento e para isso nós temos que ver as quatro dimensões para se desenvolver; econômica, social, ambiental e do conhecimento”. (Economista, d10). Percebe-se que, nesta fala, já existe uma visão de desenvolvimento mais direcionada para as dimensões que abarcam um caminho para alcançar um projeto de vida com dignidade e qualidade.

Pena (1992) define como projeto de vida, a estratégia que permite os sujeitos e comunidades desenvolverem-se em sua consciência, em seu bem-estar, e contar com os recursos para alcançar esse bem-estar. Logo, o projeto de vida integra três componentes: qualidade, condições e nível de vida.

Com relação ao nível, condição e qualidade de vida, os entrevistados relatam a seguintes dificuldades: “... na verdade, o dinheiro acabou, agente ficou sem recurso porque não pude tirar mais no banco. Água e energia tudo devendo e agente peleja, negocia, mas continua devendo muito”.(Agricultor, d6), já outro agricultor relatou o seguinte: “falta água boa, saúde, escola de qualidade. Se eu preciso de um médico tenho que andar mais de 20 a 30 km... se eu não pego um pau de arara que passa no dia que ele quer, babau”.(Agricultora, d12). Sendo assim, as falas demonstram que o caminho percorrido pelos agricultores, a partir do trabalho na terra e pela terra, não levaram para a conquista de uma melhor condição de vida e para o alcance de seu desenvolvimento.

Foram citados vários problemas na realidade dessa comunidade local, que atingem esses três fatores: atraso de recursos e falta de continuidade no serviço prestado, aparecendo como obstáculo e fator limitante para o trabalho da ATER e, conseqüentemente, para a melhoria da produção, fatores que aparecem como empecilhos para o desenvolvimento do nível de vida no perímetro do Baixo Acaraú; também a falta de núcleo habitacional, escola para o campo, saúde, como dificuldades na melhoria de condição de vida do agricultor; por último, falta de trabalho educativo nas ações de ATER como empecilho para o desenvolvimento da autonomia, participação, libertação dos sujeitos, dificultando o acesso à qualidade de vida dessa comunidade; isso tudo aparece como situações que atrapalham o projeto de vida dessa comunidade rural.

Assim, para alcançar o projeto de vida na realidade do trabalho rural nesse perímetro, é necessário promover processos que contribuam para desenvolver consciência, autonomia e potencia dos sujeitos dessa comunidade. Esses processos são caracterizados pela autogestão, participação e organização, e ainda não se mostram reais no cotidiano da vida dos agricultores rurais no Baixo Acaraú.

Outro fator negativo trazido pelos agricultores, que atrapalha as suas condições de vida, são as políticas para o pagamento da água e luz. Reclamam que não existe uma política de pagamento das taxas, diferenciada para o pequeno agricultor, e isso impede que eles cumpram seus compromissos financeiros. Nos relatos de um dos entrevistados, podemos perceber essa situação: “è difícil porque as coisas tudo aqui é caro demais... água é caro, agente paga uma taxa fixa de 153,00 R\$ sem consumir e se consumir vai pra 350 R\$, na cidade a água é muito mais barata”.(Agricultor, d17). “Aqui você tem que ter no mínimo transporte, segurança, saúde, educação de qualidade e não temos. Isso sim, que é progresso. Falta educação pra trazer esse conhecimento tanto econômico como social. Através do trabalho organizado as pessoas iam ficar menos sós, menos individualistas e iam se juntar para comercializar, ter crédito no banco”.(Agricultor, d3). A partir dessa fala, podemos compreender que os agricultores estão passando necessidades e que é preciso realizar uma análise avaliativa em relação as questões econômicas, sociais e ambientais. O que ainda não existe no Baixo Acaraú.

Nesse caso, também existe a demonstração de uma consciência política, este sujeito revela uma posição coerente e de respeito aos pequenos agricultores, expondo suas convicções em relação à importância da educação e qualidade no sentido de favorecer às pessoas maior organização social em função do trabalho comunitário. Dessa forma, estarão incentivando o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. E assim, situando o capital em segundo plano. Percebe-se que também estão atentos à qualidade de vida.

Eles expressam que vivem do lote e que a maioria não tem segunda profissão, enquanto os grandes empresários têm uma outra fonte de renda, e, portanto, às políticas deveriam ser diferenciadas. Na fala do entrevistado, podemos observar essa situação, “ (...) Hoje nós sabemos que tem grandes empresários aqui dentro, são poucos, mas não passam o que nós pequenos passamos. Esses empresários vem pra cá e tem o lote como lazer”. (Agricultor, d18). Os agricultores reivindicam melhores condições de trabalho mediante a implementação de políticas agrícolas includentes, uma política de ATER de qualidade.

Outro fator de atraso é a chamada “seleção natural” imposta para os pequenos agricultores reassentados, de forma excludente e autoritária, pelas instituições envolvidas com o perímetro. Como exemplo, os agricultores relataram nas conversas informais, após as reuniões, que o Distrito de irrigação em suas ações comprova e adota essa “seleção natural” aos pequenos agricultores, inclusive quando se refere aos pagamentos de taxas de K2 e energia, favorecendo, assim, as políticas de exclusão.

Quanto à visão de desenvolvimento, percebe-se que estão muito atreladas às condições de vida e nível de vida, ou seja, atrelada à produtividade, ao emprego e renda. Poucos são os que entendem o desenvolvimento como uma tríade-qualidade, condições e nível de vida. Neste caso, a qualidade de vida é de fundamental importância para o acesso às condições de vida e ao nível de vida, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da comunidade local.

No que se refere a sustentabilidade, não se trata de produzir renda a qualquer custo, mas considerar aspectos à autonomia da comunidade. Abranches (2007) discute sobre uma nova fase para o mesmo modelo, constatando que o paradigma mudou. Para ele, não haverá desenvolvimento sustentável, pois este nunca foi uma questão ambiental ou ecológica e sim uma questão de economia política”.

Portanto, setes entrevistados explicaram sobre desenvolvimento na lógica do local, ligada a questões das condições de vida - segurança, saúde, educação, alimentação e transporte. Apenas dez relacionaram diretamente com produtividade, referindo-se a questões do nível de vida, como trabalho e capacitação; e três deles não souberam responder, conforme o gráfico 8.

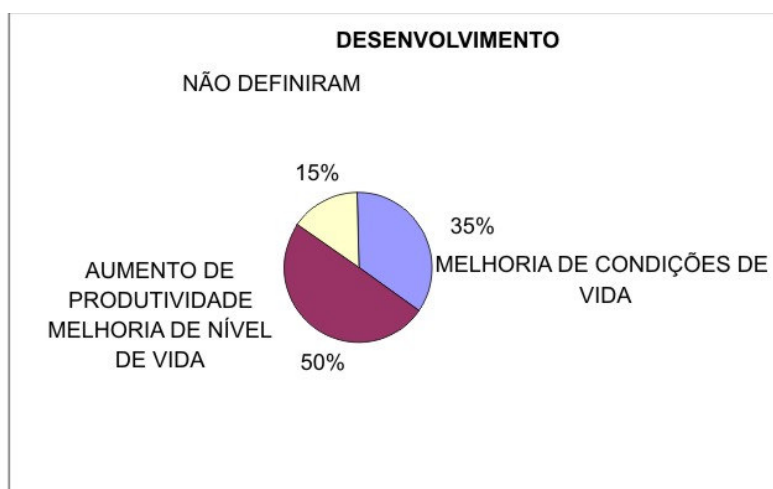


Gráfico 8 - Desenvolvimento

Todos os entrevistados (100%) enfatizaram a importância do fortalecimento do cooperativismo e da organização social. O interessante é que, a maioria não faz diferença entre organização de produtores e organização social. Existe uma confusão de conceitos, tudo isso porque reconhecem a importância do trabalho de organização de produtores para facilitação e aquisição de financiamento junto ao banco. Clamam, no entanto, por moradia, educação de qualidade, saúde, mas não percebem que por meio da organização social deles, é que podem conquistar as necessidades básicas e a sua emancipação política e social. Existe uma grande diferença entre organização para produção e organização social, eles colocam tudo num só pacote, como se fossem a mesma coisa. A organização de produtores é direcionada para produção, comercialização e a organização social é mais ampla, o viés das ações são de caráter do capital social e não econômico como a anterior.

Em alguns momentos, percebemos que os entrevistados têm uma consciência da falta de uma ação organizativa geradora de práticas contribuintes para a autonomia e de conquista de novas possibilidades para aumentar a cadeia produtiva.

Nas observações em reuniões do BNB e agricultores, constatamos que o trabalho realizado pelos agentes de desenvolvimento do Banco, como forma de apoiar e incrementar a organização para produção se mostram em sua face mais visível de maneira muito restrita e limitada a capacitações pontuais para adoção de tecnologias. E os agricultores sentem necessidade de mais tempo nas reuniões e de treinamentos não só direcionados para a produção, mas para o trabalho da gestão social coletiva.

Essas constatações podem ser percebidas em trechos de conversas informais realizadas após as reuniões, como: “Essas reuniões do banco nos ajuda muito, mas falta dar mais atenção, falta tempo para discussão, tempo para outros assuntos que não é só de produção e comercialização”.(Agricultor, d6). Esse agricultor sente a necessidade de conhecer sobre aspectos que não se referem unicamente às questões financeiras. Pede mais tempo para aprender e discutir questões que estão no âmbito da qualidade de vida, da consciência humana, do apoderamento do conhecimento. Esta outra fala confirma o mesmo caso: “Eu gosto muito dessas reuniões do banco, aliás, acredito que todos gostam, mas existe muita queixa dos colegas por parte do tempo que é pouco. Agente queria discutir outras coisas de nossa necessidade”.(Agricultor, d20).

Conforme o relato, existe a sensível percepção da diferença entre capacitação e treinamento técnico dos produtores. Tal concepção, quando não se aproxima das reais necessidades da clientela pode ensejar problemas, agravando as relações humanas e sociais.

Concordando com este pensamento, um dos entrevistados (D1), comentando sobre suas fragilidades pela ausência de organização social, assim desabafou: “[...] é tanto que hoje, em nossa associação de sete pessoas, nós temos trabalhado eu e mais um, tentando sobreviver, tem um e mais dois, quase morrendo de fome, espero que sobrevivam e três que foram embora”. Como conquistar o desenvolvimento nesse perímetro? Qual o modo mais viável para que ele aconteça? São perguntas que surgiram ao longo das conversas informais.

Santos (2003) ressalta que a democracia participativa e a participação democrática dependem da atuação estatal, um Estado como reconstrutor de políticas de antagonismo social de modo a assumir uma nova função na sociedade: um sindicalismo mais político, menos setorial e mais solidário. Além disso, faz-se necessária para a conquista social emancipatória a utilização de uma nova epistemologia, que substitua a visão do “conhecimento-corno-regulação” por outra, baseada no “conhecimento-corno-emancipação”, a fim de reconstruir o espaço de deliberação democrática em níveis local, regional e global.

Aqui ocorre a ligação entre democracia participativa e educação libertadora, pois esta constitui o próprio resultado da participação política e de uma integração que ponha em evidência o papel do indivíduo como agente desse processo e, também, uma ação que promova e concretize a democracia participativa mediante uma pedagogia que supere o conhecimento-regulação, que pode ser associado ao que o pensador Paulo Freire denominou de concepção bancária de educação, para uma idéia problematizadora e libertadora da educação, que pressuponha a dialogicidade como prática da liberdade do ser oprimido, tendo como fundamentos o encontro dos sujeitos para a transformação de mundo em co-laboração; a liderança pela união dos oprimidos entre si; a organização das massas populares e a ação como síntese cultural, forma de superação da própria cultura alienada e alienante.

Esse modelo de democracia este intimamente ligado à idéia de educação bancária tratada por Paulo Freire (2005), que, nessa concepção, traduz a educação como instrumento de opressão, segundo uma ação antidialógica, na medida em que a educação corresponde ao ato de depositar conhecimentos, onde é mantida a relação de contradição entre educandos e educadores, deixando os oprimidos em uma situação imóvel, de desconhecimento de sua própria historicidade. Esta situação perpassa a realidade das ações extensionistas junto aos agricultores.

O desenvolvimento sustentável para o perímetro e trabalhadores do campo, não se refere unicamente à geração de emprego e renda a qualquer custo, mas deve considerar aspectos de autonomia da comunidade. Seria necessário trabalhar a dimensão cultural dos trabalhadores rurais, evitando desvios economicistas nos processos de mudança e superando o

que é de introjeção da opressão capitalista. Trata-se agora de saber se, para os governantes e instituições, o aumento da capacidade produtiva traz o total bem-estar, a confiança no grupo, e possibilidades de levar adiante as iniciativas de realização de seu potencial. Acoplar desenvolvimento e sustentabilidade já é alvo de críticas de quem vê o desenvolvimento em termos restritos – apenas materiais.

6. DE VOLTA AO PONTO DE PARTIDA: PARA ONDE APONTA NOSSA PERSPECTIVA

Foto 5 – Distrito de irrigação



“(…) o que eu não tive com o estudo eu queria que meu filho tivesse. E se eu não melhorar no meu lote, eu sei que ele também não melhora. Porque a escola que tem perto, não vai dar esse conhecimento pra ele”. (Agricultor D3)

A realização de entrevistas, conversas, gravações com as instituições, os técnicos e os agricultores no Baixo Acaraú, possibilitaram uma visão sobre o que pensam os agentes envolvidos com a ATER. A análise mais apurada dos dados apresentada nesta pesquisa provocou reflexões que merecem destaque na conclusão do trabalho.

Se o objetivo de toda investigação é buscar respostas para algumas perguntas, é possível que no final saia com mais perguntas do que entramos. Não serão, entretanto, as mesmas perguntas, já as evidências mostram que: no perímetro irrigado no Baixo Acaraú, a atuação da ATER parece permanecer atrelada ao modelo “produtivista-difusionista”, no qual a introdução de práticas modernas é privilegiada, dando espaço para a ação da instrução e informação. Nesse modelo, a extensão rural se distancia do processo educativo e a prática dos profissionais funciona apenas como instrumento de introjeção da modernização agropecuária. A falta do diálogo mais efetivo entre os técnicos e o agricultor traz insatisfação dos agricultores com os serviços prestados pela ATER e também o insucesso econômico da atividade desenvolvida. Verificamos que a atuação dos profissionais da ATER apresenta pouco avanço na direção da concepção dialógica e humanizadora em sua relação com o agricultor, o que pode ser atestado nas diversas falas dos agentes e na insatisfação dos agricultores com os serviços prestados, sugerindo assim a necessidade de avaliação das metodologias adotadas no campo. Uma forma de buscar a correção de rumos é a própria ATER realizar uma avaliação das metodologias adotadas em suas atividades, principalmente

no tocante à forma como trabalha as estratégias de comunicação, a sua abordagem, bem como realizar a capacitação com os técnicos para realização de um trabalho com base na concepção dialógica.

Os métodos vigentes no perímetro geram dependência e alienação. Deverão ser adotadas metodologias participativas que ajudem a democratizar a relação entre extensionista e agricultores. Metodologias que possam levar a construção de novos saberes na prática cotidiana, conhecimentos sobre a realidade social, ambiental, econômica, cultural e política, que contribuam para o empoderamento dos atores sociais, e que conduzirão agricultores e técnicos a buscar o desenvolvimento.

Logo, ao contrário da visão cartesiana e tecnicista que orientou as décadas do desenvolvimentismo, a nova ATER exige uma visão holística, o estabelecimento de estratégias sistêmicas e não apenas métodos apropriados para difusão unilateral de tecnologias, próprio do difusionismo, conforme já discutido ao longo do texto.

É preciso, buscar a qualidade do diálogo entre sujeito e o seu mundo, o que o torna um sujeito histórico (MULLER, 1993). Desse ponto, o diálogo, a troca de saberes, a visão do todo e sua relação com o mundo é que podemos, pela ação de extensão pautada nas diretrizes da PNATER, promover a participação e o desenvolvimento rural sustentável. As ações de ATER deverão ser ampliadas, seja ela pública ou privada; a pesquisa agrícola deverá dar atenção às necessidades dos pequenos agricultores e da agricultura familiar. Vale a pena ressaltar que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico.

Daí surgem às perguntas: podemos contar com essas diretrizes da PNATER como políticas para a realização na prática do trabalho da ATER no Baixo Acaraú para os pequenos agricultores? Será que as instituições ainda conseguem enxergar os produtores rurais como agricultores familiares? Por que estes se vêem na prática do trabalho rural como pequenos agricultores, mas em relação às normas e leis são tratados pelas instituições e obrigados a se verem como grandes? Se as instituições entendem os pequenos agricultores como micro empresário, então por que insistem tanto nos documentos oficiais a questão de ATER? Por que durante oito anos de existência desse perímetro irrigado não apresentaram as diretrizes da PNATER como ferramenta para o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho de ATER para os agricultores, já que apresentam o perímetro como fonte de emprego e renda para o desenvolvimento sustentável?

Os resultados da pesquisa apontam principalmente para questões tais como:

A) é possível reconhecer a dificuldade que as instituições têm em promover mudanças no modelo de intervenção, pois foram feitas no âmbito de um modelo de desenvolvimento que sempre priorizou a modernização da agricultura, direcionando suas ações para esse objetivo. No que se observa, no entanto, é que as normas, regras e formas institucionais e de poder estabelecidas não estão sendo alteradas, pelo menos em relação ao serviço de ATER. Mesmo quando se observa uma mudança no discurso oficial, esta não se materializa na prática da gestão nem na ação dos agentes de ATER junto aos agricultores. Nesse sentido, devemos ressaltar a necessidade de se repensar formas de integração regional e local, para que a perspectiva econômica seja apenas um dos aspectos, não o único, assegurando e promovendo os valores sociais nos espaços em formação para a promoção do desenvolvimento como oportunidade, retomando o papel fundamental da educação, “a educação para cidadania”, uma sintonia entre habilidade reconstrutiva e habilidade política.

- é fundamental que o Poder Público reconheça a importância do serviço da extensão rural e a sua relação com a educação popular, para que assim possa criar uma melhoria de condições para a qualidade da assistência técnica e da extensão rural.

- a operacionalidade desse perímetro de irrigação (Baixo Acaraú), dependerá estreitamente das novas formas de democracia e educação, dado que a reciprocidade entre ambas é impagável. Assim, com o exercício de uma educação libertadora e da democracia participativa, evita-se a preponderância do viés econômico, garantindo a prioridade à inclusão social dessa comunidade rural, o que ainda não acontece.

B) o que podemos perceber com clareza nos dois anos em que estivemos envolvidos com os agricultores deste perímetro, e que agora se materializa nesta dissertação, é que, se pretendemos que os pequenos tenham condições favoráveis de produção e qualidade de vida, deveremos enxergá-los como sujeitos do desenvolvimento e não como objeto. Uma política de desenvolvimento sustentável deve levar em consideração à necessidade do protagonismo dos agentes sociais no processo econômico de geração de renda com qualidade de vida e transformação local. Para que isso ocorra, é necessário que a formulação do conhecimento, por meio da prática de ATER, resulte da interação do indivíduo com a informação que lhe é exterior e o significado que este lhe atribui, ou seja, resultado de uma elaboração de construção do sujeito.

C) quanto aos saberes necessários a atuação do profissional no serviço de extensão rural, a academia deveria dar maior suporte teórico-metodológico em disciplinas como Sociologia Educacional, Antropologia, Filosofia e Metodologia do Ensino, Psicologia da Educação, como forma de fomentá-los na perspectiva do enfoque multidisciplinar. Quando

falamos em extensão rural, estamos estabelecendo um contexto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais inseridas no local de uma certa comunidade assistida.

Este estudo contribuiu ainda para a descoberta e compreensão de novos paradigmas de nossa parte: o primeiro refere-se à questão de que desenvolvimento estar vinculado diretamente à conquista do projeto de vida, abarcando três dimensões; nível de vida, condição de vida e qualidade de vida. O segundo, apesar do extensionista ter uma prática educativa, não demonstra no cotidiano de suas ações, características de um educador popular, ou seja, aquele que assume um compromisso político-ideológico traduzido nas mobilizações sociais, para contribuir com o apoderamento do aprendizado pela comunidade rural, aproximando a leitura de mundo dos agricultores rurais com a visão dos extensionistas. Sendo assim, torna-se fundamental, a curto prazo, uma equipe multidisciplinar constituída pelos profissionais das ciências agrárias e das ciências humanas, com experiência e perfil apropriado na área de conhecimento da extensão rural, a fim de assessorar as questões atinentes à ação extensionista ou, a longo prazo, a necessidade de um novo projeto formativo dos profissionais de extensão.

Apesar de estarmos sugerindo alguns encaminhamentos, como desafios que se expressam para as instituições e as políticas públicas inseridas nesse projeto irrigado, esta conclusão, não está fechada e acabada, dadas as limitações evidenciadas ao longo da trajetória na qual pode se ressaltar: primeiro, o pouco tempo para maior dedicação ao estudo mais aprofundado; segundo, a falta de profissionais de extensão atuando em suas ações no perímetro; terceiro, por ser um estudo de caso em que a pesquisa foi realizada de forma mais detalhada em um único ambiente, delimitando o conhecimento de outras realidades concernentes ao contexto pesquisado. Ficam ainda para os elaboradores e executores das políticas de Ater, por exemplo; afinal, que extensão rural nós queremos para o Baixo Acaraú? Que compromissos a ATER e seus profissionais precisam assumir para que aconteça o desenvolvimento almejado pelos agricultores? Qual abordagem de desenvolvimento as instituições almejam e para quem? De que forma o pedagogo pode colaborar nas ações dos profissionais de ATER para a promoção de uma aprendizagem significativa? As respostas, teóricas e práticas às perguntas como estas ajudariam a romper com a inércia extensionista e a caminhar no rumo de uma nova extensão rural, sempre tendo em vista que as mudanças devem acontecer não somente no espaço das comunidades rurais, mas também no âmbito das entidades de ATER, assim como no sistema de formação dos futuros profissionais.

Creemos que, este não é um trabalho acabado, apenas representa os primeiros passos rumo a uma caminhada para uma nova história, pois somos apenas um grupo de caminhantes... Interessa-nos um diálogo com todas as entidades, organizações ou pessoas que

compartilhem do nosso compromisso, e que possam ajudar a transformar nossos limites em matéria - prima para o avanço dessa pesquisa que nos sustenta.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil** - São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso á idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: **Revista da Educação Agrícola Superior.** Brasília: ABEAS, v.15, Edição especial, 1997.p. 51-85.

ANCAR-CEARÁ. **Informações básicas sobre a ANCAR-CEARÁ.** – Fortaleza: 1977. 20p.

_____. **ANCAR-CEARÁ: dez anos a serviço do povo rural 1954-1964.** – Fortaleza: 1964. 28p.

ANDRADE, Francisco Gomes de. **Extensão rural, Estado e pequena produção: discurso e realidade.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1991. 67p. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal do Ceará. 1991.

ABRANCHES, Sergio. **O fim do desenvolvimento sustentável:** Artigo científico (2007). Disponível em 31/03/2007.

BACELAR, Tânia. [et al] (autores). **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais/ Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores);** Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.).

BARROS, Marcelo. **O Grito da Terra e a Linguagem do Universo.** Em : http://www.cebi.org.br/#_ftn1. Acesso em novembro de 2008.

BECKER, Fernando. **Construtivismo: apropriação pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BLAUERT, Jutta y ZADEK, Simon (coordinadores). **Mediación para la sustentabilidad: construyendo políticas desde las bases.** Traducción y cuidado de la edición: Cláudio Alatorre - Primeira edición: enero de 1999. Institute of Development studies, Universidad de Sussex, Reino Unido. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social CIESAS. Consejo Británico (México). Plaza y Valdés Editores, S. A. de C.V.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação e Educação:** questões delicadas na interface/ José Luiz Braga, Maria Regina Zamith Calazans. – São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL/MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

BRASIL-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF), DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural:** Versão Final: 25/05/2004.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos Donos:** Planejamento e clientelismo no Nordeste. *Petrópolis:* vozes, 1984.

CAPORAL, F.R.; RAMOS, L de F. **Da Extensão Rural Convencional à extensão Rural para o desenvolvimento Sustentável:** Enfrentar Desafios para Romper a Inércia. Disponível em : <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf> Acesso em março 2007.

_____. **La Extension Agrária del Sector Público Ante los Deságios del Dessarrollo Sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** Córdoba: ISEC/ETSAIM, 1998.

CAPUL, Maurice & LEMAY, Michel. **Da educação à intervenção social.** Tradução Renata Dias de Carvalho. Porto Editora 1º volume, 1996.

CARVALHO, Alberto Dias & BAPTISTA, Isabel. **Educação Social.** Fundamentos e Estratégias. Proto Editora, 1º volume, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Lisboa/Rio de janeiro: Difel Bertand Brasil, 1990.

COULON, Alain. **Etnometodologia.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1995.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do Engajamento:** trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: UFC, 1988.

_____. **Artesanato do Saber:** tecendo os fios da educação popular. São Paulo: editora Loyola, 2005.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 6ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados – (Coleção educação contemporânea), 2003.

_____. **Saber Pensar.** 3 ed. São Paulo Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da escola cidadã; v.6).

DICIONÁRIO LARAUSSE. Língua Portuguesa, São Paulo/SP,2005,p.628.

ECHEVERRI, Rafael. **Ruralidade, território e desenvolvimento sustentável/** Rafael Echeverri e Maria Pilar Ribeiro. Tradução de Dalton Guimarães. – Brasília: IICA, 2005.

EMATERCE. **Política Nacional de Ater:** primeiros passos de sua implementação, obstáculos e desafios a enfrentar. Artigo científico [2007]. Disponível <http://www.ematerce.ce.gov.br/enviar.php?tipo=artigo&ação=imprimir7codigo=16> em 05/03/2007.

FONSECA, Maria Teresa Louzada. **A extensão rural no Brasil:** um projeto educativo para o capital. Rio de Janeiro: Loyola, 1985. 191p.

FRANTZ, Walter. **Educação e Cooperação:** práticas que se relacionam. **Sociologias**, jul./Dez 2001, no. 6, p.242-264.ISSN 1517-4522.

FREIRE, Madalena. **Aspectos Pedagógicos do Construtivismo Pós-Piagetiano.** IN: GROSSI; E (org). Petrópolis (RJ), Vozes,1993.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12 edição, 93p, 1983.

_____,(1987). **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 7 ed. 107p.

_____,(1996). **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática educativa. 7ed.(coleção leitura). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, (2006). **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 29 edição, 150 p.

_____, 1921 – 1997. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREITAS, Maria Leonice de. **Conceito de extensão rural e perfil do extensionista para o estado do Rio Grande do Norte**: um estudo délfico. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1990. 164p. (Dissertação Mestrado Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 1990.

FRIEDRICH, O. A. **Comunicação rural**: proposição crítica de uma nova concepção. 2 ed. Brasília: Embrater, 1988. 60p.

FUNDEP-Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (Três Passos, RS). **Coragem de Educar**: Uma proposta de educação popular para o meio rural/ *FUNDEP*; Prefácio de Sergio Gorgen. Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

FURTADO DE SOUZA, J.R. FURTADO, E.D.P. **A Intervenção participativa dos atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável / Ribamar Furtado, Eliane Furtado – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2000.

_____. **(R) evolução no desenvolvimento rural**: território e mediação social. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília (IICA), 2004.

_____. **Farmer Participacion in Brazilian Sugar Cane Research**. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy London School of Economics and Political Science, University of London. London (UK), 1991.

GADOTTI, Moacir & GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e educação popular**. São Paulo, Cortez, 1993, - (coleção questões da nossa época).

GRESSLER, Lori Alice. **Pesquisa educacional**: importância, modelos, validade, variáveis, hipóteses, amostragem, instrumentos. São Paulo; 3ª ed., Loyola, 1989.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Educação Popular hoje**: Variações sobre o tema. Costa, Marisa Vorraber (organizadora); GONÇALVES, Elisa Pereira, **Educação Popular**: entre a modernidade e a pós-modernidade. São Paulo; edições Loyola, 1998.

GODOY, Arilda S. “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades”, in **Revista de Administração de Empresas**. V. 35, nº 2, mar/abril 1995, pp. 57-63.

GOHN, Maria da Glória. “Conselhos populares e participação popular”. **Serviço social e sociedade**. São Paulo, s.n.,p.65-89,1989.

_____, **Movimentos Sociais e educação**. São Paulo; Cortez, 1992.

_____,(2000). **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2 ed. - São Paulo, Loyola.

_____,(2001). **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2ª ed. – São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.71).

GOMES, Marcos A.O., Gisele Freitas Vilela. **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local/ Marcos Brose Organizador – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.**

GRAZIANO, José & Jean Marc e Bianchini. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Agrário/ Conselho nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.**

GRAZIANO, da Silva, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp; 1996.

GUIVANT, Julia S., SCHEIBE, Luiz Fernando e SELVINO José Assmann(org.). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005. 296p.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Gestão social do território: experiências no Estado do Maranhão/organizadores Carlos Miranda, Cristina Costa**. - Brasília: IICA, 2005.

JARÁ, Carlos Jesus. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

KAMIL, Constance. **A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget**. 11ª ed. – Campinas, São Paulo, Papyrus, 1990.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed.. São Paulo: Atlas, 1993.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. – (coleção questões da nossa época;v.70).

LÉVY, Pierre. **A Inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIBÂNEO, Carlos José. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2 ed. – São Paulo, Cortez,1999.

LIMA, Antonio Carlos de Souza & HOFFMANN, Maria Barroso [orgs.]. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002. 160 p.; 14 .

LIMA, Lauro de Oliveira. **A construção do homem segundo Jean Piaget: uma teoria da educação**. 3 edição, São Paulo: Summus, 1984.

LISITA, Frederico Olivieri. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**: artigo científico.[2007].Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/agropecuário/index.html>. Acesso em: 22/10/2007.

MAANEN, John Van. “Reclaiming qualitative methods for organizational research”: a preface, in **Administrative Science Quarterly**, vol.24, nº 4 December 1979, pp. 520-526.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Líber Editora, 2006. 179 p. (série pesquisa v.15)

MACHADO, Elvecy Monteiro. **Pedagogia e a pedagogia social: educação não formal. Mestrado em educação**. Universidade de Tuiuti, Paraná, 2003.

MALUF, S. Renato e CARNEIRO, Maria José. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARIA, Durvalina. **Revolução Verde**: Artigo Científico. [2006]. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3oVerde>. Acesso em 15/11/2007.

MATOS, Juliano Souza. **A violência do Método: Violência simbólica e ação pedagógica.** Artigo científico [2002]. Disponível <http://www.inquice.ufba.br/00matos.html>. Acesso em 12/05/2002.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de & VIEIRA, Sofia Lerche. 2 ed. Ver. **Pesquisa em Educação: o prazer de conhecer.** Atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sonia Meire Santos de (organizadoras). **Contribuição para a construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

MULLER, Robert. **O nascimento de uma civilização global.** São Paulo: Aquariana, 1993.

NASCIMENTO, Dinalva Melo. **Metodologia do Trabalho Científico.** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

OZELAME, O. Dessimon Machado, J. A., de Hegedus, P. O Enfoque sistêmico na extensão: desde sistemas “Hard” a sistemas “Soft”. Artigo **Agrociencia.** (2002) Vol. VI Nº 2 pág.53-60.

PENÃ, Alberto Sanín. **Proposta pedagógica; formação de formadores em educação para participação em saúde.** Ministério da Saúde. Brasília, 1992.

PIAGET, Jean. [1932] **O juízo moral na criança.** São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PINHEIRO Sergio L. G. “O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiência com soft-systems”. **Revista de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre, v.1.n.2 abril/junho.2000.(textos)

QUEIROZ, M.A.B. “Do Rural e do Urbano no Brasil”. In SZMRECSÁNYI, T. E QUEDA O. (orgs.) **Vida Rural e Mudança Social.** (São Paulo: Companhia Editora Nacional), 1979.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A aliança para o progresso e as relações Brasil-EUA.** Campinas, SP: [s.n.], 2006 – Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

RIVERA, W.; ALEX, G. (Eds) Demand-Drive Approaches to Agriculture Extension: Case Studies of International Initiatives. Washington: Word Bank, 2004. **Agriculture and Rural Development Discussion papers**, 10, extension Reform for Rural Development, vol.3.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. Revista Universidade e Sociedade. Ano XVIII,nº 43, janeiro de 2009.

ROLING, Niels. **Extension science: information systems in agricultural development**. New York: Cambridge University Press, 1988, 233p.

RUAS, Elma Dias . **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, março 2006.143p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia pra eficiência nos estudos**.São Paulo. Atlas; 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Afrontamento: 1985.

_____(Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHLINDWEIN, Sandro Luiz. **Prática sistêmica para lidar com situações de complexidade. Universidade Federal de Santa Catarina**. NUMAVAM – Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas . Florianópolis – SC, 2005. (textos).

SOLARI, A.B. “O Objeto da Sociologia Rural”, In SZMRECSÁNY, T. e QUEDA,O. (orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**; (São Paulo; Companhia Editora Nacional) ,1979.

STAVENHAGEN, R. – **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Brasília/Rio de Janeiro: UNB/ Tempo Brasileiro, p. 13-56, Anuário Antropológico, 1984.

TELLES, Vera Silva. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

Tonneau, Jean-Philippe. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org), **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas,SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp,2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ABERTA. **Ensino a distancia.** Turismo – gestão da cadeia produtiva, módulo 1,2008.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec/USP, 1991.

VEIGA, José E. “Nem tudo é urbano”. In: **Ciência e Cultura.** Ano 56 n°. 02, abril-junho 2004c, p-26-29.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Globalização e desenvolvimento sustentável:** dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

WARREN, Ilse Sherer. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

WEIL, Pierre. **Uma nova Abordagem do real.** São Paulo: Palas Athena,1990.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

APÊNDICE B - Estrutura da entrevista

ANEXO A - Documentos das Instituições

ANEXO B – Matérias do Jornal Diário do Nordeste-2007

ANEXO C – Cópia da parte do Projeto Nordeste Territorial